



**Departamento Nacional de  
Obras Contra as Secas**

# **Relatório de Gestão 2019**





# Relatório de Gestão 2019



## **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

### **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Jair Messias Bolsonaro

### **VICE-PRESIDENTE**

Antônio Hamilton Martins Mourão

### **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

#### **Ministro**

Rogério Simonetti Marinho

### **DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**

#### **Diretor-Geral**

José Rosilônio Magalhães de Araújo

#### **Diretoria de Infraestrutura Hídrica**

Roberto Otto Penna Massler

#### **Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção**

Felipe Holanda Belchior

#### **Diretoria Administrativa**

Joaquim Izídio Neto

#### **Procuradoria Federal - PF/DNOCS**

Francisco Arlem de Queiroz Sousa

#### **Auditoria Interna - AUDI**

Luana Evangelista Cavalcante de Sousa

#### **Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica - CPGE**

Nilo Alberto Lopes Barsi

#### **Coordenadoria Estadual em Alagoas - CEST/AL**

Paulo Maia de Souza Valente

#### **Coordenadoria Estadual na Bahia - CEST/BA**

Lucas Maciel Lobão Vieira

#### **Coordenadoria Estadual no Ceará - CEST/CE**

Antônio José Porto Mota

#### **Coordenadoria Estadual em Minas Gerais - CEST/MG**

Aleksander Oliveira de Souza

#### **Coordenadoria Estadual na Paraíba - CEST/PB**

Alberto Gomes Batista

#### **Coordenadoria Estadual em Pernambuco - CEST/PE**

Marcos Alberto Araújo Leão Filho

#### **Coordenadoria Estadual no Piauí - CEST/PI**

Antonio Djalma Bezerra Policarpo

#### **Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte - CEST/RN**

José Eduardo Alves Wanderley

#### **Coordenadoria Estadual em Sergipe - CEST/SE**

Luciano Goes Paul

# LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

**ADI** – Avaliação de Desenvolvimento Institucional  
**CEST** – Coordenadoria Estadual do DNOCS  
**CPGE** – Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica  
**CGU** – Controladoria Geral da União  
**CTS** – Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação  
**DA** – Diretoria Administrativa  
**DA/DGP** – Diretoria Administrativa/Divisão de Gestão de Pessoas  
**DP** – Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção  
**DI** – Diretoria de Infraestrutura Hídrica  
**EAP** – Estrutura Analítica do Projeto  
**GDACE** – Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos  
**GDPGPE** – Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo  
**IN** – Instrução Normativa  
**INDA** – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos  
**INDE** – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais  
**IOCS** – Inspetoria de Obras Contra as Secas  
**IFOCS** – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas  
**LAI** – Lei de Acesso à Informação  
**LDO** – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
**LOA** – Lei Orçamentária Anual  
**MDR** – Ministério do Desenvolvimento Regional  
**NUGOV** – Núcleo de Governança, Riscos e Controle  
**PCASP** – Plano de Contas Aplicados ao Setor Público  
**PDA** – Plano de Dados Abertos  
**PDTI** – Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
**PETI** – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação  
**PEI** – Planejamento Estratégico Institucional  
**PGPE** – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo  
**PGR** – Política de Gestão de Riscos  
**PISF** – Projeto de Integração do Rio São Francisco  
**PLOA** – Projeto de Lei Orçamentária Anual

**PLPPA** – Projeto de Lei do Plano Plurianual  
**POSIC** – Política de Segurança da Informação  
**PPA** – Plano Plurianual  
**PROSB** – Programa de Segurança da Barragens  
**RIP** – Registro Imobiliário Patrimonial  
**SEI** – Sistema Eletrônico de Informações  
**SIAFI** – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
**SIASG** – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
**SICONV** – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses  
**SISP** – Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal  
**SPIUNet** – Sistema de Patrimônio da União  
**VPNI** – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável  
**TED** – Termos de Execução Descentralizada  
**TCU** – Tribunal de Contas da União



# Sumário

Mensagem do Diretor-Geral .....	07
---------------------------------	----

## 1 Visão geral organizacional e ambiente externo

Visão Geral .....	11
Relacionamento com o Cliente Externo .....	12
Estrutura de Governança .....	13
Principais Instâncias de Governança .....	14
Diretrizes Estratégicas .....	15
Mapa Estratégico do DNOCS .....	17
Cadeia de Valor .....	18
Modelo de Negócio .....	19

## 2 Governança, estratégia e alocação de recursos

Governança, Estratégia e Alocação de Recursos .....	21
Planejamento Estratégico de 2019 .....	24
Governança .....	37

## 3 Riscos, oportunidades e perspectivas

Gestão de Riscos e Controles Internos .....	40
---	----

# Sumário

## 4 Resultados e desempenho da gestão

Declaração do Diretor Administrativo .....	43
Resultados do Planejamento Estratégico 2019-2020 .....	44
Infraestrutura Hídrica .....	48
Eixo de Impacto: Gestão de Recursos Hídricos .....	51
Eixo de Impacto: Aproveitamento HidroAgrícola .....	54
Gestão Orçamentária e Financeira .....	58
Gestão de Pessoas .....	64
Gestão de Licitação e Contratos .....	68
Gestão Patrimonial, Infraestrutura e Sustentabilidade .....	69
Gestão da Tecnologia da Informação .....	71

## 5 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Declaração do Contador .....	75
Demonstrações Contábeis .....	76
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis .....	81





# Mensagem do Diretor-Geral do DNOCS

**Eng.º Fernando Marcondes de Araújo Leão**



O Relatório de Gestão 2019 do DNOCS é apresentado por meio deste documento, onde estão descritas todas as atividades e ações desta Autarquia, na busca contínua do cumprimento de sua missão: promover a adequada convivência com a seca por meio da implantação de infraestrutura, do aproveitamento e da gestão integrada de recursos hídricos, assegurando o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida da população do semiárido.

A estrutura do Governo Federal foi alterada neste ano de 2019. O Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades foram reorganizados e constituíram o Ministério do Desenvolvimento Regional, que confere um novo desenho à administração pública e ao qual o DNOCS está vinculado.

Embora possua atuação limitada ao semiárido brasileiro, as ações do DNOCS geram impactos nacionais. E foi no contexto de reestruturação econômica, política e financeira do país, que esta Autarquia, no ano de 2019, fortaleceu seus controles internos. Tais resultados podem ser constatados pela emissão de inúmeros normativos internos, onde se destaca a Resolução DC Nº 3, de 28 de agosto de 2019, que disciplina as normas para estabelecer critérios de seleção, locação, perfuração e instalação de poços públicos profundos pelo DNOCS, atividade pioneira no país.

Ainda, em relação aos controles desenvolvidos, observa-se o avanço quanto à Gestão de Riscos, através da instituição da Política de Gestão de Riscos (Portaria nº 83 DG, de 15 de março de 2019); bem como da criação do Núcleo de Governança, Risco e Controle – NUGOV.

Após a conclusão da fase de planejamento da estratégia para implementar a gestão de riscos no DNOCS, o NUGOV iniciou ao final de 2019, a fase de identificação dos riscos inerentes às ações da autarquia. Os primeiros resultados deste trabalho de identificação de riscos estão previstos para o próximo exercício e contribuirá sobremaneira com o processo de tomada de decisão no âmbito desta autarquia.

Em um cenário de baixas precipitações, que resultou em importante prejuízo a reservação de água e a segurança hídrica para as necessidades primárias e secundárias da região, as atividades do DNOCS sofreram fortes impactos. Como empreendedor de 328 barragens, o DNOCS, no final de 2019, registrou volume armazenado de aproximadamente 4,2 bilhões de m³ (18%). Tal dado tem como base 319 reservatórios, com potencial de acumulação de 27,2 bilhões de m³, que são monitorados devido participarem do abastecimento humano.

Mesmo diante dessas restrições, os 37 projetos públicos de irrigação, que possuem mais de 120 mil hectares de área própria para irrigação, desenvolveram uma grande variedade de produtos cultivados, gerando uma receita bruta de produção vegetal superior a 240 milhões de reais e produção animal de aproximadamente 20 milhões de reais.





Em relação a piscicultura, outra atividade que tem como principal insumo a água, um dos grandes desafios é o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias de reaproveitamento da água e de produção em tanques bioflocos. Mesmo diante da baixa qualidade da água acumulada nos reservatórios, apresentando um alto nível de eutrofização, houve um aumento na produção e distribuição de alevinos, atingindo o total de 12.312.705.

Tal quantitativo representa apenas 10% da capacidade total de produção das 13 Estações de Piscicultura e do Centro de Pesquisa em Aquicultura. Outro desafio que vem sendo superado nessa área é a manutenção do banco de espécies nativas, por essa Unidades produtivas, com a finalidade da reposição dos estoques pesqueiros nativos das bacias hidrográficas do Nordeste.

Os resultados do Planejamento Estratégico do DNOCS trazem a realidade atual da Autarquia nas perspectivas apontadas: Sociedade, Aprendizado e Pessoas, Processos Internos e Financeiro/Orçamentário. Como entregas à Sociedade, destacam-se:

- Conclusão da captação provisória no Eixo Leste do PISF do Ramal Sertânia da Adutora do Pajeú;
- Conclusão da barragem Ingazeira/PE;
- Avanço físico na implantação das barragens Fronteiras/CE e Oiticica/RN;
- Implantação da adutora emergencial de Pereiro/CE;
- Conclusão da recuperação e modernização de 11 barragens, sendo 3 no Estado do Piauí, 2 no Rio Grande do Norte, 5 na Paraíba e 1 no Ceará

Já quanto à perspectiva Aprendizado e Pessoas, o DNOCS buscou realizar capacitações tanto interna, como em parceria com outros Órgãos, a exemplo da parceria com a Controladoria Geral da União, que resultou em capacitações com foco em governança, riscos e controle. Referente à segurança de barragens foi realizada a primeira capacitação, promovida pela DNOCS, sobre Segurança de Barragens, que teve como principal objetivo proporcionar novos conhecimentos aos servidores que realizam atividades de inspeção de barragem.

O disciplinamento de alguns procedimentos através de normatização emitida demonstra o avanço do DNOCS na perspectiva Processos Internos. Além da Resolução que disciplina a perfuração de poços pelo DNOCS, conforme abordado acima, destacam-se também as seguintes portarias que definem:

- Os procedimentos e as regras de funcionalidade do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no âmbito do DNOCS, que está sendo utilizado desde 2018;
- A política de monitoramento e avaliação das ações orçamentárias, que dispõe sobre a gestão das ações constantes da Lei Orçamentária Anual;
- A ampliação das competências do Núcleo de Governança, Riscos e Controle;
- A política de inserção e disponibilização de documentos no sítio oficial do DNOCS;
- A Sistematização e padronização da instrução e trâmite processual relacionados a medição de contratos de construção ou recuperação de obras, de fornecimento de máquinas e equipamentos e de elaboração de serviços de engenharia;







Quanto a perspectiva Financeira/Orçamentária, destaca-se a garantia de recursos orçamentários no montante de aproximadamente 77 milhões de reais, por meio da celebração de Termos de Execução Descentralizada – TED's, para serem executados no ano de 2020. Tal montante representa 1/3 do orçamento de investimento previsto na LOA/2020.

Ciente dos desafios existentes, principalmente àqueles relacionados com a reduzida força de trabalho, as restrições hídricas e orçamentárias, o DNOCS realiza esforços para fortalecer seu sistema de governança, enxergando no horizonte próximo cada vez mais ações que fomentem a busca pela transparência de suas atividades, fortalecimento dos controles internos, e de sua gestão de riscos, uma política forte de integridade institucional, formação de parcerias e um planejamento estratégico que, atuando conjuntamente, aumentam a efetividade de suas ações e buscam a manutenção de entrega de valor para a sociedade.

Dessa forma, de acordo com a Decisão Normativa-TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019, e atendendo à Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC, que estabelece a necessidade de emissão de Declaração de Integridade do Relato Integrado, reconheço a aplicação do pensamento coletivo na elaboração deste Relatório de Gestão. Tal reconhecimento comprova-se por meio de reuniões realizadas com as Unidades envolvidas, bem como do empenho da Alta Administração em proporcionar as ferramentas e o apoio necessários à execução deste trabalho.

Também, os responsáveis pela governança declaram suas responsabilidades quanto às informações contidas neste Relatório de Gestão e asseguram a sua integridade.

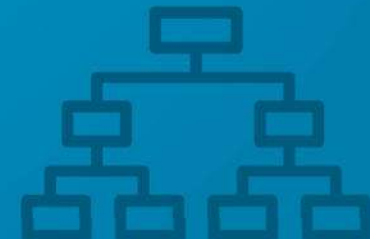
Por fim, faz-se imperioso registrar que a carência de pessoal tem impactado no desenvolvimento das ações desta Autarquia, conforme amplamente reconhecido pelos Órgãos de Controle. Ainda assim, o DNOCS mantém-se atuante no cumprimento de sua missão. É nesse contexto que o DNOCS apresenta seus resultados para o exercício de 2019.





Capítulo  
**01**

# Visão Geral organizacional e ambiente externo







## IDENTIFICAÇÃO

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional e com a sede da Administração Central na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. Criado sob o nome de “Inspeção de Obras Contra as Secas – IOCS”, através do Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, sendo a primeira instituição a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu ainda em 1919, por meio do Decreto nº 13.687, de 09 de julho de 1919, a denominação de “Inspeção Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS”. Com o disposto no Decreto-Lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945, assumiu sua denominação atual, “Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS”, que se transformou em autarquia federal, em virtude da Lei nº 4.229, de 01 de junho de 1963.

De acordo com a Lei 10.204/2001, a autarquia tem por objetivo contribuir para a implementação dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, elaborar projetos de engenharia e executar obras públicas de captação, acumulação, condução, distribuição, proteção e utilização de recursos hídricos, contribuir para a implementação e operação, sob sua responsabilidade ou conjuntamente com outros órgãos, com vistas a melhor distribuição das disponibilidades hídricas regionais, implantar e apoiar a execução dos planos e projetos de irrigação e, em geral, de valorização de áreas, inclusive de áreas agricultáveis não-irrigáveis, que tenham por finalidade contribuir para a sustentabilidade do semiárido, colaborar na realização de estudos de avaliação permanente da oferta hídrica e da estocagem nos seus reservatórios, visando procedimentos operacionais e emergenciais de controle de cheias e preservação da qualidade da água, colaborar na concepção, instalação, manutenção e operação da rede de estações hidrológicas e na promoção do estudo sistemático das bacias hidrográficas, de modo a integrar o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, promover estudos, pesquisas e difusão de tecnologias destinados ao desenvolvimento sustentável da aquicultura e atividades afins e cooperar com outros organismos públicos no planejamento e na execução de programas permanentes e temporários, com vistas a prevenir e atenuar os efeitos das adversidades climáticas.

Sua área de atuação é composta dos estados da região definida como semiárida, quais sejam: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Norte de Minas Gerais e as porções da bacia hidrográfica do Parnaíba, dentro do Estado do Maranhão e da bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha, em Minas Gerais.

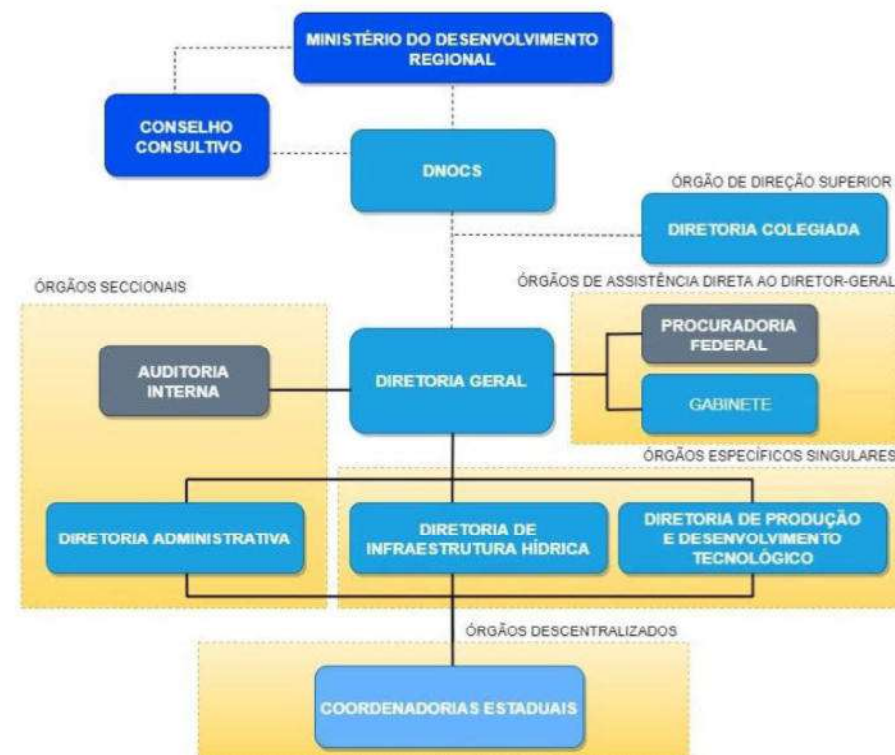
O DNOCS, para cumprir com os seus objetivos, conta com: Administração Central, sede da Direção-Geral e de três Diretorias, nove Coordenadorias Estaduais (PI, CE, RN, PB, PE, BA, SE, AL, MG), 13 Estações Piscicultura, sendo 9 em operação, 1 Centro de Pesquisas em Aquicultura, 22 Unidades de Campo organizadas por Bacias Hidrográficas, um escritório de representação em Brasília-DF, e um corpo funcional de 937 servidores efetivos (fonte: DA/DGP, dezembro/2019), representando uma redução de mais de 40% de sua força de trabalho em 6 anos.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O DNOCS tem sua estrutura organizacional amparada pelo Decreto nº 4.650/2003 e Decreto nº 8.865/2017, conforme figura ao lado, de conformidade com o Lei nº 4.229/1963 e 10.204/2001. Com a alteração da estrutura do Governo Federal, em 2019, por meio da Lei nº 13.844, de 18/06/2019 e do Decreto nº 9.666, de 02/01/2019, a autarquia passou a ser vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (<https://www.mdr.gov.br/institucional/organograma>).

O Regimento Interno da instituição foi aprovado pela Portaria nº 43/2017/DG/GAB e alterada pela Portaria nº 209/2018/DG/GAB, detalhando a atual estrutura organizacional da autarquia, com as novas denominações oficiais e siglas das áreas e setores do DNOCS bem como suas respectivas competências ([https://www2.dnocs.gov.br/images/regimento/Organograma-DNOCS-2019-01-15\\_v1.5bbr.png](https://www2.dnocs.gov.br/images/regimento/Organograma-DNOCS-2019-01-15_v1.5bbr.png)).

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DNOCS



ELABORAÇÃO: CPGE/DGE/ODI, 2020





# Relacionamento com Cliente Externo

## CANAIS DE COMUNICAÇÃO

### Ouvidoria

A Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, possibilitou ao cidadão o acesso aos dados e informações de natureza pública, e assim, foi estabelecido o marco para a criação das ouvidorias públicas federais, que no âmbito do DNOCS foi criada em 2012, por meio da Portaria nº 159/DG/PGE, de 23/05/2012. O Art. 11 do Regimento Interno do DNOCS define as atribuições, vinculando a Ouvidoria/SIC ao Gabinete do Diretor-Geral.

Os canais de comunicação estão acessíveis de várias formas e meios, tais como a presença do cidadão nos endereços do DNOCS em Fortaleza e nos estados, por meio de telefone, bem como pela internet, nos canais indicados no site: [www.dnocs.gov.br](http://www.dnocs.gov.br). Outros canais estão disponíveis nas redes sociais, sob a coordenação da área de Comunicação Social da instituição, como youtube, twitter, instagram e facebook.



/dnocs.gov.br



/dnocsgovbr



/dnocsgovbr



/dnocsbrasil



/DNOCSoFicial



comunicacao@dnocs.gov.br

## AMBIENTE EXTERNO E CLIENTES

A exata percepção do ambiente externo é fundamental para que o DNOCS possa cumprir seu papel. A identificação das expectativas da sociedade, do comportamento dos principais atores no ambiente de atuação da Autarquia e a avaliação do impacto das ações do DNOCS são aspectos a serem considerados na análise de tal interação.

O cenário de atuação do controle deve considerar, permanentemente, entre outras variáveis e tendências: a evolução tecnológica; a reorganização da administração pública; a ampliação da participação da sociedade no controle e na prestação de serviços públicos; a gestão do conhecimento; a demanda por melhores serviços; a exigência por maior transparência, ética, profissionalismo e agilidade na administração pública; a escassez de recursos; a limitada capacidade do governo de responder aos anseios sociais; a complexidade crescente das relações entre o Estado e a sociedade; a formação de parcerias; a necessidade de combate efetivo à corrupção e à impunidade; a atuação e posicionamento de outros órgãos públicos; o questionamento quanto à legitimidade e à efetividade das instituições públicas.

O Nordeste vem aos poucos despontando na produção de bens e serviços de menor custo e mais competitivos. Diante das adversidades do semiárido, a atuação do DNOCS tem sido estratégica para o desenvolvimento socioeconômico da região. Para isso, tem buscado a cada ano elevar o nível de qualidade e de competência das suas ações visando à satisfação das expectativas dos diversos clientes.

Em 2019, de forma positiva destacaram-se: a direção estratégica com foco na capacidade das ações do órgão de agregar valor para a sociedade; o canal de comunicação da Ouvidoria; o suporte político-institucional do Ministério de Desenvolvimento Regional, viabilizando as iniciativas do órgão e os recursos orçamentários/financeiros necessários ao seu financiamento; o intercâmbio científico (em aquicultura) com a comunidade no centro de pesquisa; o reconhecimento da credibilidade institucional por suas competências, iniciativas e projetos; e a realização de parcerias com entes federativos, através de convênios e outros instrumentos, buscando compartilhar as oportunidades em prol do alcance de resultados positivos em sua área de atuação.

Além disso, percebeu-se uma maior demanda da Autarquia em virtude da perspectiva de agravamento das mudanças climáticas, o surgimento de novas tecnologias e a participação em programas prioritários do governo.

Porém, o contingenciamento orçamentário e a conjuntura política que gera mudança na estrutura ministerial trouxeram incertezas no cumprimento da missão da Autarquia. Por fim, nota-se que há sombreamento de atividades entre instituições públicas (Órgãos e Ministérios), o que tem impactado na capacidade do DNOCS de gerar valor à sociedade.

## Carta de Serviço ao Cidadão

[https://www2.dnocs.gov.br/phocadownload/userupload/carta\\_servicos/cartadeservicos-red.pdf](https://www2.dnocs.gov.br/phocadownload/userupload/carta_servicos/cartadeservicos-red.pdf)



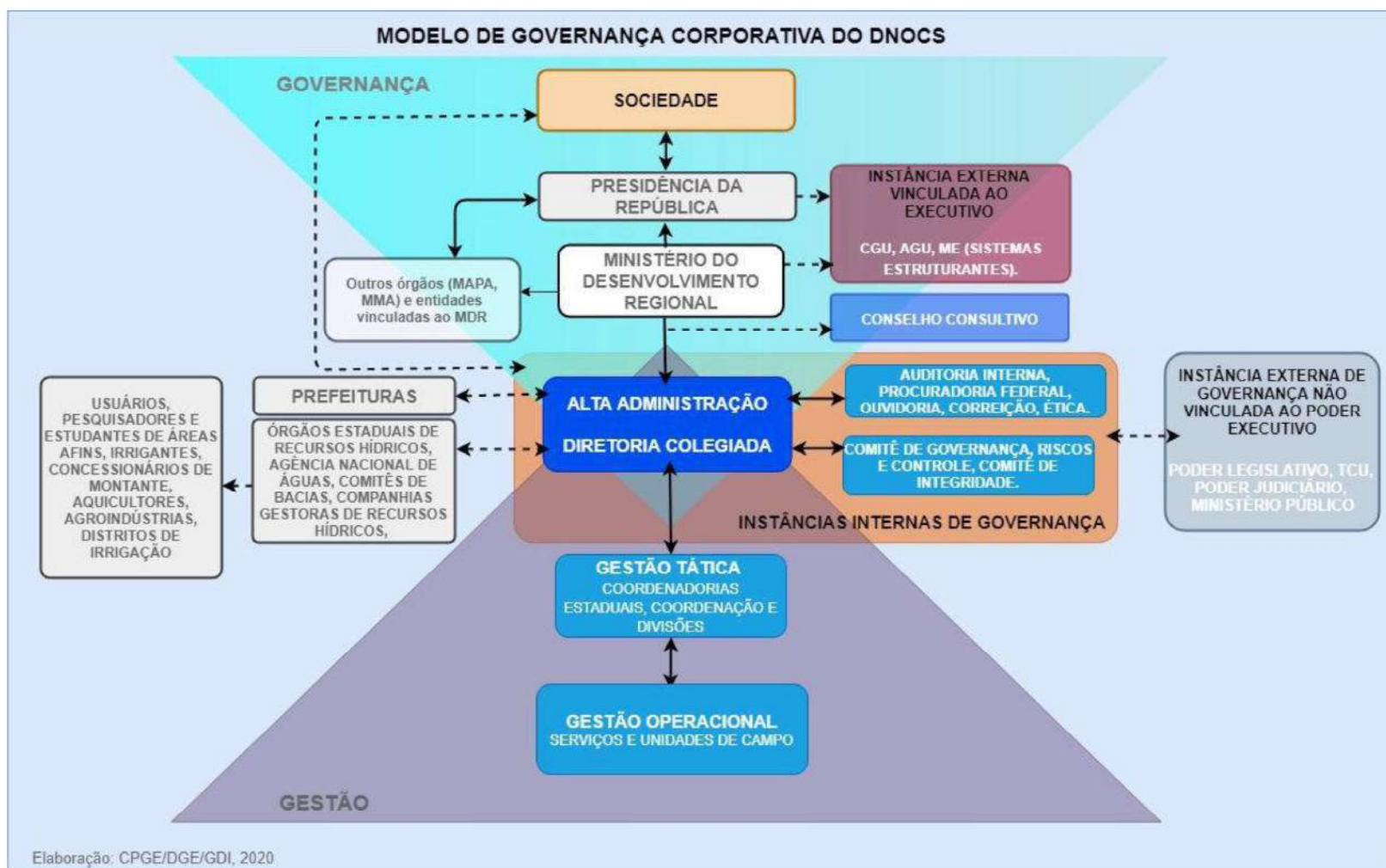


## Estrutura de Governança

O modelo abaixo estabelece o ambiente de Governança do DNOCS, com atuação na área de recursos hídricos, como instituição vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, no âmbito estratégico federal. Internamente, a Diretoria Colegiada representa o seu nível estratégico, a alta administração da autarquia. O nível tático é expresso nas Coordenadorias Estaduais, Divisões e Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica. Enquanto o nível operacional é representado pelas Unidades de Campo e Serviços.

O ambiente externo, por sua vez está descrito pelos diversos setores da sociedade, aqui identificados como entes públicos nas mais diversas instâncias (federal, estadual, municipal) e organizações e pessoas interessadas (Pesquisadores e Estudantes de áreas afins, irrigantes, aquicultores, concessionários de área de montante dos reservatórios, dentre outras). Também importante é a atuação dos comitês de bacia, comissões gestoras de reservatórios, Associações e Distritos de Irrigação, empresas agroindustriais, dentre outros.

O Poder público, representado principalmente pelos Ministérios e Instituições afins, pelos órgãos de recursos hídricos dos Estados e Federal, pelas Prefeituras, Assembleias Legislativas, Ministério Público Federal e Estadual, Justiça Federal, Órgãos de controle interno (CGU) e externo (TCU).





**José Rosilônio Magalhães de Araújo**  
Diretor-Geral



**Roberto Otto Penna Massler**  
Diretor de Infraestrutura Hídrica



**Felipe Holanda Belchior**  
Diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Produção



**Joaquim Izídio Neto**  
Diretor Administrativo



**Paulo Maia de Souza Valente**  
Coordenador Estadual em Alagoas - CEST/AL



**Lucas Maciel Lobão Vieira**  
Coordenador Estadual na Bahia - CEST/BA



**Antônio José Porto Mota**  
Coordenador Estadual no Ceará - CEST/CE



**Aleksander Oliveira de Souza**  
Coordenador Estadual em Minas Gerais - CEST/MG



**Alberto Gomes Batista**  
Coordenador Estadual na Paraíba - CEST/PB



**Marcos Alberto Araújo Leão Filho**  
Coordenador Estadual em Pernambuco - CEST/PE



**Antonio Djalma Bezerra Policarpo**  
Coordenador Estadual no Piauí - CEST/PI



**José Eduardo Alves Wanderley**  
Coordenador Estadual no Rio Grande do Norte - CEST/RN



**Luciano Gois Paul**  
Coordenador Estadual em Sergipe - CEST/SE



As Diretrizes Estratégicas constituem documento balizador para o Planejamento Estratégico 2017-2020, compreendendo os Programas Temáticos e Ações Estratégicas que nortearam a pactuação das metas anuais da autarquia. Ressalta-se, ainda, que as Ações Estratégicas que possuem o símbolo (\*) nos quadros a seguir, são provenientes daquelas que foram contempladas no PPA 2016-2019.

Quadro 1 - Perspectiva **Sociedade** Objetivo Estratégico 1

PERSPECTIVA: SOCIEDADE	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Fortalecimento das cadeias produtivas	Apoiar Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado nas Coordenações Estaduais (*)
Programa de Manutenção e Desenvolvimento de Pesca e Aquicultura	Apoiar a produção aquícola sustentável quanto ao funcionamento de unidade de produção (*)
Programa de Incremento da Disponibilização Hídrica	Construir e Implantar obras de infraestruturas hídricas (*)
Programa de Manutenção e Recuperação da Infraestrutura Hídrica	Manter e Recuperar Infraestruturas Hídricas (*)
Programa de Regularização Ambiental e Fundiária	Efetivar a Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação (*)
Programa de Gestão dos Projetos Públicos de Irrigação	Administrar e Reabilitar Projetos Públicos de Irrigação (*)
	Transferir a gestão de Projetos Públicos de Irrigação para os produtores e suas organizações (*)

Quadro 2 - Perspectiva **Sociedade** Objetivo Estratégico 2

PERSPECTIVA: SOCIEDADE	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Promover articulações sociopolíticas para uma efetiva atuação institucional	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Articulação Municipal, Regional e Nacional	Promover articulação político-administrativa que contribua com a efetividade da atuação do DNOCS

Quadro 3 - Perspectiva **Sociedade** Objetivo Estratégico 3

PERSPECTIVA: SOCIEDADE	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Implementar mecanismos de participação e de controle social	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Controle Social	Construir canais de comunicação acessível entre a sociedade civil e o DNOCS, visando à transparência das ações realizadas pela autarquia

Quadro 4 - Perspectiva **Sociedade** Objetivo Estratégico 4

PERSPECTIVA: SOCIEDADE	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: Assegurar o reconhecimento institucional do DNOCS	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Divulgação Institucional	Implementar parcerias com centros de ensino e pesquisa e com setores da sociedade organizada
	Divulgar as ações e os resultados do DNOCS, preservando sua história

Quadro 5 - Perspectiva **Aprendizado e Pessoas** / Objetivo Estratégico 1

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E PESSOAS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Estruturar Sistema de Desenvolvimento de Pessoas	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Políticas de Gestão de Pessoas	Incrementar, Valorizar, Manter e Avaliar o Quadro de Pessoal

Quadro 6 - Perspectiva **Aprendizado e Pessoas**

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E PESSOAS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Desenvolver Competências técnicas e gerenciais	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Desenvolvimento Profissional	Promover treinamento e desenvolvimento dos servidores de acordo com as necessidades levantadas (*)

Quadro 7 - Perspectiva **Processos Internos** / Objetivo Estratégico 1

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Promover estudos, pesquisas e difusão de tecnologias	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Estudos, Pesquisas e Difusão de Tecnologias	Desenvolver estudos, pesquisas e difusão tecnológica na Agricultura Irrigada e Infraestrutura Hídrica (*)
	Ampliar atividades de cooperação científica e tecnológica (*)
	Apoiar a produção aquícola sustentável quanto à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação (*)

Quadro 8 - Perspectiva **Processos Internos** / Objetivo Estratégico 2

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Assegurar a descentralização das ações para as Coordenadorias Estaduais	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Descentralização Administrativa	Estruturar as Coordenadorias com condições necessárias ao desempenho de suas atividades, através de apoio técnico-administrativo

Quadro 9 - Perspectiva **Processos Internos** / Objetivo Estratégico 3

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Implementar um modelo de excelência de gestão	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Aprimoramento Institucional	Implementar a gestão estratégica de forma sistêmica, bem como sua execução
	Desenvolver mecanismos de controle interno visando à melhoria da gestão
	Melhorar a gestão dos recursos logísticos da autarquia
	Adequar as iniciativas do PDTI à estratégia da autarquia

Quadro 10 - Perspectiva **Financeira/Orçamentária** - Objetivo Estratégico 1

PERSPECTIVA: FINANCEIRA / ORÇAMENTÁRIA	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Implementar mecanismos de arrecadação	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Gestão da Arrecadação	Controlar financeiramente as receitas do DNOCS, mantendo intercâmbio de informações com os setores responsáveis pela arrecadação

Quadro 11 - Perspectiva **Financeira/Orçamentária** - Objetivo Estratégico 2

PERSPECTIVA: FINANCEIRA / ORÇAMENTÁRIA	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Aprimorar a alocação e a disponibilização dos recursos	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Otimização da utilização dos recursos	Implantar a cultura de redução de custos

Quadro 12 - Perspectiva **Financeira/Orçamentária** - Objetivo Estratégico 3

PERSPECTIVA: FINANCEIRA / ORÇAMENTÁRIA	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Otimizar o monitoramento e a execução orçamentária e financeira	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Monitoramento da Execução Orçamentária e Financeira	Implementar efetivamente o monitoramento da execução orçamentária e financeira





# Mapa Estratégico do DNOCS

Na figura abaixo é apresentado o Mapa Estratégico da instituição para o período de 2017-2020. Os valores representam a motivação para perseguir os objetivos e diretrizes estratégicas. A missão reflete o papel da autarquia junto à sociedade, que é o de "Promover a adequada convivência com a seca por meio da implantação de infraestrutura, do aproveitamento e da gestão integrada de recursos hídricos, assegurando o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica".

No ano de 2019, o DNOCS elaborou o Plano de Integridade e Plano de Dados Abertos, documentos norteadores para a ética, conflito de interesse, correição, ouvidoria e transparência. Para o ano de 2020, está em fase de elaboração o Planejamento Estratégico Institucional para o ciclo 2020-2023, alinhado ao Plano Plurianual do mesmo período.

As Diretrizes Estratégicas que constituíram documento balizador para o Planejamento Estratégico 2017-2020, compreendem os **Programas Temáticos e Ações Estratégicas** que nortearam a pactuação das metas anuais da autarquia no período. A escolha pelos Programas Temáticos e Ações da PPA 2016-2019 foi para possibilitar a otimização de esforços para sua execução e posterior avaliação ao final de sua vigência. <https://www2.dnocs.gov.br/phocadownload/userupload/pei/planejamento-final-red.pdf>



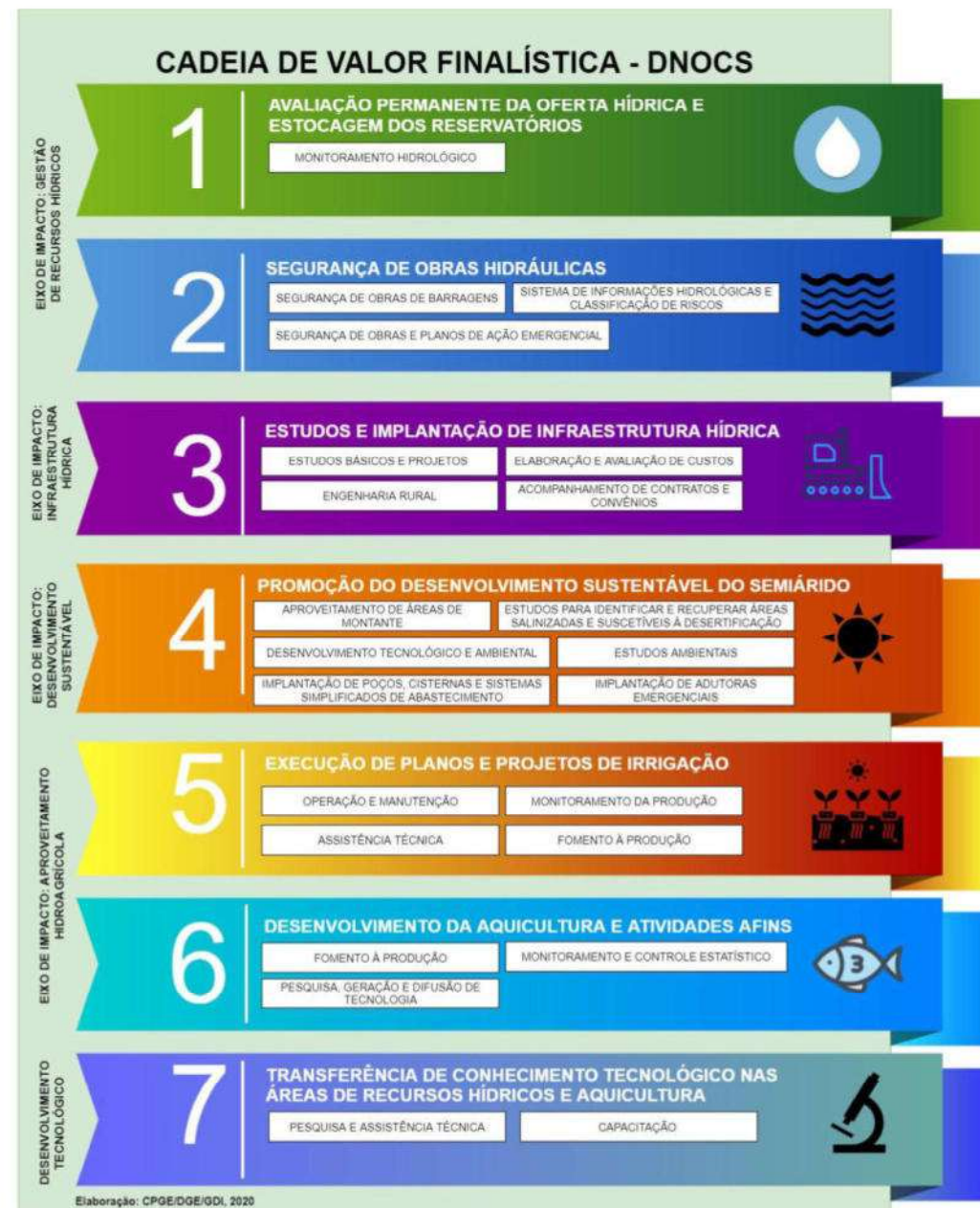


## Cadeia de Valor

A Figura ao lado representa a Cadeia de Valor Finalística do DNOCS, como a instituição se organiza a partir de um conjunto de macroprocessos, resultado das competências elencadas na Lei 10.204/2001, para gerar os resultados esperados à sociedade. Os 5 eixos de impacto agregam as grandes áreas ou segmentos da atuação da instituição: recursos hídricos, infraestrutura hídrica, desenvolvimento sustentável, aproveitamento hidroagrícola e desenvolvimento tecnológico.

Os valores gerados pela cadeia de valor apresentada são: monitoramento hidrológico e a segurança hidráulica dos reservatórios construídos, construção de novas infraestruturas estratégicas, regionais e locais, voltadas à população difusa, como poços, adutoras emergenciais, sistemas simplificados de abastecimento, aproveitamento hidroagrícola e aquícola, e transferência de tecnologia na área de produção.

Decorrentes das competências legais da autarquia, os eixos de impacto representam a razão da sua existência. As ações do DNOCS tem como foco os macroprocessos identificados. As informações apresentadas neste relatório estão relacionadas à cadeia de valor do DNOCS, que integra os resultados apresentados à sociedade.







# Modelo de Negócio

## NOSSOS CAPITAIS

### PRODUÇÃO

Reservatórios (cem)	Capac. de acumulação (m³) (bilhões)
327	27,2
Projetos públicos de irrigação	Estações de piscicultura
37	13
Centro de pesquisas em aquicultura	Cisternas implantadas (mil)
01	75
Capac. de produção de alevinos (milhões)	Poços perfurados e instalados (mil)
125	53,6
Trechos de rios perenizados (km) (mil)	
3,3	

### HUMANO

Nº de servidores (cem)
983

### INTELECTUAL

Pesquisa e fomento em aquicultura (R\$ milhões)
4,5

### CAPILARIDADE

Coordenadorias estaduais
09
Unidades de Campo
22

## APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS



## RESULTAM EM

### PRODUTOS 2019

#### ÁGUA

Acumulação de água (m³) (bilhões)

4,9

#### ABASTECIMENTO

Sistemas simplificados de abastecimento de água (cem)

321

#### ALEVINOS

Alevinos produzidos e distribuídos (milhões)

12,3

#### CAPACITAÇÃO

Pessoas capacitadas na área de aquicultura (cem)

497

#### IRRIGAÇÃO

Prea pronta para irrigação (ha) (mil)

120

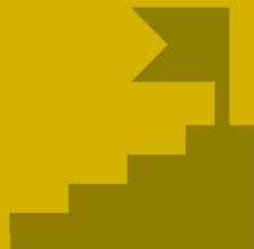
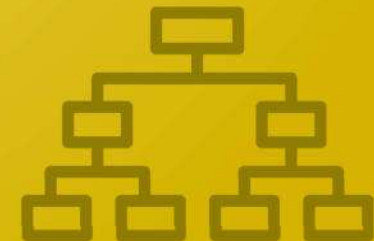
## IMPACTOS

- » ACESSO À ÁGUA
- » COMBATE À DESERTIFICAÇÃO
- » GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
- » MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
- » AUMENTO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
- » FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA
- » TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO TECNOLÓGICO EM AQUICULTURA



Capítulo  
**02**

# Governança, estratégia e alocação de recursos







## Declaração do Coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica - CPGE Nilo Alberto Lopes Barsi



A Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica - CPGE é parte integrante da estrutura do gabinete da Direção Geral do DNOCS.

Suas competências regimentais estão definidas pela Portaria Nº 43/DG/DNOCS, de 31/01/2017 (Regimento Interno). Dentre elas, estão: o planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas à organização e desenvolvimento institucional e de tecnologia da informação, inclusive planejamento estratégico e planejamento orçamentário, desde a elaboração da proposta orçamentária.

Para cumprimento de suas atribuições regimentais, conta com a Divisão de Planejamento e Orçamento - DPO, composta de dois serviços (Gestão Orçamentária e Planejamento e Orçamento) e a Divisão de Gestão Estratégica - DGE composta também de dois serviços (Tecnologia da Informação e Gestão e Desenvolvimento Institucional).

A DPO é responsável pela orientação e coordenação do processo de elaboração da proposta dos Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA e Projeto de Lei do Plano Plurianual – PLPPA, seguindo diretrizes dos órgãos centrais de planejamento e orçamento. Cabe, também a este setor, a descentralização de créditos para as diversas unidades gestoras do Departamento, o acompanhamento da execução, as propostas de alterações orçamentárias, inclusive a observância quanto à evolução dos orçamentos anuais. Composta pelo Serviço de Gestão Orçamentária e pelo Serviço de Planejamento Orçamentário, contou, no exercício de 2019 com 08 (oito) servidores e 01 (um) colaborador terceirizado.

Quanto à DGE, compete promover e coordenar a execução das atividades de gestão e desenvolvimento institucional, de administração dos recursos de tecnologia da informação e as relacionadas às informações geoprocessadas disponibilizadas pelas áreas técnicas. Referida Divisão é composta pelo Serviço de Gestão e Desenvolvimento Institucional (GDI) e pelo Serviço de Tecnologia da Informação (STI) contando com 02 (dois) servidores e 01 (um) colaborador terceirizado.

Ao Serviço de Gestão e Desenvolvimento Institucional compete coordenar, acompanhar e consolidar a elaboração das ações relacionadas ao Planejamento Estratégico da autarquia, monitorando-o com a finalidade de propor ajustes de acordo com novos cenários político-institucionais, tendo em seu quadro de colaboradores 03 (três) servidores e 01 (um) colaborador terceirizado.

Finalmente, ao Serviço de Tecnologia da Informação cabe o planejamento, coordenação, orientação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas à gestão e governança dos recursos de informação e informática, através de suporte técnico de hardware (de forma a manter os equipamentos em funcionamento adequado, realizando manutenção e atualização nos sistemas, desenvolvimento da parte física dos computadores e de seus periféricos) e de redes (trabalhando o gerenciamento da malha de computadores e desenvolvendo recursos como o intuito de melhorar a eficiência de conectividade da instituição como um todo). Esteve composto em 2019 de 08 (oito) servidores, 09 (nove) colaboradores terceirizados e 12 (doze) estagiários.

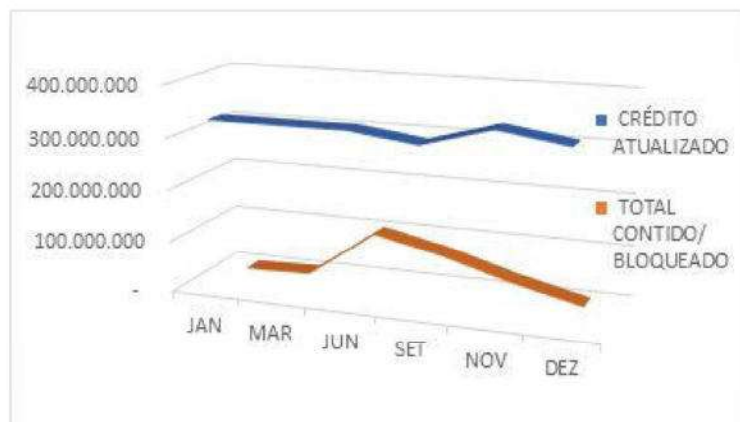
### BREVE AVALIAÇÃO DA GESTÃO EM 2019

Em grosso modo, o orçamento do DNOCS é composto por três partes: custeio (valores destinados à telefonia, água, energia elétrica, combustível, material de expediente e limpeza entre outros); investimento (construções e equipamentos); e a folha de pessoal (servidores ativos, aposentadorias e pensões), sendo esta última despesa responsável por mais da metade do orçamento.





Durante o exercício de 2019, o orçamento relativo a custeio e a investimento sofreu contingenciamentos conforme observa-se no gráfico abaixo:



A questão dos contingenciamentos de recursos dificulta o planejamento, ocasionando, para os órgãos, replanejamentos em etapas ou a priorização de despesas em detrimento de algumas ações.

Desta forma, ao longo do exercício de 2019, algumas dificuldades podem ser descritas na execução das ações orçamentárias pelo DNOCS, dentre as quais:

## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA

- A limitação na liberação orçamentária e financeira, notadamente por contingenciamentos, impactando significativamente a execução das despesas de administração, operação, manutenção e recuperação, inclusive de infraestruturas hídricas e as relacionadas aos projetos públicos de irrigação, trazendo ainda, como consequência, dificuldades no alcance das metas e resultados assumidos na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA.
- Dificuldade na gestão e execução de contratos em virtude do cronograma de desembolso estabelecido pelo Ministério da Economia diferente do planejado pelo Departamento, além da liberação de grande parte dos recursos ao final do exercício;
- Insuficiência de recursos humanos, além do grande número de servidores com baixa qualificação e faixa etária elevada e ausência de reposição, por meio de concurso público;

## ÁREA FINALÍSTICA

- Insuficiência ou demora na liberação de recursos orçamentários e financeiros ao longo do exercício, inclusive para a recuperação e manutenção de barragens em cumprimento à Lei 12.334/2010 (Lei de Segurança de Barragens);
- Inviabilização da execução de obras e serviços de engenharia por insuficiência, demora na liberação ou contingenciamento dos recursos para execução dos trabalhos, inclusive ocasionando a possibilidade de paralisação das obras atividades em decorrência da inadequação na disponibilidade dos recursos materiais e frente insuficiência de servidores com perfil para determinados trabalhos;

## FATORES EXTERNOS

- Anos de estiagem: A seca, além de ser um problema climático, é uma situação que gera dificuldades sociais para as pessoas que habitam a região. Com a falta de água, torna-se difícil o desenvolvimento da agricultura e aquicultura, provocando a falta de recursos econômicos, gerando fome e miséria;
- Grande parte dos recursos repassados para atender a convênios com impedimentos técnicos (Dificuldade de os entes atenderem às exigências legais, para início das obras);
- Dotações da LOA insuficientes para a execução de ações em virtude da limitação de recursos orçamentários disponíveis durante a elaboração do PLOA pelo DNOCS.

Observe-se por este quadro e considerando as atribuições que lhe são conferidas, que, além das conhecidas dificuldades de recursos orçamentários e financeiros para as atividades de desenvolvimento institucional, manutenção e modernização dos recursos de tecnologia da informação, um dos grandes problemas do DNOCS é a insuficiência de recursos humanos.

No exercício de 2019, com o objetivo de melhorar a gestão e governança, além de atender a exigências dos órgãos de controle, a CPGE tem realizado a revisão e planejamento objetivando a elaboração de novo Planejamento Estratégico para o quadriênio 2020-2023 e estudos e planejamento visando a elaboração e implementação de um Plano de Dados Abertos, visando a construção de canais de comunicação acessível entre a sociedade e o DNOCS, dando transparência das ações realizadas e implementando um modelo de excelência da gestão.





## PLANEJAMENTO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS ESTABELECIDOS

Marcada por profundas disparidades regionais em virtude de estiagens prolongadas, a região semiárida brasileira necessita políticas públicas com vistas à redução paulatina da pobreza rural e, conseqüentemente, do êxodo rural. Nesse contexto o DNOCS tem muitos trabalhos a serem desenvolvidos visando dotar a região de empreendimentos voltados a acumulação, reservação e aproveitamento de água de forma a ampliar a capacidade de resposta à vulnerabilidade climática.

Assim, embora muitas sejam as necessidades e as expectativas da população, o planejamento orçamentário do DNOCS está restrito a sua capacidade orçamentária e financeira (limites definidos pelos órgãos setoriais).

Há que se considerar, também, que, além das ações finalística, o seu patrimônio físico e a sua atuação em dez estados, exigem aporte orçamentário para cumprimento de obrigações na sua manutenção e operação.

Conclui-se, então, que as atribuições regimentais são mantidas, apesar de que alguns projetos e atividades são adiadas ou paralisadas em virtude das limitações impostas pela exiguidade de recursos orçamentários e financeiros, a exemplo das ações referentes à conclusão das segundas etapas dos Projetos de Irrigação Araras Norte e Tabuleiros de Russas.

Concorda-se que o planejamento orçamentário é de importância fundamental para a racionalização de qualquer gestão. Trata-se de adequar os recursos disponíveis aos objetivos da gestão, sejam eles regimentais ou estratégicos.

Assim, a execução de determinados empreendimentos fica condicionada à existência de recursos ou comprometida pelas dificuldades econômica e política do país e por ocorrências internas, tais como o afastamento de servidores por aposentadoria e a falta de reposição de recursos humanos por concurso público.

Mas, no caso do DNOCS, no momento da elaboração da proposta de Projeto de Lei Orçamentária Anual, a principal diretriz para a distribuição dos créditos é a disponibilidade de limites orçamentários definidos pelos órgãos setoriais.

Objetivos estratégicos como “Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica” com iniciativas voltadas ao incremento e disponibilização hídrica para a os setores produtivos, dependem diretamente da existência de recursos suficientes e em tempo hábil para sua execução, bem como os objetivos do PPA, tais como: a promoção do desenvolvimento da agropecuária sustentável (objetivo 1203) e a ampliação da segurança hídrica (objetivo 1174).

Mesmo reconhecendo a importância do controle efetivo e gerencial dos custos, em decorrência dos enormes desafios, que vão desde a situação atual desta Autarquia no que se refere ao reduzido quantitativo de pessoal e limitação de recursos orçamentários e financeiros, passando pela necessidade de uma maior conscientização dos gestores públicos sobre a importância de políticas públicas voltadas para o semiárido, a implantação da gestão dos custos sistematizada ainda não foi levada à efeito pela Autarquia.





## PLANEJAMENTO DO CUMPRIMENTO DA MISSÃO

Em fase de conclusão do último ciclo do Planejamento Estratégico 2017-2019, o DNOCS exibe seus resultados de 2019 à sociedade, bem como avalia o desempenho da instituição no período referido. Neste capítulo os resultados e desempenho da gestão serão organizados pela cadeia de valor e macroprocessos finalísticos, por objetivos estratégicos e apontando os principais indicadores.

O período do Planejamento Estratégico Institucional do DNOCS vigente será concluído em fevereiro de 2020. Com a implantação do planejamento estratégico em 2017, a Avaliação de Desempenho Institucional – ADI já implantada em 2011, se tornou parte do PEI, seguindo o cronograma de fevereiro a fevereiro.

## PROCESSOS INTERNOS

No ano de 2019, a instituição deu ênfase ao fortalecimento do controle interno e governança, a saber:

- normatização para perfuração de poços, importante atividade exercida, para atendimento à população difusa;
- normas para procedimentos e regras para funcionamento do SEI, no âmbito do DNOCS;

- padronização de procedimentos na área de gestão estratégica e desenvolvimento institucional (formulários de detalhamento da meta - 5W2H, acompanhamento trimestral, comprovantes, mapeamento do processo de pactuação de metas);
- elaboração do Plano de Integridade;
- criação do NUGOV – Núcleo de Governança e Gestão de Riscos, em consonância com a Política de Governança e Gestão de Riscos já implantada;
- elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA), um instrumento de gestão que organiza o planejamento referente à implantação e racionalização dos processos de publicação de dados abertos nas organizações públicas;

O **PEI 2020-2023**, no próximo ano, será organizado de maneira a coincidir com o PPA 2020-2023 e com o exercício orçamentário-financeiro anual e a Avaliação de Desempenho Institucional permanecerá com os ciclos de 12 meses, por exigência legal.

Assim, temos a apresentar alguns indicadores quantitativos e de capacidade da autarquia, por eixos de impacto e cadeia de valor, que representam a capacidade x produção, indicadores que vêm apresentando limitações da autarquia, em razão do grande período de secas sucessivas.





## Quadro: Cadeia de valor finalística x principais indicadores

EIXO DE IMPACTO	NOME DA CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INDICADORES QUANTITATIVOS E DE CAPACIDADE / ANO
RECURSOS HÍDRICOS	AVALIAÇÃO PERMANENTE DA OFERTA HÍDRICA E ESTOCAGEM DOS RESERVATÓRIOS	m <sup>3</sup> de água acumulada x capacidade de acumulação dos reservatórios. Percentual de acumulação mensal, por Estado, regional.
	SEGURANÇA DE OBRAS HIDRÁULICAS	Nº de barragens da autarquia x nº de barragens recuperadas; Nº de barragens com planos de ação emergencial elaborados; Sistema de informações com dados de classificação de riscos
INFRAESTRUTURA HÍDRICA	ESTUDOS E IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA	Nº de projetos elaborados; nº de cadastros de avaliação de imóveis efetivados.
		Nº de avaliação de custos elaborados e avaliados x capacidade de elaboração e avaliação
		Nº de contratos fiscalizados e acompanhados x capacidade de fiscalização e acompanhamento.
		População beneficiada; barragem construída; perímetro de irrigação implantado; adutora concluída e entregue ao operador; sistema de abastecimento concluído e entregue ao operador. Em fase de implantação: áreas desapropriadas e indenizadas, empregos gerados; nº de famílias reassentadas;
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO	Nº de contratos vigentes x nº de lotes de área de montante existentes.
		Nº de projetos de irrigação regularizados x nº de projetos de irrigação.
		Nº de áreas identificadas, nº de áreas recuperadas.
		Nº de obras licenciadas; nº de famílias reassentadas, nº de projetos de convênios analisados / aprovados.
		Nº de poços implantados; nº de famílias beneficiadas; km de adutoras implantadas; nº de cisternas implantadas; nº de sistemas simplificados implantados;
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	EXECUÇÃO DE PLANOS E PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	Nº Projetos de irrigação monitorados e mantidos x nº total de projetos.
		Informações sobre a produção dos perímetros irrigados (produção, comercialização, linhas de crédito); Assistência técnica atuando em x perímetros; serviço de assistência técnica prestado; Nº de contratos para operação dos perímetros de irrigação x nº de perímetros; Acompanhamento de contratos de pessoas físicas e jurídicas
	DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA E ATIVIDADES AFINS	Produção e comercialização de alevinos x capacidade instalada
		Informações sobre a aquicultura e atividades afins; Peixes capturados nos açudes públicos x quantidade de alevinos.
		Capacitação na área de aquicultura no Centro de Pesquisas
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE RECURSOS HÍDRICOS E AQUICULTURA	Difusão de conhecimento tecnológico do DNOCS (Barragens, perímetros de irrigação, cultivo e adaptação de peixes).
		Capacitação e Intercâmbio de conhecimento nacional e internacional.



## OS INDICADORES

Então, é possível verificar o desempenho da instituição, diante dos seguintes indicadores, que resultam nas principais entregas da autarquia, conforme cadeia de valor apresentada:

- 12 Estações de piscicultura, e 1 Centro de Pesquisas em Aquicultura, sendo que 8 Estações e o Centro de Pesquisas estão em operação. A capacidade instalada de produção de todas as estações de piscicultura e do Centro de Pesquisas é de 125 milhões de alevinos. No ano de 2019, foram produzidos e distribuídos 12,1 milhões de alevinos, representando 9,68% da capacidade instalada;
- Capacidade de acumulação dos reservatórios monitorados: 27,5 bilhões de m<sup>3</sup>, sendo que em dezembro de 2019, o volume total acumulado é de 4,2 bilhões de m<sup>3</sup>, representando 18% da capacidade regional, dos açudes. É importante esclarecer que muitos reservatórios estão secos ou em volume morto e o percentual representa acumulação média dos açudes monitorados;
- 37 perímetros de irrigação, sendo que 27 perímetros estão em operação e 10 com atividades prejudicadas pela seca, por insuficiência de recursos hídricos;
- Capacidade de perfuração de poços prejudicada por insuficiência de pessoal. A autarquia atualmente possui 17 conjuntos de perfuratrizes. Por exemplo, a CEST-CE tem 11 perfuratrizes, com a capacidade de perfurar 12 poços por mês, com profundidade de até 270 metros ;
- Monitoramento hidrológico dos reservatórios do DNOCS está apresentando declínio na meta percentual dos reservatórios monitorados anualmente, com a justificativa de que a instituição apresenta insuficiência de servidores para execução da tarefa de campo;

## METAS PACTUADAS 2019-2020

As metas pactuadas para o ciclo anual de 2019-2020 são apresentadas, com informações acerca da unidade responsável e indicador de resultado. As recomendações exaradas pela CGU e Auditoria do DNOCS, na análise do Relatório de Gestão de 2017 foram consideradas, tais como:

- preenchimento de planilha e cartilha da ferramenta 5W2H, com o objetivo de melhor monitorar e acompanhar o andamento da meta pactuada;
- formalização em processo único por unidade, que inicia com a formalização da pactuação e é concluído com a comprovação da realização da meta, para assegurar o processo de todo o andamento das metas pactuadas;
- orientações acerca dos indicadores de resultado propostos, em especial considerar informações quanto aos benefícios gerados à população;
- comprovantes de cumprimento parcial e final devem considerar o intervalo de datas dos trimestres e estar preenchidos corretamente, assinados pelo setor/servidor competente;

Há concentração de metas pactuadas na perspectiva da sociedade - Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica, com importante aporte de ações na contribuição para a segurança hídrica e o desenvolvimento regional. É apresentado, também quadro-resumo da Avaliação de Desempenho Institucional, que são metas do Planejamento Estratégico, mas que são priorizadas em seu cumprimento e são representativas da missão da instituição.





## Metas por perspectiva e objetivos - 2019/2020

### Perspectiva Sociedade (SOC)

#### Objetivo SOC1 - Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Executar 10% de execução física das obras de implantação da Barragem Fronteiras	DI	Estratégico	% executado
Executar 5% de execução física das obras de implantação do projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos	DI	Estratégico	% executado
Recuperar 3 Barragens estratégicas do PISF	DI	Estratégico	Barragem recuperada
Realizar a recuperação de 21 (vinte e uma) barragens inseridas no PROSB	DI	Estratégico	Barragem recuperada
Promover a inspeção de 17 (dezessete) barragens do DNOCS fiscalizadas pela ANA	DI	Estratégico	Barragem Inspeccionada
Elaborar 04 (quatro) relatórios de acompanhamento dos contratos Administrados pela DI	DI	Tático	Relatório Elaborado
Realizar 60 análises de custos de obras e serviços de Engenharia	DI	Tático	Análise realizada
Protocolar junto à ANA 17 (dezessete) relatórios de inspeção	DI	Tático	Relatório Protocolado
Instruir 120 processos expropriatórios do açude público Fronteiras	DI	Tático	Processo Instruído
Realizar a revisão Cadastral de 200 propriedades Inseridas na área de implantação da Barragem Fronteiras	DI	Tático	Cadastro revisado
Emitir 4 relatório trimestrais sobre análises técnicas de projetos	DI	Tático	Relatório emitido
Manter alimentada com um mínimo de 70% de informações de volumes de água nos reservatórios do DNOCS	DI	Tático	Sistema alimentado
Distribuir 10 (dez) milhões de alevinos	DP	Tático	Alevinos Distribuídos



## Metas por perspectiva e objetivos - 2019/2020

### Perspectiva Sociedade (SOC)

#### Objetivo SOC1 - Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Elaborar 02 (dois) Termos de Referência para georreferenciamento de PPI	DP	Estratégico	TDR elaborado
Protocolar 01 (uma) renovação de Licenciamento ambiental de Projeto Público de Irrigação	DP	Estratégico	Renovação Protocolada
Habilitar 3 (três) Distritos ou Associações de irrigantes para receber contrapartida financeira do Governo Federal	DP	Estratégico	Distritos habilitados
Capacitar 550 pessoas (estudantes, produtores, profissionais afins)	DP	Tático	Pessoas capacitadas
Elaborar 01 (um) relatório técnico sobre as atividades de acompanhamento dos dados da pesca e aquicultura desenvolvidas nos açudes do DNOCS	DP	Tático	Relatório Elaborado
Disponibilizar 01 (um) relatório anual atinente ao serviço de monitoramento e controle estatístico para ser inserido na Sala de Situação	DP	Tático	Relatório Disponibilizado
Instruir 150 processos para transferência e/ou titulação de unidades parcelares	DP	Tático	Processos instruídos
Demarcar 01 (uma) área de Reserva Legal no PPI	DP	Tático	Reserva demarcada
Retificar 10 (dez) declarações do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no sistema de cadastro ambiental do MMA	DP	Tático	Declaração retificada
Elaborar 01 (um) Termo de Referência para modificação e modernização do sistema de irrigação de um Perímetro Irrigado	DP	Tático	TDR elaborado
Analisar 06 (seis) Planos Operativos de PPI	DP	Tático	Plano analisado
Distribuir 4 (quatro) milhões de alevinos	CEST-CE	Tático	Alevinos distribuídos





## Metas por perspectiva e objetivos - 2019/2020

### Perspectiva Sociedade (SOC)

#### Objetivo SOC1 - Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Inspecionar 66 (sessenta e seis) barragens	CEST-CE	Tático	Barragem Inspecionada
Distribuir 1.000.000 (um milhão) de alevinos	CEST-AL	Tático	Alevinos distribuídos
Monitorar 15 (quinze) barragens	CEST-AL	Tático	Barragem monitorada
Perfurar e instalar 100 poços artesianos	CEST-PB	Tático	Poço perfurado e instalado
Fiscalizar a recuperação de 05(cinco) barragens interligadas ao PISF	CEST-PB	Tático	Barragem fiscalizada
Inspecionar 25 Barragens	CEST-PB	Tático	Barragem inspecionada
Distribuir 30 (trinta) máquinas/equipamento/tratores.	CEST-BA	Tático	Máquina/equip./trator distribuído
Distribuir 1.000.000 (um milhão) de alevinos	CEST-BA	Tático	Alevinos distribuídos
Perfurar e instalar 80 (oitenta) poços tubulares profundos	CEST-BA	Tático	Poço perfurado e instalado
Inspecionar 30 (trinta) barragens	CEST-BA	Tático	Barragem inspecionada
Implantar 03 (três) estações elevatórias da 2ª etapa da adutora do Pajeú	CEST-PE	Tático	Estação elevatória implantada
Perfurar 50 poços artesianos em cooperação técnica com as Prefeituras dos municípios de Cachoeirinha e Sertânia.	CEST-PE	Tático	Poço perfurado



## Metas por perspectiva e objetivos - 2019/2020

### Perspectiva Sociedade (SOC)

#### Objetivo SOC1 - Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Fiscalizar a recuperação dos Equipamentos hidromecânicos das barragens Poço da Cruz e Serrinha	CEST-PE	Tático	Fiscalização realizada
Distribuir 500.000 alevinos nos açudes de Pernambuco	CEST-PE	Tático	Alevinos distribuídos
Perfurar 220 (duzentos e vinte) poços por meio de Termo de Cooperação Técnica	CEST-PI	Tático	Poço Perfurado
Elaborar relatório de andamento/acompanhamento da execução das obras da 2ª etapa do Projeto Tabuleiros Litorâneos do Piauí.	CEST-PI	Tático	Relatório Elaborado
Distribuir 5.000.000 (cinco) milhões de alevinos, para povoamento em Açudes Públicos	CEST-PI	Tático	Alevinos distribuídos
Elaborar relatório de acompanhamento da execução das obras de recuperação de 11(once) Barragens: ( Bocaina, Barreiras, Ingazeiras, Cajazeiras, Anajás, Beneditinos, Caldeirão, Piaus, Jenipapo, flores e Joana).	CEST-PI	Tático	Relatório Elaborado
Inspecionar 04 (quatro) barragens	CEST-MG	Tático	Barragem Inspecionada
Perfurar e instalar 05 (cinco) poços tubulares profundos	CEST-MG	Tático	Poço perfurado e instalado
Perfurar 30 (trinta) poços tubulares profundos	CEST-RN	Tático	Poço Perfurado
Distribuir 3.000.000 (três milhões) de alevinos	CEST-RN	Tático	Alevino distribuído
Elaborar plano de ação para revitalização da estação de piscicultura Graccho Cardoso (com apoio da Adm. Central)	CEST-SE	Tático	Plano Elaborado





## Metas por perspectiva e objetivos - 2019/2020

### Perspectiva Sociedade (SOC)

#### Objetivo SOC3 - Implementar mecanismos de participação e controle social

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Elaborar 01 (um) Plano de Dados Abertos (PDA)	DG	Tático	Plano elaborado
Realizar 01 (um) plano de ação de divulgação do Plano de Dados Abertos (PDA)	DG	Tático	Plano elaborado

#### Objetivo SOC4 - Assegurar o reconhecimento institucional do DNOCS

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Divulgar 100% das ações prioritárias realizadas pelas Coordenadoria Estadual, por meio de site e redes sociais	CEST-AL	Tático	Ações divulgadas
Divulgar 100% das ações prioritárias realizadas pelas Coordenadoria Estadual, por meio de site e redes sociais	CEST-PB	Tático	Ações divulgadas
Divulgar 100% das ações prioritárias realizadas pelas Coordenadoria Estadual, por meio de site e redes sociais	CEST-PE	Tático	Ações divulgadas



## Metas por perspectiva e objetivos - 2019/2020

### Perspectiva: Processos Internos (PI)

#### Objetivo PI1 - Promover Estudos, Pesquisas e Difusão de tecnologias

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Realizar 01 (um) workshop visando difusão tecnológica	DP	Tático	Workshop realizado
Elaborar 01 (uma) síntese informativa dos PPI'S	DP	Tático	Síntese elaborada
Elaborar 01 (um) Termo de Referência para contratação de serviços visando o aprimoramento da coleta de dados de produção nos Perímetros Irrigados	DP	Tático	Termo elaborado

#### Objetivo PI2 - Assegurar a descentralização das ações para as Coordenadorias Estaduais

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Promover 02 (duas) reuniões de alinhamento com as Coordenadorias Estaduais e Diretoria Colegiada para reavaliar o PEI do DNOCS.	DG	Estratégico	Reuniões realizadas

#### Objetivo PI3 - Implementar um modelo de gestão

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Elaborar 01 (uma) norma acerca dos procedimentos e regras para funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito do DNOCS	DA	Tático	Norma elaborada
Reavaliar 15% (quinze por cento) dos Registros Imobiliários Patrimoniais - RIPs pertencentes ao DNOCS cadastrados no Sistema SPIUNET - Superintendência do Patrimônio da União - SPU	DA	Tático	Registros reavaliados





## Metas por perspectiva e objetivos - 2019/2020

### Objetivo PI3 - Implementar um modelo de gestão

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Realizar 03 (três) auditorias com enfoque no Planejamento Estratégico Institucional - PEI	AUDI	Tático	Auditorias realizadas
Atender, até 21 de fevereiro de 2020, 100% das demandas que ingressarem na PF/DNOCS até o dia 7 de fevereiro de 2020	PF/DNOCS	Tático	Demandas atendidas
Elaborar 01 (um) relatório sintético de acompanhamento de todos os processos pertinentes da área de correição	DG	Tático	Relatório elaborado
Elaborar relatórios trimestrais de acompanhamento da implantação do Plano de Dados Abertos -PDA	DG	Tático	Relatórios elaborados
Mapear o processo de pactuação das metas de planejamento estratégico	DG	Tático	Processo mapeado
Elaborar novo PDTI 2020-2021 junto ao Comitê de TI	DG	Tático	PDTI elaborado
Promover uma reunião com o comitê de CTS	DG	Tático	Reunião promovida
Registrar 50% (cinquenta por cento) dos atos de concessão de que trata o Ofício nº 5596/TCU/Sefip, de 18/11/2018, no Sistema e'Pessoal/TCU	DA	Tático	Atos de concessão registrados
Organizar 1.000 documentos referentes aos projetos de irrigação (projetos, plantas de irrigação e documentos administrativos )	DA	Estratégico	Documentos organizados
Organizar 150 documentos cartográficos (plantas de engenharia, cartas e mapas)	DA	Estratégico	Documentos organizados
Inserir 50 (cinquenta) fascículos de periódicos no Sistema MultiAcervo	DA	Estratégico	Fascículos inseridos
Etiquetar 500 materiais bibliográficos pertinente ao acervo	DA	Estratégico	Materiais etiquetados



## Metas por perspectiva e objetivos - 2019/2020

### Objetivo PI3 - Implementar um modelo de gestão

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Elaborar relatório Anual das atividades da Biblioteca	DA	Estratégico	Relatório elaborado
Realizar o1 (uma) auditoria visando avaliar controles internos	AUDI	Tático	Auditoria realizada
Atender, até 21 de fevereiro de 2020, 100% das demandas de desapropriação e subsídios judiciais que ingressarem na CAJ/DNOCS até o dia 7 de fevereiro de 2020	PF/DNOCS	Tático	Demandas atendidas
Atender, até 21 de fevereiro de 2020, 100% das demandas de desapropriação e subsídios judiciais que ingressarem na CCD/DNOCS até o dia 7 de fevereiro de 2020	PF/DNOCS	Tático	Demandas atendidas
Elaborar normatização para a Gestão de perfuração de poços	CEST-CE	Tático	Normatização elaborada
Elaborar Mapeamento de riscos para a gestão de Convênios	CEST-CE	Tático	Mapeamento elaborado

### Perspectiva: Aprendizado e Pessoas (AP)

### Objetivo AP1 - Estruturar Sistema de Desenvolvimento de Pessoas

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Realizar 02 (duas) ações de desenvolvimento de pessoas, direcionadas a Preparação para aposentadoria	DA	Tático	Ações realizadas
Realizar 02 (duas) Oficinas para promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho	DA	Tático	Oficinas realizadas





## Metas por perspectiva e objetivos - 2019/2020

### Perspectiva: Financeira/Orçamentária

#### Objetivo F03 - Otimizar o monitoramento e a execução orçamentária e financeira

META	RESPONSÁVEL	NÍVEL	INDICADOR DE RESULTADO
Preparar 01 (um) relatório sobre a Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA para o DNOCS	DG	Tático	Relatório preparado
Fornecer 11 (onze) tabelas mensais com a evolução do saldo de restos a pagar não processados a liquidar, referente aos meses de fevereiro a dezembro, a serem encaminhados em até 30 dias do encerramento dos respectivos meses	DA	Tático	Tabelas fornecidas
Elaborar 02 (duas) notas técnicas relativas ao descontingenciamento de crédito na LOA	DG	Tático	Notas técnicas elaboradas
Elaborar relatórios semestrais de execução física orçamentária financeira	DG	Tático	Relatórios elaborados
Elaborar 12 (doze) relatórios de acompanhamento orçamentário e financeiro	DG	Tático	Relatórios elaborados



# Planejamento Estratégico de 2019

## METAS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL - 2019/2020

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PROCESSOS INTERNOS (PI)	Implementar um modelo de excelência de gestão	PI3 – Realizar 03 (três) auditorias com enfoque no Planejamento Estratégico Institucional – PEI	AUDI
		PI3 – Reavaliar 15% dos Registros Imobiliários Patrimoniais - RIPs pertencentes ao DNOCS cadastrado no SPIUNET-SPU.	DA/DRL
		PI3 – Elaborar 01 (uma) Norma acerca dos procedimentos e regras para funcionamento do SEI no âmbito do DNOCS.	DA/DRL
SOCIEDADE (SOC)	Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica	SOC1 – Distribuir 11..200.000 (um milhão) de alevinos	CEST-AL, CEST-BA, CEST-CE, RN, CEST-PI
		SOC1 – Perfurar e instalar 05 (cinco) poços tubulares profundos	CEST-MG
		SOC1 – Inspeccionar 25 Barragens	CEST-PB
		SOC1 – Perfurar 50 poços artesanais em cooperação técnica com as Prefeituras dos municípios de Cachoeirinha e Sertânia.	CEST-PE
		SOC1 – Elaborar plano de ação para revitalização da estação de piscicultura Graccho Cardoso (com apoio da Adm. Central)	CEST-SE
		SOC1 – Recuperar 3 Barragens estratégicas do PISF	DI
		SOC1 – Executar 5% de execução física das obras de implantação do projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos	DI
		SOC1 – Executar 10% de execução física das obras de implantação da Barragem Fronteiras	DI
		SOC1 – Instruir 120 processos expropriatórios do açude público Fronteiras	DI/DEP
		SOC1 – Elaborar 04 (quatro) relatórios de acompanhamento dos contratos Administrados pela DI	DI/DOB
		SOC1 – Habilitar 3 (três) Distritos ou Associações de irrigantes para Receber contrapartida financeira do Governo Federal	DP
		SOC1 – Protocolar 01 (uma) renovação de Licenciamento ambiental de Projeto Público de Irrigação	DP
		SOC1 – Distribuir 10 (dez) milhões de alevinos	DP
		SOC1 – Capacitar 550 pessoas (estudantes, produtores, profissionais afins)	DP/DPA
		SOC1 – Instruir 150 processos para transferência e/ou titulação de unidades parcelares	DP/DTO
	Implementar mecanismos de participação e controle social	SOC3 – Elaborar 1 (um) Plano de Dados Aberto	GAB/CPGE/DGE
APRENDIZADO E PESSOAS (AP)	Estruturar Sistema de Desenvolvimento de pessoas	AP1 – Realizar 02 (duas) ações de desenvolvimento de pessoas, direcionadas a Preparação para aposentadoria	DA/DGP
FINANCEIRA/ ORÇAMENTÁRIA (FO)	Otimizar o monitoramento e a execução orçamentária e financeira	F03 – Fornecer 11 (onze) tabelas mensais com a evolução do saldo de restos a pagar não processado a liquidar, referente aos meses de fevereiro a dezembro, a serem encaminhados em até 30 dias do encerramento dos respectivos meses.	DA/DRF



## **A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, EM ESPECIAL AO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO.**

O DNOCS é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com estrutura de governança finalística definidas por unidades específicas singulares, que estão organizadas de modo a melhor cumprir seus objetivos. Os objetivos estratégicos que compõem o Planejamento Estratégico são norteadores para a entidade e representam a priorização e o foco da gestão, com aderência ao Planejamento Orçamentário anual e o PPA.

O DNOCS possui duas estruturas colegiadas, um Conselho Consultivo, presidido pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, instância política, com o objetivo de discutir as prioridades sob o olhar regional, com entes federados da região de sua área de atuação e instituições-afins e a Diretoria Colegiada, instância decisória máxima da instituição. Após 19 anos da Lei 10.204/2001, já é indicada a sua alteração ou revisão, no que tange ao Conselho Consultivo, seus objetivos e sua composição.

A Diretoria Colegiada contribuiu com iniciativas de implementar mecanismos e controle social, com a aprovação do Plano de Dados Abertos, Plano de Integridade e no fortalecimento da estrutura de governança, riscos e controle interno.

A priorização dos temas, focados nos objetivos estratégicos e nas ações do PPA e OGU, traz sinergia às ações da instituição, no desafio de facilitar a tomada de decisão. O Planejamento Estratégico sistemático e atuante contribui para informações mais confiáveis e dados para nortear a tomada de decisão.

Dessa forma, destacam-se as seguintes iniciativas que ocorreram em 2019, para o fortalecimento do sistema de governança:

- i. Instituição da Política de Gestão de Riscos – PGR, através da Portaria nº 83 DG, de 15 de março de 2019, que trouxe as primeiras diretrizes para a definição da metodologia de gestão de riscos a ser implementada na autarquia.
- ii. Foi criado o Núcleo de Governança, Riscos e Controle – NUGOV, através das Portarias nº 510 e 512 DG, de 11 de dezembro de 2019, compondo assim a estrutura de governança do órgão, como parte integrante da Coordenação de Planejamento, e Gestão Estratégica, presta apoio técnico e executivo ao Comitê de Governança, Riscos e Controle.
- iii. Editou Resolução nº 3, de 28 de agosto de 2019, com a finalidade de disciplinar as normas para estabelecer critérios de seleção, locação, perfuração e instalação de Poços Públicos Profundos pelo DNOCS, contribuindo com a transparência do processo de escolha de seleção desse projeto.
- iv. Validação de seu Plano de Dados. – PDA, documento que orienta as ações de implementação e promoção de abertura de dados e informações da instituição ainda não disponíveis em formato aberto.
- v. Elaboração do Plano de Integridade da instituição, pautado pelos valores da valorização do ser humano, da ética e transparência, da sustentabilidade, da gestão meritocrática, das soluções inovadoras e da excelência técnica, definidos pelos líderes e servidores da Autarquia no Planejamento Estratégico 2017-2020.

No entanto a escassez de servidores, o acúmulo de diversas atribuições, dificultou o avanço de outras iniciativas relacionadas com os indicadores referentes ao fortalecimento da governança, em 2019.



Por isso, o motivo da aferição dos mecanismos de governança no DNOCS, realizados pelo Tribunal de Contas da União em 2018, ainda estarem abaixo do esperado, em 2019.

Para contribuir com melhoria dos indicadores de governança, o DNOCS criou o Núcleo de Governança, Riscos e Controle – NUGOV, em dezembro de 2019, através das Portarias nº 510 e 512 DG, de 11 de dezembro de 2019, uma instância executiva para prestar apoio técnico ao Comitê de Governança, Riscos e Controle.

Com essa medida, buscou-se fortalecer tecnicamente a estrutura de governança do órgão com a finalidade de prestar um bom apoio ao processo de tomada de decisão estratégica, do Comitê de Governança, Riscos e Controle, com a formulação de indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, estabelecimento de gestão de riscos e de controles internos.

Ainda em 2019 ocorreu a fase de planejamento desses trabalhos e foi apresentado pelo NUGOV o projeto de Fortalecimento do Sistema de Governança do DNOCS. Os primeiros resultados desse trabalho serão alcançados somente a partir de 2020, com o estabelecimento dos indicadores e a política de gestão de riscos no âmbito do macroprocesso de contratações e aquisições, e posteriormente para os demais.

No relacionamento com a sociedade quando se verifica os mecanismos de accountability, o DNOCS já alcança um resultado melhor, o que sugere boas práticas no sentido da implementação e atendimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), conforme tópico que trata.

## **MECANISMOS, AÇÕES E ATIVIDADES IMPLEMENTADAS E DETERMINADAS PELA ALTA ADMINISTRAÇÃO E PELAS CEST'S PARA GARANTIR LEGALIDADE, A ECONOMICIDADE, A EFICIÊNCIA, A EFICÁCIA E A LEGITIMIDADE DE ATOS**

O Orçamento Geral da União (OGU) é organizado por unidade orçamentária, sem subunidade orçamentária, como é o caso das Coordenadorias Estaduais. Para execução orçamentária na área administrativa, as CESTs solicitam os recursos necessários para descentralização. Os recursos referentes às despesas com diárias e passagens: é estabelecido cota mensal para descentralização, que em casos excepcionais é suplementado.

Na área finalística, a descentralização dos recursos ocorre com a anuência da Diretoria de Produção e Desenvolvimento Tecnológico e da Diretoria de Infraestrutura Hídrica. Para contratações, é definido em Regimento Interno os valores limite. E acima, é submetido à aprovação da Diretoria Colegiada. Como unidade orçamentária normativa cabe à Administração Central descentralizar e fiscalizar a aplicação dos recursos.

Para garantir a eficiência e eficácia na alocação desses recursos foi colocado no escopo do Projeto de Fortalecimento da Governança do DNOCS, a necessidade de realizar o mapeamento dos macroprocessos finalísticos, de suporte e de gestão, de forma a garantir que os projetos consigam a destinação dos seus respectivos recursos ao mesmo tempo em que esses procedimentos estejam em *compliance* com as normas estabelecidas, garantindo assim a legalidade dos atos e procedimentos adotados pela autarquia. A legitimidade desses projetos e seus respectivos atos será confirmada pela tomada de decisão da alta administração, a partir de indicadores que possibilitem a análise da performance dos seus gastos e quais projetos estão colaborando para o alcance dos objetivos estratégicos, se por acaso existem projetos que mereçam ser fortalecidos, repensados, ou até mesmo não seguirem adiante.

Destaca-se que, por estarem contidos no Projeto de Fortalecimento da Governança do DNOCS, da mesma forma que o detalhamento da política de gestão de riscos, a implementação dos controles internos e a instituição dos indicadores, os primeiros resultados do mapeamento desses processos apareceram a partir de 2020.





Capítulo  
**03**

# Riscos, oportunidades e perspectivas





# Gestão de Riscos e Controles Internos

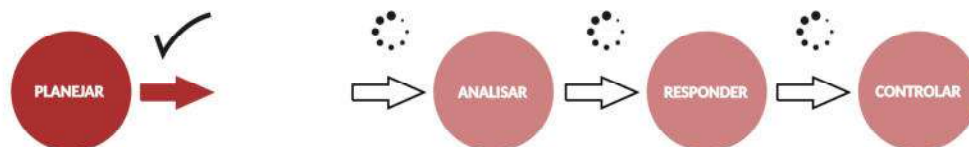
## INTRODUÇÃO

Contribuindo com as atividades da boa Governança Pública, a Gestão de Riscos apresenta-se como um importante processo no DNOCS de suporte a gestão.

O DNOCS vem realizando iniciativas com a finalidade de fortalecer e institucionalizar a política de gestão de riscos do órgão, com a publicação de normativos instituindo espaços específicos para tratar sobre o tema, a exemplo do Comitê de Governança, Riscos e Controle e o Núcleo de Governança, Riscos e Controle, este subsidiando tecnicamente aquele.

A abordagem sob a perspectiva de projeto fez com que fosse elaborada a Estrutura Analítica do Projeto – EAP, contendo a descrição dos produtos que serão realizados para uma gestão de riscos eficaz e permitindo que sejam trabalhados cronogramas e uso dos recursos, conforme poderá ser observado mais adiante.

## EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE RISCOS 2019



Em 2019 o DNOCS instituiu o Núcleo de Gestão de Riscos, que ao longo do ano se tornou o Núcleo de Governança, Riscos e Controle - NUGOV, para subsidiar tecnicamente o Comitê de Governança, Riscos e Controle, afim de contribuir com o fortalecimento da governança do órgão. Dentre os temas que são trabalhados no âmbito do NUGOV está a gestão de riscos.

A fase de planejamento da gestão de Riscos no DNOCS se materializou com a Estrutura Analítica do Projeto - EAP de fortalecimento da gestão de riscos, que está contida na EAP que trata do projeto de fortalecimento do Sistema de Governança da instituição.

Conforme figura acima, completada a Fase de Planejamento, ainda em 2019 teve início a fase de identificação dos riscos que será tratada com mais intensidade, juntamente com as demais fases em 2020.

## PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE RISCOS

### Normativos Internos:

Visando consolidar definitivamente as iniciativas referente à gestão de riscos no órgão, foram publicados normativos internos que colaboraram com institucionalização desse processo.

- Portaria nº 319, de 28 de junho de 2017 - Institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.
- Portaria nº 510 DG, DE 11 de dezembro de 2019 – Designa o Coordenador do Núcleo de Gestão de Governança, Riscos e Controle - NUGOV.
- Portaria nº 512 DG, de 11 de dezembro de 2019 - Altera a Portaria nº 83/DG, de 15 de março de 2019, que Institui a Política de Gestão de Riscos – PGR do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

### Estrutura Analítica do Projeto

A estrutura analítica do projeto – EAP, é uma ferramenta de extrema importância na definição do escopo dos produtos que devem ser entregues em um projeto.

Contido na EAP do projeto de Fortalecimento do Sistema de Governança no DNOCS, está a EAP do Plano de Gestão de Riscos, definindo cada entrega que deve ser feito, possibilitando a medição da evolução do plano.

A partir dessa estrutura, poderão ser definidas as atividades que devem ser realizadas para a conclusão de cada produto, juntamente com os recursos necessários e os respectivos prazos.

## ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS



## ESTRUTURA DE TÓPICOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO DE RISCOS

Ainda na fase de planejamento definiu-se a estrutura de tópicos do relatório de gestão de riscos. Os tópicos foram pensados para contribuir com o processo decisório na gestão de riscos, por exemplo, uma análise feita a partir das consequências em conjunto com os percentuais de probabilidade e impacto de cada risco, permitirá compará-los entre si e consequentemente proceder a respectiva priorização.

Os tópicos estão representados a seguir:

- Id
- Descrição do Risco
- Consequências
- Natureza do Risco
- Responsável
- Probabilidade
- Impacto
- Severidade
- Gatilho
- Ação





# Gestão de Riscos e Controles Internos

A existência da informação do gatilho contribuirá para que sejam realizadas ações antecipadas no caso de disparos, reduzindo sobremaneira a eminência de ocorrência dos riscos.

## IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

- Análise dos relatórios e estudos dos órgãos de controle a partir de ações realizadas no DNOCS, buscando identificar vulnerabilidades apontadas por aqueles órgãos.
- Identificação de atividades finalísticas, de suporte e assessorias, para priorização de estudos.
- Elaboração de mapeamento de processos prioritários e análise de pontos de vulnerabilidade.

## CAPACITAÇÃO

O DNOCS tem participado das capacitações que ocorreram ao longo de 2019, sobre o tema gestão de riscos, a exemplo do IV Seminário de Gestão de riscos, ocorrido em agosto, promovido pela Unidade Regional da Controladoria Geral da União no Ceará.

## CONTROLE INTERNO

Referente aos mecanismos de Controle Interno, destacou-se o monitoramento e controle realizado para o acompanhamento das metas pactuadas.

Essa supervisão se deu a partir de realizações de verificações no Sistema de Gestão de Projetos, alimentado a partir das informações contidas nos processos de execução das metas. Outras formas de acompanhamento realizadas em 2019, foram as realizações de videoconferências, monitoramento das correspondências contidas nos processos, comunicações via telefone e e-mails.

Em 2019, o DNOCS trabalhou ainda em normatizações com a finalidade de fortalecer os controles internos, a exemplo das Portaria nº 57 – DG, de 12 de fevereiro de 2020 e Portaria nº 510 – DG, de 11 de dezembro de 2019.

Os trabalhos que estabeleceram a normatização dos procedimentos e regras para o funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ocorreram em 2019, e resultaram na Portaria nº 57 – DG, de 12 de fevereiro de 2020, e dispôs sobre a criação, alteração e exclusão de unidades no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no âmbito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

Já a partir da edição da Portaria nº 510 – DG, de 11 de dezembro de 2019, foi instituído o Núcleo de Governança, Riscos e Controle – NUGOV, que dentre outros objetivos, possui a finalidade de participar de iniciativas voltadas para a instituição de mecanismos de controles internos da autarquia.

O DNOCS vem trabalhando cada vez mais para institucionalizar ações voltadas para o fortalecimento do Sistema de Governança, a partir de ações integradas de mapeamentos de processos, gestão de riscos, controles internos, dentre outras.

Uma das linhas de ações do NUGOV é a identificação de possibilidades de fortalecimento dos mecanismos de controle interno, a partir das análises dos Acórdãos 588/2018-Plenário e 2.699/2018-Plenário, ambos do TCU. Ainda em 2019 foram priorizados os macroprocessos de contratações e aquisições de formalizações de convênio.

Destaca-se ainda a elaboração do Plano de Dados Abertos, elaborado a partir da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), a Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 12 de abril de 2012, que instituiu a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), o Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, que instituiu a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que instituiu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo

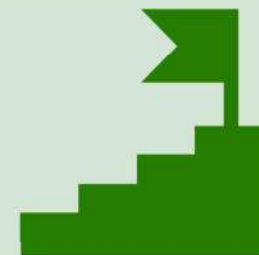
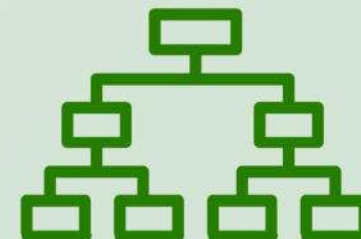
Federal, entre outros normativos que tratam do tema de transparência. Foram observadas, também, as orientações do Manual para Elaboração de Plano de Dados Abertos.





Capítulo  
**04**

# Resultados e desempenho da gestão







## Diretor Administrativo Joaquim Izidio Neto

O Relatório de Gestão retrata o empenho de todos os integrantes da Diretoria Administrativa da Autarquia Federal, no ano de 2019, em cooperar, contribuir, acompanhar, fiscalizar e planejar, da melhor maneira possível, para que Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS cumpra sua nobre missão de promover os esforços continuados e integrados para que a população do Nordeste possa conviver com a seca, por intermédio da implantações de infraestruturas visando ao melhor aproveitamento dos recursos hídricos existentes, assessorando os órgãos no desenvolvimento socioeconômico e melhoria

A Diretoria Administrativa – DA faz parte do Órgão de Direção Superior do DNOCS, ou seja, a Diretoria Colegiada – DC, onde são tomadas as decisões mais importantes para o Órgão, de maneira compartilhada.

A DA é estruturada em: Divisão de Gestão de Pessoas para administração das pessoas e de pagamentos; Divisão de Recursos Logísticos encarregada de materiais e patrimônio; Divisão de Recursos Financeiros com encargos de execução orçamentária e financeira e serviços de contabilidade e a Divisão de Licitação. É importante destacar que à Diretoria Administrativa compete: planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Administração Financeira, de Contabilidade, de Pessoal Civil da Administração Federal, de Gestão de Documentos de Arquivo e de Serviços Gerais, no âmbito do DNOCS. Assim, envolve toda a Autarquia e as Coordenadorias Estaduais. (Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2017 - art. 30 - Regimento Interno do DNOCS).

Alguns avanços nas questões de governança, monitoramentos das ações, auditorias nas áreas financeiras e contábeis tiveram resultados positivos, mas precisam avançar muito, com destaque para as novas diretrizes do Diretor-Geral.

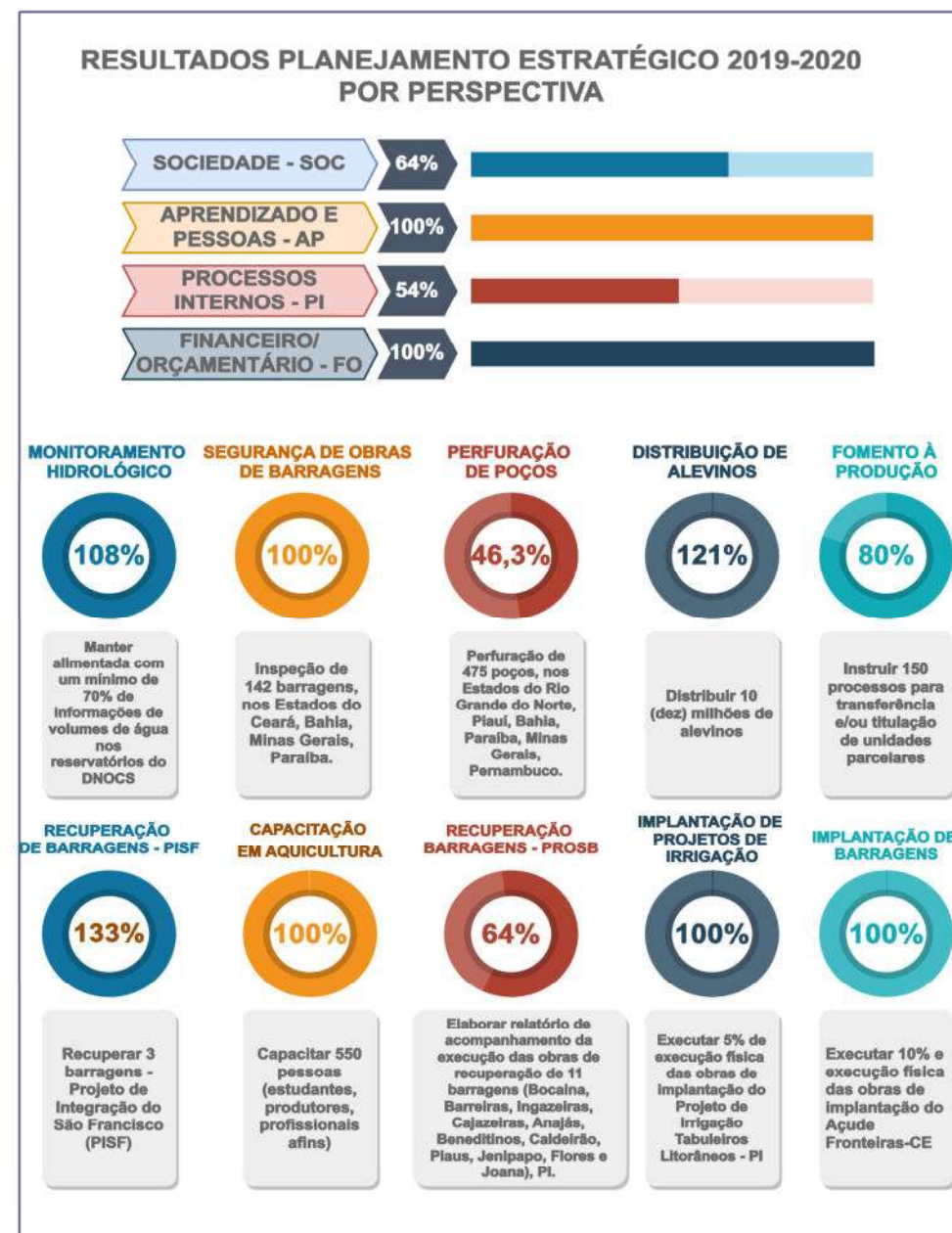
A integração com os órgãos de controles internos e externos deve ser uma ação permanente, sobretudo acatar e resolver, em curto prazo, as observações, pareceres, e com base nos principais registros e recomendações formulados pela Controladoria Geral da União-CGU e Tribunal de Contas da União-TCU. O acompanhamento, a comunicação e a fiscalização dos trabalhos das Coordenadorias Estaduais, por parte da Diretoria Administrativa, foi significativa; porém, entendemos que as soluções proativas e de resultados práticos produzem mais visibilidade e acreditação no DNOCS, pelas ações finalísticas implantadas, mesmo contando com um efetivo bastante reduzido para as diversas missões impostas à Autarquia.

A leitura deste Relatório certamente trará muitas informações importantes, não especificamente da Diretoria Administrativa, mas do conjunto de todas as ações implantadas em 2019 pela Autarquia Federal-DNOCS.

O DNOCS apresenta os principais resultados finalísticos alcançados no exercício de 2019, vinculados à sua missão institucional e aos objetivos estratégicos. Os indicadores de desempenho da instituição são medidos pelas ações executadas por meio do Orçamento Geral da União, do Plano Plurianual e pelo Planejamento Estratégico. No caso do Orçamento Geral da União, os indicadores representam os programas e as ações, que são executadas por vários órgãos.

No ano de 2019, a instituição deu ênfase ao fortalecimento do controle interno e governança, a saber: normatização para perfuração de poços, normas para procedimentos e regras para funcionamento do SEI, no âmbito do DNOCS, padronização de procedimentos na área de gestão estratégica e desenvolvimento institucional (formulários de detalhamento da meta - 5W2H, acompanhamento trimestral, comprovantes, mapeamento do processo de pactuação de metas), elaboração do Plano de Integridade, criação do NUGOV – Núcleo de Governança e Gestão de Riscos, elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA).

Os principais resultados apurados no período 2019-2020, estão apresentados, no Quadro a seguir, organizados por macroprocessos identificados na cadeia de valor finalística do DNOCS e por perspectiva. O detalhamento dos resultados de todas as metas propostas está disponível no SIGEPRO/REDMINE.





# Resultados do Planejamento Estratégico 2019-2020

Apresentamos abaixo, a evolução percentual, por perspectiva, dos três ciclos, de 2017-2020. Considerando as médias obtidas do atingimento das perspectivas, o indicador geral dos resultados do PEI 2017-2020 é de 79,74%, que representa o alcance do atendimento à visão proposta pelo Planejamento estratégico para o período 2017-2020.

Quadro Síntese dos resultados alcançados PEI 2019-2020

PERSPECTIVA	CICLOS			RESULTADO
	2017-2018	2018-2019	2019-2020	
SOCIEDADE - SOC	69%	75%	64%	69,33%
APRENDIZADO E PESSOAS	92%	84%	100%	92%
PROCESSOS INTERNOS	66%	91%	54%	70,33%
FINANCEIRO/ ORÇAMENTÁRIO	67%	100%	95%	87,33%

Visão: 79,74% (indicador de resultado do PEI 2017-2020).

Fonte: elaborado pela GDI, 2020.

A visão, que representa o que foi perseguido pelo DNOCS, conforme mapa estratégico, para o período de 2017-2020 é: *impulsionar o reconhecimento até 2020, como instituição de referência nacional, em ações para a harmoniosa convivência com os efeitos da seca*. Como a autarquia está concluindo o último ciclo do PEI 2017-2020, são apresentados os resultados acumulados, considerando as perspectivas da sociedade, aprendizado e pessoas, processos internos, financeira /orçamentária. O quadro analítico que é apresentado, representa o percentual de atingimento por perspectiva e apresenta os principais resultados, considerando a cadeia de valor da instituição.

E agregado aos resultados apresentados, é possível afirmar que a autarquia está construindo internamente a cultura do planejamento, buscando focar nas suas competências legais, apesar da aceleração de saída de seus técnicos.

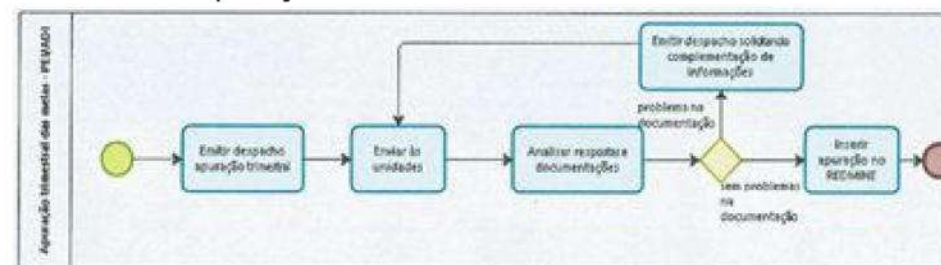
Importante ressaltar que o período 2017-2020 fez parte de um grande ciclo de seca na região, adversidade climática que impactou negativamente as ações do DNOCS, principalmente na acumulação de água nos reservatórios e por consequência, prejudicou as ações produtivas consuntivas de água, como a agricultura de sequeiro, agricultura irrigada e a aquicultura.

O cultivo em tanque-rede perdeu seu protagonismo como atividade econômica no Açude Castanhão, por exemplo, que atualmente apresenta apenas 2% de sua capacidade.

## Monitoramento de metas não alcançadas e perspectivas para os próximos exercícios

O DNOCS acompanha e monitora as metas e resultados de seu planejamento estratégico por meio do sistema SIGEPRO/REDMINE. Neste período de 2017 a 2020, a autarquia vinculou a Avaliação de Desempenho ao Planejamento estratégico, com o objetivo de alinhar os objetivos estratégicos às metas pactuadas a cada ciclo anual. Com a implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, os procedimentos foram organizados, conforme ilustração.

Fluxo de Apuração trimestral das metas PEI/ADI



Elaboração: CPGE/DGE/GDI, 2020.



O DNOCS realiza sistematicamente, ao final de cada trimestre, a apuração parcial das metas pactuadas, sendo esta cobrança direcionada às Diretorias e Coordenadorias Estaduais. Desta forma, os diretores e coordenadores apresentam os resultados parciais, acompanhados dos respectivos comprovantes, propiciando assim um acompanhamento preciso e eficaz, pois caso alguma unidade não informe o andamento da meta pactuada no prazo previsto, cabe ao diretor ou coordenador a que a unidade é subordinada justificar o não cumprimento da meta. Em relação às comprovações, exige-se que sempre estejam datadas e assinadas pelos responsáveis, para que possa ser contabilizada.

De posse das informações, utilizamos o Sistema de Gestão de Projetos (SIGEPRO/REDMINE) para análise dos resultados, o que possibilita identificar potenciais divergências entre o realizado e o pactuado, seja aquém ou além, e concluir acerca da necessidade de repactuação ou não de cada meta. Vale ressaltar que o pedido de repactuação deve conter uma justificativa plausível para que seja aprovado.

A cada início de ciclo de pactuação, as unidades analisam as metas do ciclo anterior que não foram alcançadas em sua totalidade para que, considerando o orçamento e os demais recursos, possam buscar seu atingimento no ciclo subsequente, visando a continuidade das ações da Autarquia. As metas não alcançadas compõem o cadastro de informações do SIGEPRO/REDMINE.

Percebe-se assim que a instituição vem construindo uma sistemática de monitorar e acompanhar o Planejamento Estratégico, organizando uma base de informações acerca de suas ações prioritárias.

A expectativa para o próximo ciclo de Planejamento Estratégico 2020-2023 é elaborar indicadores de desempenho e de resultado para o nível estratégico, bem como promover o alinhamento contínuo dos instrumentos de planejamento do governo federal e do Ministério do Desenvolvimento Regional com as diretrizes do Planejamento Estratégico do DNOCS.

As emendas parlamentares individuais, impositivas, representam importante aporte de recursos para o DNOCS anualmente e algumas ações são representadas no PEI 2019-2020, como aquisição e distribuição de tratores e equipamentos agrícolas; aquisição, perfuração e instalação de poços; pequenas infraestruturas hídricas.

A autarquia despende recursos humanos para análise de projetos e tem gastos financeiros adicionais com diárias e transporte para a necessária fiscalização e acompanhamento.



Adicionalmente, como autarquia vinculada, o DNOCS executa ações por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED. A recuperação das barragens do PISF é um exemplo. São executadas com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Estas iniciativas são importantes, no entanto, o DNOCS dispõe de quadro de pessoal técnico reduzido, as despesas com diárias e transporte são insuficientes para fiscalização e acompanhamento de obras que não são planejadas no Orçamento da autarquia, pois as emendas são incluídas após. E ao final do exercício, não são referidas nos resultados da Gestão, não agregando valor ao desempenho da instituição, apesar do esforço.

O Planejamento Estratégico, portanto, tem incorporado os resultados de algumas dessas ações que eram invisíveis, para que o DNOCS possa prestar contas à sociedade.

Os desafios dos próximos anos são muitos, a instituição está perdendo rapidamente sua capacidade operacional e precisa repensar a maneira de executar suas ações. Ciente que este é um desafio para a administração pública, como cumprir suas competências, com um patrimônio a ser gerenciado, presente em todos os Estados? Como organizar um modelo para obter receita? Como inspecionar barragens e seu entorno, obrigação da Lei de Segurança de Barragens?

Como produzir mais e melhor em seus projetos de irrigação? Como produzir e distribuir alevinos, aporte de proteína animal em seus açudes?

Diante desses desafios, nas perspectivas propostas para o próximo PEI 2020-2023 serão priorizados:

**1. Resultados para Sociedade:** oferta de água; aumento da produção agrícola e aquícola; gestão do conhecimento;

**2. Fortalecimento Institucional:** reduzir a vulnerabilidade à corrupção; aprimorar a governança e a gestão de riscos; organização de sistema de gestão de receitas com o objetivo da autogestão em áreas como as Estações de Piscicultura;

**3. Processos Estruturantes:** redução e racionalização de custos e despesas; regularização de contratos (irrigação, áreas de montante); gestão patrimonial;

A missão é resultado da competência legal da autarquia e para o PEI 2020-2023 será mantida, com compromisso de divulgação nos diversos meios disponíveis.

A visão proposta: *ser referência nacional na implantação de infraestruturas hídricas e no seu aproveitamento, garantindo o desenvolvimento da região semiárida brasileira e a democratização do acesso à água, com respeito ao conhecimento técnico acumulado.*





# Infraestrutura Hídrica

## Informações da Diretoria de Infraestrutura Hídrica para Relatório de Gestão 2019

Durante o exercício 2019, a Diretoria de Infraestrutura Hídrica deu continuidade aos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos para a ampliação da reserva hídrica no Nordeste, bem como às recuperações dos reservatórios sob a jurisdição do DNOCS.

Dentre as atividades de implantação de infraestruturas as ações realizadas podem ser subdivididas em implantação de infraestruturas e em recuperação/modernização de estruturas já existentes.

### Implantação de Infraestruturas Hídricas

No tocante à implantação, o DNOCS realizou obras de implantação:

**Adutora do Pajeú/PE-PB - 2ª Etapa (1ª Fase)** - é um empreendimento voltado para o abastecimento humano, envolvendo a construção de sistema adutor, composto por captações no Eixo Leste do PISF e no lago de Itaparica, estações de bombeamento, reservatórios e tubulações, atingindo 196 km de adução entre os Estados de Pernambuco e Paraíba.

**Barragens Fronteiras/CE** - A Barragem estará situada na microrregião do Sertão de Crateús, na região oeste do estado do Ceará. A finalidade principal será o suprimento das demandas hídricas dos distritos e povoados da zona rural, e reforço do sistema de abastecimento do principal aglomerado urbano da região - Crateús, bem como de outras cidades integrantes dos Sertões de Crateús.

**Ingazeira/PE** - A Barragem de Ingazeira barra o rio Pajeú que nasce na Serra da Balança, no Município de Brejinho, próximo à divisa entre os Estados da Paraíba e Pernambuco, sendo afluente do Rio São Francisco. O eixo da barragem está localizado nos limites municipais de Ingazeira, Tabira e São José do Egito, no Estado de Pernambuco.

**Oiticica/RN** - O sítio barrável está localizado sobre o rio Piranhas-Açu, na Fazenda Oitica, aproximadamente, 17 km a sudoeste da sede do município de Jucurutu, no estado do Rio Grande do Norte. A construção da Barragem de Oitica é de extrema importância para a região do Seridó com a finalidade de amenizar o efeito de cheias, visando proporcionar o controle das vazões do Rio Piranhas, reduzindo o risco de inundações no Vale do Açu a jusante da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Além disso, visa suprir o déficit hídrico da sub-bacia do rio Seridó a qual responde por 90% do déficit hídrico da bacia do Piranhas-Açu.

Estas obras beneficiarão mais de 700 mil pessoas no semiárido nordestino.

Obra	Situação Atual (dezembro/2019)	Municípios a serem beneficiados	População beneficiada prevista	Volume previsto
Adutora do Pajeú - 2ª Etapa	Em andamento (96,58%)	32 localidades em Pernambuco e 8 na Paraíba	439.000 (PE) 61.145 (PB)	Não se aplica
Barragem Fronteiras	Em andamento (20,60%)	Crateús	80.000	488.180.000 m³
Barragem Ingazeira	Concluída	Ingazeira, Tabira e São José do Egito	74.000	49.000.000 m³
Barragem Oitica	Em andamento (81%)	Jucurutu	330.000	556.258.050 m³

No ano de 2019, o DNOCS concluiu, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, a implantação do sistema Adutor Emergencial de Pereiro, conforme os dados abaixo:

Adutora	Extensão	Município Beneficiado	População beneficiada (Censo IBGE 2010)	Situação atual
Pereiro	36,33 km	Pereiro	15.757	Concluída

### Recuperação de Barragens do DNOCS

No que se refere à recuperação dos seus reservatórios, o DNOCS vem realizando esforços para a desempenhar essa atividade de grande importância.

Desde 2016, o DNOCS vem atuando por meio de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional para a recuperação dos reservatórios desta Autarquia que estão incluídas no PISF. No exercício de 2019, o DNOCS realizou obras em 8 reservatórios, com a conclusão de 4 deles.

Também foi dada continuidade às ações de recuperações de barragens previstas no Programa de Segurança de Barragem (PROSB), bem como realizou recuperações em parceria com a ANA. Dentre essas barragens, o DNOCS concluiu obras em 11 reservatórios, deu continuidade ou deu início a obras em 23 reservatórios.

Para o ano de 2020, está prevista a recuperação de mais 45, pois foram concluídas a licitação da recuperação de 20 reservatórios no fim de 2019, bem como se encontravam 25 em licitação.

A tabela a seguir apresenta resumo da situação descrita.

### Barragens Estratégicas do PISF

Barragem	Situação	População atendida	Volume do Reservatório (m³)
Poções/PB	Obras em andamento	30.852	29.862.000
São Gonçalo/PB	Obras em andamento	65.803	44.600.000
Curema/PB	Concluída	15.149	720.000.000
Mãe D'água/PB	Concluída	15.149	638.000.000
Armando Ribeiro Gonçalves/RN	Concluída	53.227	2.400.000.000
Barra do Juá/PE	Concluída	29.285	71.474.000
Poço da Cruz/PE	Obras em andamento	26.954	504.000.000
Lima Campos/CE	Obras em andamento	68.018	76.000.000
Banabuiú/CE	Em licitação	80.087	1.600.000.000





# Infraestrutura Hídrica

## Barragens



UF	BARRAGEM	VOLUME (hm³)	OBSERVAÇÕES
PI	Cajazeiras	24,7	Concluído
PI	Ingazeira	25,72	Concluído
PI	Bocaina	106	Concluído
RN	Caldeirão Parelhas	9,32	Concluído
PB	Curimataú	5,98	Concluído
PB	Escondido	16,57	Concluído
PB	Santa Inês	26,11	Concluído
PB	Santa Luzia	11,96	Concluído
PB	São Mamede	15,79	Concluído
RN	Recuperação das Comportas de Maré	-	Concluído
CE	Realejo	31,55	Concluído

UF	BARRAGEM	VOLUME (hm³)	OBSERVAÇÕES
CE	Favelas	30,1	Obras em execução
CE	Várzea do Boi	51,91	Obras em execução
CE	Thomás Osterne	28,79	Obras em execução
CE	Farias de Sousa	12,24	Obras em execução
CE	São Vicente	9,85	Obras em execução
CE	Forquilha II	3,4	Obras em execução
CE	Gomes	2,35	Obras em execução
CE	Trici	16,37	Obras em execução
CE	Tucunduba	41,43	Obras em execução
PE	Jucazinho	327	Obras em execução
PI	Barreiras	52,8	Obras em execução
CE	Várzea da Volta	12,5	Obras em execução
CE	Serafim Dias	9,84	Obras em execução
CE	Realejo	31,55	Obras em execução
CE	Edson de Queiroz (Serrote)	254	Obras em execução
CE	Forquilha	50,13	Obras em execução
CE	Patos	7,55	Obras em execução
CE	Trussu	301	Obras em execução
CE	Santo Antônio de Aracatiaçu	24,34	Obras em execução
CE	São Pedro da Timbaúba	19,26	Obras em execução
CE	Ayres de Sousa	104,43	Obras em execução
CE	Paulo Sarasate (ARARAS)	891	Obras em execução
CE	Sobral	4,76	Obras em execução



# Infraestrutura Hídrica

Barragens



UF	BARRAGEM	VOLUME (hm³)	OBSERVAÇÕES
CE	General Sampaio	322,1	Contratado – Início em 2020
CE	Riacho do Sangue	61,42	Contratado – Início em 2020
CE	Tejuçuoca	28,11	Contratado – Início em 2020
CE	Fogareiro	118,82	Contratado – Início em 2020
CE	Amanari	11,01	Contratado – Início em 2020
CE	Pompeu Sobrinho (CHORÓ-LIMÃO)	143	Contratado – Início em 2020
CE	São Mateus	10,34	Contratado – Início em 2020
CE	Patú	71,83	Contratado – Início em 2020
PI	Açude Joana	11	Contratado – Início em 2020
PI	Aldeia	7,2	Contratado – Início em 2020
PI	Piaus	104	Contratado – Início em 2020
PI	Caldeirão	54,6	Contratado – Início em 2020
PI	Benedictinos	4,3	Contratado – Início em 2020
PB	Jatobá I	17,51	Contratado – Início em 2020
PB	Jatobá II	4,62	Contratado – Início em 2020
PB	Riacho de Santo Antonio	6,83	Contratado – Início em 2020
PB	Serra Branca	2,11	Contratado – Início em 2020
PB	Soledade	27,8	Contratado – Início em 2020
PB	Sumé	44,86	Contratado – Início em 2020
MA	Pericumã	63	Contratado – Início em 2020

UF	BARRAGEM	VOLUME (hm³)	OBSERVAÇÕES
BA	Barra do Mendes	1	Em licitação (02/2019)
BA	Tabua II	2,01	Em licitação (05/2019)
BA	Monteiro	3	Em licitação (02/2019)
BA	Cariacá	3,09	Em licitação (04/2019)
BA	Quincé	4,23	Em licitação (01/2019)
BA	Rio do Peixe	8,32	Em licitação (02/2019)
BA	Serrote	10,8	Em licitação (01/2019)
BA	Sohen	14,86	Em licitação (01/2019)
BA	Araci	65,84	Em licitação (01/2019)
BA	Brumado/Engº Luís Vieira	105	Em licitação (03/2019)
BA	Jacurici/Engº Rômulo Campos	146,82	Em licitação (01/2019)
BA	Cocorobó	245,38	Em licitação (02/2019)
BA	Anagé	255,63	Em licitação (06/2019)
BA	Miguel Calmom	0,5	Em licitação (02/2019)
BA	Laginha	0,7	Em licitação (02/2019)
BA	São Domingos	1,97	Em licitação (02/2019)
BA	Riacho do Onça	2,29	Em licitação (02/2019)
BA	Tapera	2,4	Em licitação (02/2019)
BA	Juraci Magalhães	4,63	Em licitação (02/2019)
BA	Adustina	13,43	Em licitação (01/2019)
BA	Rancharia	0,27	Em licitação (02/2019)
BA	Riacho do Sítio	0,9	Em licitação (02/2019)
BA	Genipapo	0,95	Em licitação (02/2019)
BA	Valente	4,64	Em licitação (02/2019)
BA	Andorinha II	13,68	Em licitação (01/2019)





# Eixo de Impacto: Gestão de Recursos Hídricos

## Segurança de Obras Hidráulicas

O DNOCS é o empreendedor de 328 Barragens no patrimônio do DNOCS, que possuem uma capacidade total de reservação de 36.122.852.852 m<sup>3</sup>, beneficiando uma população de 17.302.427 pessoas. Importante frisar que das 328 barragens, o DNOCS realiza o monitoramento de 319.

No ano de 2019, embora o DNOCS tenha uma equipe cada vez menor de servidores, realizou inspeções de segurança regulares ISR em 127 Barragens em cumprimento à Lei 12.334/2010, seguindo as orientações definidas pela Agência Nacional de Águas, Resolução ANA nº 742/2011, conforme metodologia apresentada no **Manual de Preenchimento da Ficha de Inspeção de Barragem**, tratando de inspeções criteriosas de barragens, onde as anomalias encontradas são constatadas, registradas, quantificadas e qualificadas. O registro e quantificação das anomalias é feito através da aplicação de check-list padronizado e relatório de inspeção.

No quadro a seguir, seguem informações acerca das barragens do DNOCS.

TADO	Nº BARRAGEM POR ESTADO	VOLUME TOTAL (m³)	POPULAÇÃO BENEFICIADA ESTIMADA	Nº BARRAGENS INSPECIONADAS 2019
AL	26	60.448.000	719.257	2
BA	34	1.061.284.781	1.065.750	34
CE	85	24.376.397.000	7.595.412	60
MA	2	1.077.000.000	280.259	0
MG	10	15.387.700	497.691	3
PB	43	2.572.966.000	977.342	25
PE	39	2.018.960.002	4.177.135	0
PI	25	1.714.576.369	779.306	1
RN	53	3.206.323.000	1.139.275	2
SE	11	19.510.000	71.000	0
TAL	328	36.122.852.852	17.302.427	127

## Monitoramento Hidrológico

O monitoramento dos reservatórios é utilizado como base para as ações de segurança e disponibilidade de água ao longo da região semiárida.

Os Boletins de Recursos Hídricos estão disponíveis no site do DNOCS, na Seção "Outras Publicações". A seguir apresentamos informações sobre a disponibilidade hídrica dos reservatórios do DNOCS.

## Monitoramento Hídrico

	Capacidade (Hm³)	Valor Acumulado (Hm³)	%
2007	23,24	13,04	56,11
2008	23,16	17,67	76,30
2009	23,16	18,70	80,73
2010	23,15	14,02	60,56
2011	23,18	16,97	73,23
2012	23,35	11,67	49,98
2013	23,58	7,96	33,76
2014	23,42	6,49	27,72
2015	23,32	3,98	17,06
2016	23,32	3,49	14,97
2017	23,27	3,29	14,13
2018	26,90	4,73	17,60
2019	26,90	6,49	24,16
2020	27,23	4,92	18,06



## Eixo de Impacto: Gestão de Recursos Hídricos

CEARÁ	TOTAL GERAL DOS AÇUDES MONITORADOS (66 açudes)	CAPACIDADE MÁXIMA	VOLUME (m³)	RESERVA HÍDRICA ATUAL (%)
		15.577.384.412	1.619.976.700	10,4
	Outros 19 açudes	324.594.150	-	-
BAHIA	TOTAL GERAL DOS AÇUDES MONITORADOS	CAPACIDADE MÁXIMA	VOLUME (m³)	RESERVA HÍDRICA ATUAL (%)
		1.100.309.338	430.944.450	39,17
PERNAMBUCO	TOTAL GERAL DOS AÇUDES MONITORADOS	CAPACIDADE MÁXIMA	VOLUME (m³)	RESERVA HÍDRICA ATUAL (%)
		1.800.029.151	150.429.000	8,36
PARAÍBA	TOTAL GERAL DOS AÇUDES MONITORADOS	CAPACIDADE MÁXIMA	VOLUME (m³)	RESERVA HÍDRICA ATUAL (%)
		2.495.672.954	296.831.485	11,89
PIAUÍ	TOTAL GERAL DOS AÇUDES MONITORADOS	CAPACIDADE MÁXIMA	VOLUME (m³)	RESERVA HÍDRICA ATUAL (%)
		1.664.488.656	926.943.401	54,22
MINAS GERAIS	TOTAL GERAL DOS AÇUDES MONITORADOS	CAPACIDADE MÁXIMA	VOLUME (m³)	RESERVA HÍDRICA ATUAL (%)
		8.228.000	3.629.000	44,11
MARANHÃO	TOTAL GERAL DOS AÇUDES MONITORADOS	CAPACIDADE MÁXIMA	VOLUME (m³)	RESERVA HÍDRICA ATUAL (%)
		1.077.000.000	760.200.000	70,58
RIO GRANDE DO NORTE	TOTAL GERAL DOS AÇUDES MONITORADOS	CAPACIDADE MÁXIMA	VOLUME (m³)	RESERVA HÍDRICA ATUAL (%)
		3.095.055.861	691.330.569	22,27
ALAGOAS	TOTAL GERAL DOS AÇUDES MONITORADOS	CAPACIDADE MÁXIMA	VOLUME (m³)	RESERVA HÍDRICA ATUAL (%)
		62.399.578	31.992.006	51,27
SERGIPE	TOTAL GERAL DOS AÇUDES MONITORADOS	CAPACIDADE MÁXIMA	VOLUME (m³)	RESERVA HÍDRICA ATUAL (%)
		19.510.000	11.637.000	59,65
TOTAL		27.224.672.100	4.923.913.611	18,05

### Programa Água Para Todos

O Programa Água Para Todos, tem como objetivo a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano, visando o pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social.

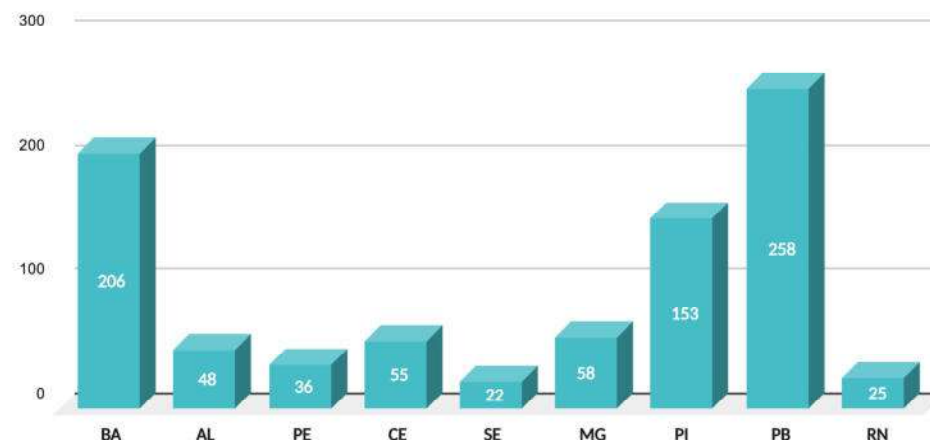
Neste sentido, foram firmados entre o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), os Termos de Cooperação Para Descentralização de Crédito de nº 34/2013 (Estados da Bahia, do Ceará, do Rio Grande do Norte e de Sergipe) e de nº 38/2013 (Estados da Paraíba e Maranhão), cujas vigências estão previstas para 25/02/2021 e 04/03/2021, respectivamente.

Objetivando o alcance da ação, foram pactuados os Termos de Compromisso, entre o DNOCS e 118 (cento e dezoito) Prefeituras Municipais, distribuídas entre os Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, prevendo a Implantação de 321 (trezentos e vinte e um) Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, em comunidades rurais, detalhadas abaixo:

ESTADO	Nº DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS	Nº DE TERMOS DE COMPROMISSOS
BA	60	20
CE	76	19
MG	9	3
PB	92	48
RN	33	11
SE	51	17
TOTAL	321	118

### Perfuração e Instalação de Poços

No ano de 2019, conforme informações fornecidas pelas Coordenadorias Estaduais realizadas a seguinte quantidade de implantação e instalação de poços:



Obs: CEST-CE teve desempenho prejudicado, devido à retenção das perfuratrizes por decisão do Ministério Público.





# Eixo de Impacto: Gestão de Recursos Hídricos

## Informações sobre convênios

Ao fim do exercício de 2019, estavam vigentes os seguintes convênios celebrados com esta Autarquia:

Nº SICONV	Conveniente	Objetivo
888992/2019	SERMARH/RN	Execução de obras de recuperação da Barragem Passagem das Traíras, contemplando: (i) abertura de fenda no barramento (ii) execução das obras civis de recuperação e reformas de barragem e (iii) supervisão e elaboração de projeto de AS BUILT.
882843/2019	PM de Russas/CE	Construção de Passagem Molhada sob o Riacho Araibu, com Pavimentação em Paralelepípedo dos Acessos
882637/2019	PM de Croatá/CE	Estradas Vicinais
882636/2019	PM de Cariús/CE	Pavimentação em pedra Tosca
882635/2019	PM de Jucás/CE	Pavimentação em pedra Tosca
865290/2018	PM de Catarina/CE	Sistema de Abastecimento de Água
865196/2018	PM de Catarina/CE	Construção de Açude
865291/2018	PM de Várzea Alegre	Construção de Açude
865197/2018	PM de Várzea Alegre	Construção de Açude
865325/2018	PM de S. J. Caiana	Perfuração e Instalação de Poços
852359/2017	PM de Nova Cruz/RN	Recuperação de Estradas Vicinais
850302/2017	PM de Monte Alegre/RN	Construção de P. Molhada, Sist. de Abast. de Água e poços artesanais
850301/2017	PM de Taboleiro Grande/RN	Estradas Vicinais
850093/2017	PM de Bento Fernandes/RN	Estradas Vicinais
850092/2017	PM de Calcó/RN	Poços tubulares

849540/2017	PM de Ibicoara/BA	Passagem Molhada
843488/2017	PM de Timbaúna dos Batistas/RN	Passagem Molhada
843486/2017	PM de Dom Basílio/CE	Implantação de Passagem Molhada
843486/2017	PM de Luiz Gomes/CE	Estradas Vicinais
843483/2017	PM de Riacho de Santana/CE	Estradas Vicinais
843482/2017	PM de Paraná/CE	Estradas Vicinais
843384/2017	PM de Parelhas/CE	Estradas Vicinais
843382/2017	PM de José de penha/CE	Estradas Vicinais
843380/2017	PM de Piancó/CE	Perfuração e Instalação de Poços
836233/2016	PM de Mombaça/CE	Perfuração de Poços Profundos
834294/2016	PM de Quixeré/CE	Construção de Poço Profundo
828043/2016	PM de Parambu/CE	Construção de Passagens Molhadas
827841/2016	PM de Catarina/CE	Perfuração de Poços Profundos
826992/2016	PM de Granjeiro/CE	Recuperação de Estradas Vicinais
801994/2014	PM de Caririáçu/CE	Construção de Açudes Públicos
801989/2014	PM de Aurora/CE	Construção de Açudes Públicos
801985/2014	PM de Pentecoste/CE	Implantação de Sistema de A. de água
783731/2013	PM de Água Belas/CE	Implantação de Barragens e Açudes
783730/2013	PM de Marco/CE	Construção de Passagens Molhadas
779042/2012	PM de Tauá/CE	Construção e Recuperação de Açudes
778904/2012	PM de Tauá/CE	Construção de Passagens Molhadas
752715/2010	PM de Solonópole/CE	Construção de Açude
738563/2010	PM de Portalegre/CE	Recuperação de Açude





## DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA

A Divisão de Pesca e Aquicultura desempenhou, no ano de 2019, papel de grande importância no desenvolvimento econômico-social, uma vez que, o trabalho desenvolvido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, já tornou a região do Nordeste Brasileiro uma das maiores produtoras de peixes cultivados no país, além de manter a piscosidade da bacia hidráulica de suas barragens e de preservar integralmente a biodiversidade aquática local. As atividades de produção de alevinos, capacitação de produtores, povoamento e repovoamento de coleções d'águas públicas e privadas são realizadas visando o crescimento dessa produção.

Nos diversos Estados, o DNOCS possui 13 Estações de piscicultura e um Centro de pesquisas que distribuíram, no ano de 2019, um total de 12.312.705 alevinos. Estas ações beneficiaram diretamente os pescadores, por meio do povoamento sistemático das 328 barragens pertencentes ao DNOCS em todo o semiárido nordestino. As barragens localizadas nos estados do Piauí, Ceará e Paraíba produziram aproximadamente 1.000 toneladas de peixes oriundas da pesca extrativa. Ressaltamos que a quantidade e a qualidade da água nos reservatórios contribuíram significativamente para a queda da produtividade nos açudes. Admitindo-se que o consumo médio nacional de peixes (da pesca de captura continental e aquicultura de água doce) é de 3,95 Kg per capita (dados de 2013, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO), esta produção é suficiente para alimentar 312.245 pessoas por ano. Apesar da produção de peixes dos referidos estados encontrar-se abaixo da dimensão esperada, estima-se que naqueles estados, um total de 2.386.910 pessoas sejam beneficiadas pelo pescado produzido ou capturado nos açudes.

Devido à escassez hídrica, as arrecadações com as vendas de alevinos sofreram decréscimo da ordem de R\$ 33.916,00 em relação ao projetado para 2019, uma vez que o volume dos açudes responsáveis pelo abastecimento de nossas estações permanece baixo, situação que já perdura desde 2012. O estado do Ceará que, em 2013, ocupou a segunda colocação na produção de tilápias com mais de 30 mil toneladas, passou em 2017 para a vigésima colocação, com uma produção de aproximadamente 7 mil toneladas. O setor já movimentou a economia regional, gerando milhares de empregos, principalmente nas localidades do entorno dos açudes Castanhão e Orós.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE PISCICULTURA E CENTRO DE PESQUISAS



CEARÁ
Padre Azavedo (Ibá)
Madameir Camello de França (Maranguape)
Camur Fontenele (Sobral)
Rui Simões de Menezes (Açu Santa)
Centro de Pesquisas em Aquicultura
Rodolpho Von Ihering (Pentecoste)
Centro de Pesquisas em Piscicultura
(Pentecoste)
Posto de Piscicultura (Teub)
SERGIPE
Gracho Cardoso
RIO GRANDE DO NORTE
Estação de Oliveira (Osório)
Pau dos Ferros (Pau dos Ferros)
BAHIA
Cedano Atlântico Litorâneo (Itacaré)
PIAUI
Achemar Braga (Ipiranga)
PERNAMBUCO
Boscos Tigre (Ibimirim)
PARAIBA
Joachim Firmans Filho (Mansopola)
ALAGOAS
João Alton Nogueira Mota (Jaramatã)



Centro de Pesquisa em Aquicultura: Rodolpho Von Ihering Pentecoste - CE





## Eixo de Impacto: Aproveitamento Hidroagrícola

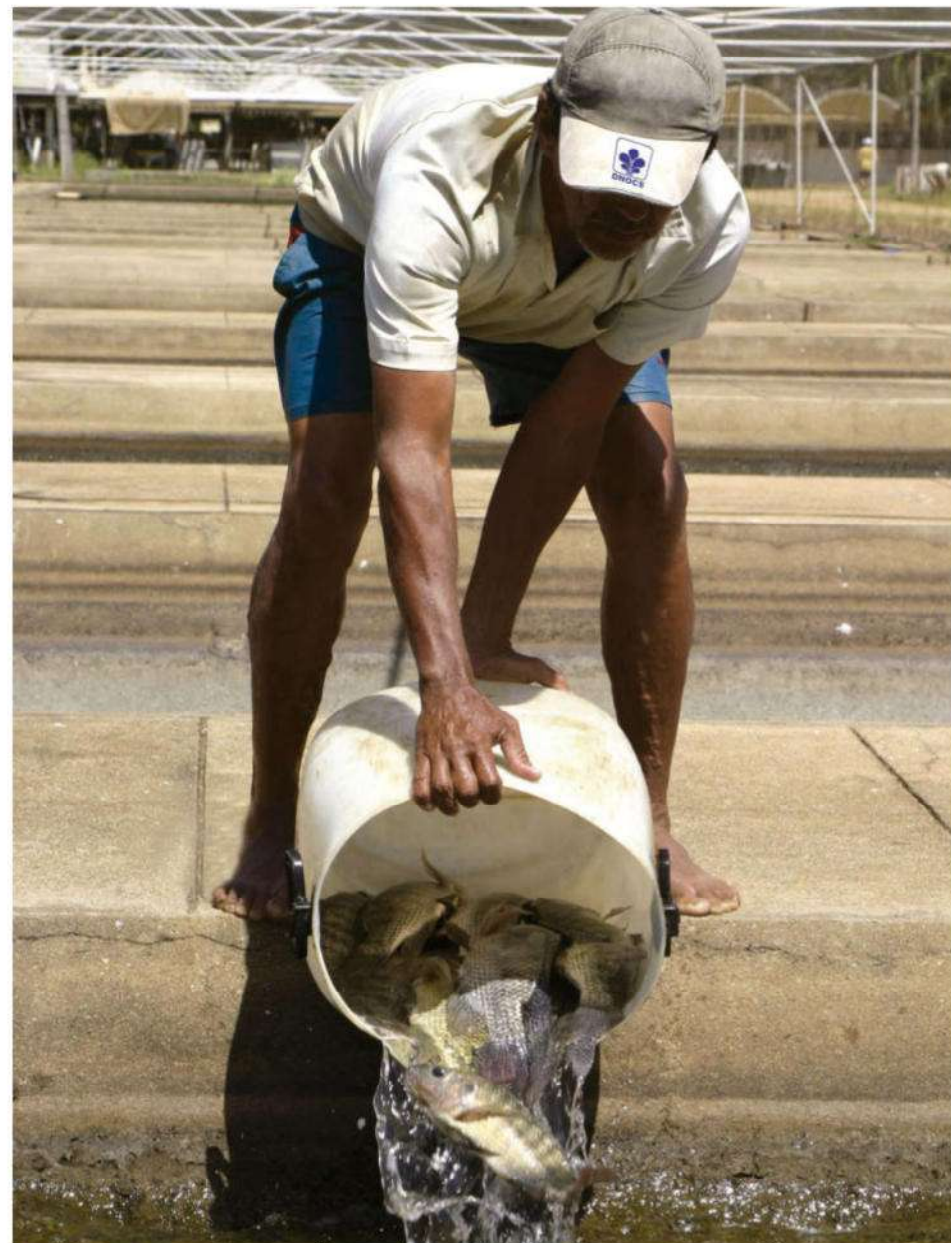
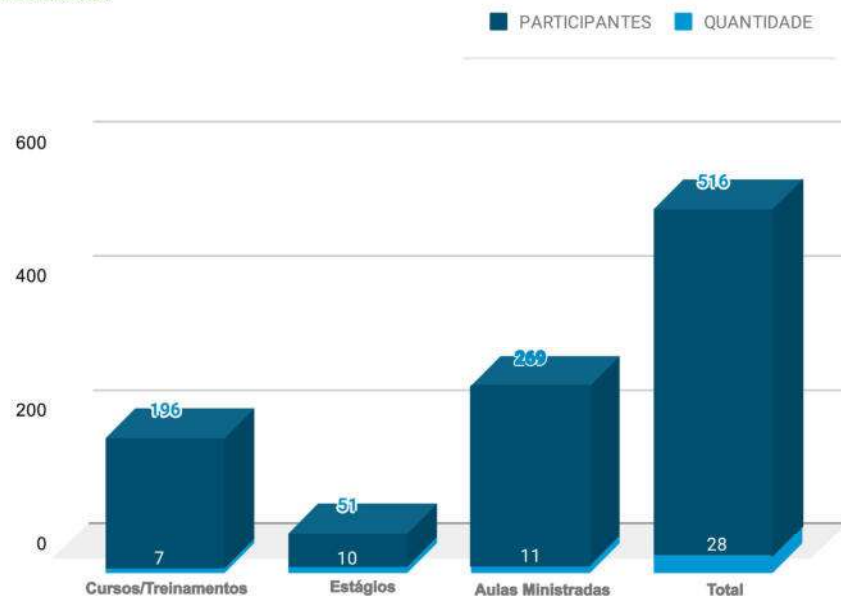
Atualmente, o desafio é retomar a atividade por meio da utilização de novas tecnologias de reaproveitamento da água e de produção em tanques bioflocos (BFT). Os açudes Castanhão e Orós, principais polos da produção de tilápia, chegaram a acumular menos de 10% do volume máximo de sua capacidade. A produção de tilápia em 2013 representou 30 mil ton/ano, em 2015 caiu para 19 mil ton/ano, em 2017 totalizou 7 mil ton/ano, segundo dados da Associação dos Piscicultores do Ceará. A partir de 2018, a qualidade da água já estava classificada como eutrofizada, sendo registradas ocorrências de mortalidade tanto dos peixes confinados em tanques-rede, como dos peixes selvagens. Nos dois reservatórios retromencionados, mais de 700 famílias foram diretamente afetadas.

Apesar das condições climáticas adversas observadas nos últimos 7 anos, que resultou na redução da produção de alevinos, cerca de 15.000 pescadores e suas famílias foram diretamente beneficiados por estas ações, bem como, mais de 500 aquicultores adquiriram alevinos de excelente padrão genético nas estações de piscicultura e no Centro de Pesquisas em Aquicultura.

Uma outra intervenção importante feita pelo DNOCS neste ambiente é a capacitação de pessoas para todas as atividades ligadas ao cultivo de peixes, desde a escolha da espécie, o controle de qualidade da água, a economicidade das unidades de cultivo, o controle de doenças, a tecnologia de aproveitamento do pescado, entre outras. Estes fatores econômicos possibilitaram a criação de um novo ramo do agronegócio, com destaque para a aquicultura.

No ano de 2019, foram realizados 28 eventos de capacitação, divididos entre cursos/treinamentos, estágios e aulas ministradas, contando com um total de 516 participantes (Quadro 1).

### Quantidade e número de participantes do curso/treinamento, estágio e aulas ministradas.







# Eixo de Impacto: Aproveitamento Hidroagrícola

## Projetos de Irrigação

A Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção, por meio de sua Divisão de Tecnologia e Operações Agrícolas (DP/DTO), tem sob sua responsabilidade coordenar e supervisionar as ações de operações agrícolas dos 37 projetos públicos de irrigação implantados e em operação, localizados em 7 estados diferentes, representando mais de 120 mil hectares de área própria para irrigação.



- |                                  |                          |                           |                   |
|----------------------------------|--------------------------|---------------------------|-------------------|
| 1 - Tabuleiro de São Bernardo    | 11 - Baixo-Acaraú        | 21 - Várzea do Boi        | 31 - Boa Vista    |
| 2 - Várzea do Flores             | 12 - Forquilha           | 22 - Quixabinha           | 32 - Cachoeira II |
| 3 - Tabuleiro Litorâneo do Piauí | 13 - Curu-Petencoste     | 23 - Pau dos Ferros       | 33 - Custódia     |
| 4 - Lagoas do Piauí              | 14 - Curu-paraipaba      | 24 - Cruzeta              | 34 - Moxotó       |
| 5 - Caldeirão                    | 15 - Morada Nova         | 25 - Sabugi               | 36 - Jacurici     |
| 6 - Platôs de Guadalupe          | 16 - Jaguaruana          | 26 - Itans                | 37 - Brumado      |
| 7 - Gurguéia                     | 17 - Tabuleiro de Russas | 27 - Baixo Açú            |                   |
| 8 - Fidalgo                      | 18 - Jaguaribe - Apodi   | 28 - São Gonçalo          |                   |
| 9 - Araras do Norte              | 19 - Ema                 | 29 - Engenheiro Arcoverde |                   |
| 10 - Ayres de Souza              | 20 - Icó-Lima Campos     | 30 - Sumé                 |                   |

## Fomento à produção

De acordo com os dados estatísticos mais recentes, da área total irrigável, 72.410 hectares já foram infraestruturadas, tendo 66.281 destes já sido entregues, totalizando 7.805 irrigantes beneficiados.

Tendo em vista a diversidade de categorias de irrigantes, o impacto econômico dos projetos públicos de irrigação é diversificado, proporcionando um aumento considerável nos índices de desenvolvimento humano da maioria dos municípios sob suas áreas de abrangência. Além de prover condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada, beneficiando os irrigantes assentados, buscando a manutenção e a melhoria do nível atual de produção.

A população é atingida de maneira tanto direta, como no caso dos agricultores familiares, quanto indireta, com a presença de grandes empresas e de atividades acessórias e derivadas da irrigação, gerando empregos e desenvolvimento da região. A estimativa é de mais de 65.000 empregos gerados, beneficiando mais de 130.000 pessoas em todos os projetos.

## Benefícios Diretos, por Estado

Coordenadoria	Tipo de Irrigantes		
	Agricultor Familiar	Profissional de Ciências Agrícolas	Empresarial
CEST - PI	1001	10	32
CEST - CE	4199	51	90
CEST - PE	684	0	31
CEST - BA	653	22	71
CEST - RN	338	13	25
CEST - PB	558	27	-
TOTAL	7805		

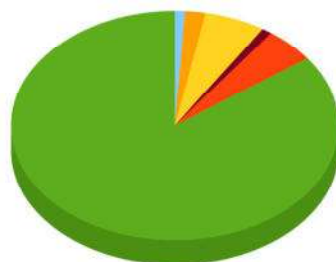
Não obstante a sequência de oito anos de precipitações abaixo da média e, portanto, com os reservatórios que abastecem os projetos públicos de irrigação sem perspectivas de recarga suficiente para o consumo humano, dessedentação animal ou irrigação de subsistência, o DNOCS realiza ações visando minimizar os impactos da escassez hídrica. Mesmo sob esta restrição, os projetos conseguem ainda apresentar uma grande variedade de produtos cultivados, com mais de 70 espécies vegetais, equivalendo a um valor bruto da produção superior a 240 milhões de reais. Já no que se refere à produção animal, este valor é estimado por volta de 20 milhões de reais.





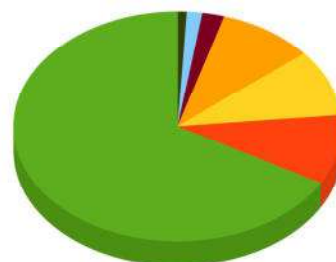
# Eixo de Impacto: Aproveitamento Hidroagrícola

Produção Vegetal



■ Frutas - 85%  
■ Sementes - 5%  
■ Pastagem - 1%  
■ Demais Culturas - 1%

Produção Animal



■ Leite - 66,93%  
■ Carne - 9,40%  
■ Queijo - 2,17%  
■ Esterco - 0,88%  
■ Animais para reprodução - 9,73%  
■ Animais para abate - 9,38%  
■ Peixe - 1,51%

## Programa de Regularização Ambiental e Fundiária

Mais uma frente de atuação da Diretoria tem sido as atividades para Regularização Fundiária, que representam uma ação sociopolítica de garantia da segurança jurídica do título de propriedade aos irrigantes assentados nos projetos públicos de irrigação pertencentes ao DNOCS, contribuindo para sua permanência na terra e seu acesso às políticas públicas, como, por exemplo, linhas de crédito bancário. Durante o último ciclo de avaliação de desempenho foram devidamente instruídos 120 processos que resultaram na titulação de mais de 100 lotes.

Outro trabalho importante desenvolvido em 2019, foi na área de Regularização Ambiental. No período foi protocolada a renovação da licença de instalação e operação do Projeto Público Várzea do Boi, garantindo a regularidade de sua situação junto aos órgãos de controle. Entre açudes e projetos públicos, foram atualizados 14 Cadastros Ambientais Rurais - CAR, garantindo aos irrigantes ali inseridos benefícios como, por exemplo, a compra de insumos mais baratos junto à Companhia Nacional de Abastecimento, redução de tarifa elétrica e aposentadoria no meio rural.

## Programa de Gestão dos Projetos de Irrigação

Por fim, com os recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual - LOA 2019, foram aprovados os Planos Operativos de 5 associações de irrigantes. A aprovação dos planos habilita a associação responsável pela operação e manutenção do projeto a receber repasses financeiros do governo federal, fundamentados na Portaria nº 1529, de 02 de outubro de 2007, permitindo-lhe investir na recuperação e modernização de infraestrutura de uso comum e outras demandas apresentadas pelos projetos públicos de irrigação, além de impulsionar a sustentabilidade econômica dos irrigantes.

Planos Operativos Aprovados	Recursos Repassados
Araras Norte	R\$ 512.145,70
Baixo Acaraú	R\$ 761.335,08
Morada Nova	R\$ 758.182,71
Jaguaribe-Apodi	R\$ 662.471,23
Tabuleiros de Russas	R\$ 1.263.216,28







## Execução Orçamentária

A Lei nº 13.808, de 15/01/2019 – LOA 2019, determinou, para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, o valor de R\$ 1.078.119.697,00 que, ao final do exercício e após alterações orçamentárias, resultou em R\$ 1.063.998.740,00.



Fonte: Tesouro Gerencial

Da dotação atualizada, foram empenhados R\$ 993.777.859,53, liquidados R\$ 776.358.223,71 e pagos R\$ 719.791.969,52, que corresponde a 93%.



Fonte: Tesouro Gerencial

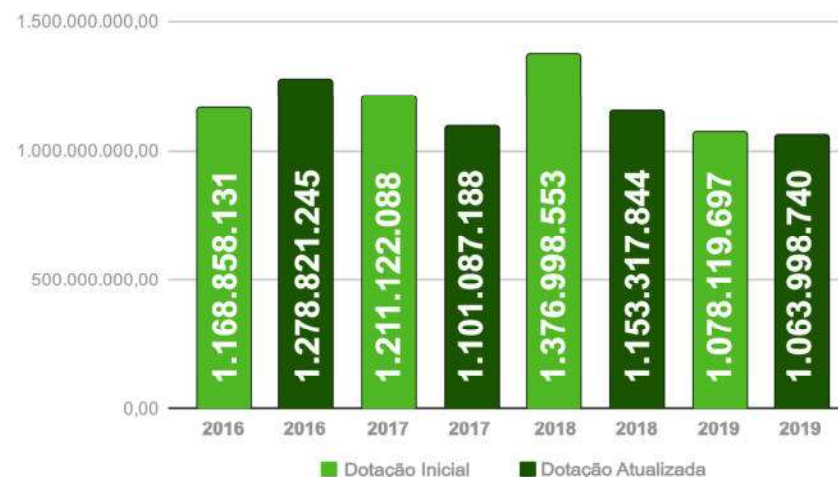
Os valores aqui apresentados não incluem os Termos de Execução Descentralizadas, que são “instrumentos por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática”.(Decreto nº 8.180/2013)

## Evolução da LOA em relação ao PPA 2016-2019

A Lei nº 13.249/2016 – PPA 2016-2019 definiu diretrizes, objetivos e metas para a administração pública para os quatro anos citados (2016 a 2019).

Em relação ao DNOCS, fica evidente, pelo gráfico a seguir, o decréscimo na destinação de recursos orçamentários e financeiros para o DNOCS, demonstrando dificuldade de intervenção via orçamento público para a execução de ações que viabilizem suas atribuições regimentais. A destinação de recursos ao final do exercício para o DNOCS decaiu de 2018 para 2019 em 16,8%.

### EVOLUÇÃO - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL



Registra-se que, notadamente ao final do exercício de 2019, foram formalizados e empenhados diversos Termos de Execução Descentralizadas – TEDs para a realização de investimentos em que o DNOCS atuará como executor.

## Execução incluindo Temos de Execução Descentralizada

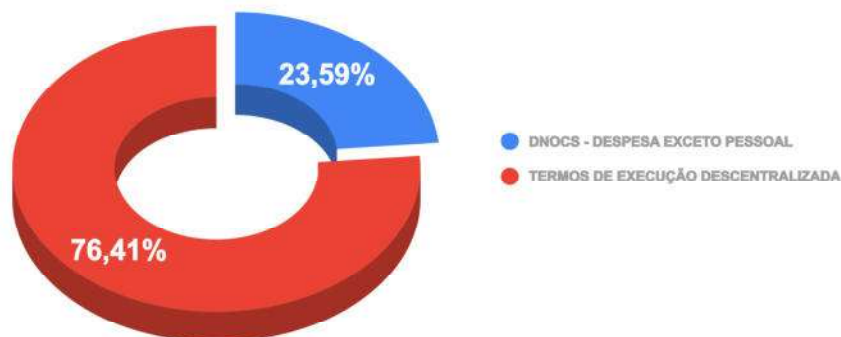
	DESPESAS EMPENHADAS
DNOCS - DESPESA EXCETO PESSOAL	300.950.585,10
PESSOAL	692.827.274,43
TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	92.910.406,40
	1.086.688.265,93





## Gestão Orçamentária e Financeira

O gráfico a seguir demonstra que, excetuando-se despesas com pessoal, quase um quarto da despesa empenhada é devida a Termos de Execução Descentralizados, em grande número, pactuados no final de dezembro/2019 com a finalidade de aquisição de máquinas e equipamentos, perfuração e instalação de poços, limpeza de aguadas, cisternas, estradas vicinais, instalação de pequenas redes de distribuição de água, dentre outros.



### Orçamento por Função Governamental

Função Governo		DOTAÇÃO ATUALIZADA
04	ADMINISTRAÇÃO	217.469.745,00
20	AGRICULTURA	19.681.190,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	39.111.377,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	177.308.890,00
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	561.310.101,00
15	URBANISMO	49.117.437,00
Total		1.063.998.740,00

Ainda em relação ao PPA 2016-2019, no intuito de contribuir para a consecução, principalmente dos objetivos 175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação., 0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas e 0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção, o DNOCS atua, na função "gestão ambiental", notadamente subfunção "Recursos Hídricos" e na função "Agricultura", subfunção "Irrigação", de forma a promover o Desenvolvimento Regional através do fortalecimento da Infraestrutura Hídrica, seja pela construção de barragens para fins de acumulação e regularização de cursos d'água, da implementação de infraestrutura de canais de irrigação, adutoras, seja pela promoção da inclusão social e geração de

renda, considerando pelo aproveitamento da infraestrutura física e produtiva implantada, através de implantação, operação, manutenção de Projetos Públicos de Irrigação, assistência técnica e extensão rural ou da produção, além de ações de piscicultura e carcinicultura, proporcionando significativo desenvolvimento nas regiões em que atua.

### Orçamento por Programa

Programa	Dotação Atualizada
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	561.310.101,00
0901 - Operações Especiais: cumprimento de sentenças judiciais	39.054.838,00
0909 - Operações Especiais: outros encargos especiais	37.539,00
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais	19.000,00
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	49.117.437,00
2052 - Pesca e Aquicultura	6.124.961,00
2077 - Agropecuária Sustentável	14.478.322,99
2084 - Recursos Hídricos	176.386.796,01
2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Regional	217.469.745,00
Total	1.063.998.740,00

Para consecução de seus objetivos institucionais e visando o atingimento de objetivos e metas do Plano Plurianual, o DNOCS executa ações, além dos programas de gestão (0089 – Pensionistas e Inativos da União e 2111 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério), programas finalísticos, dentre os quais o mais significativo em valor orçamentário é o Programa 2084 – Recursos Hídricos, visto tratar de obras e serviços de engenharia.

### Execução da Despesa por Programa Finalístico (inclusive TEDs)

	DESPESA EMPENHADA OGU	DESPESA EMPENHADA TED	DESPESA LIQUIDADADA OGU	DESPESA LIQUIDADADA TED
DESENV. REGIONAL E TERRITORIAL	44.560.993,61	75.230.342,94	8.243.819,31	0,00
PESCA E AQUICULTURA	5.957.414,40	0,00	4.561.426,69	0,00
AGROPECUARIA SUSTENTAVEL	14.401.610,98	0,00	6.648.248,14	0,00
RECURSOS HIDRICOS	175.482.498,12	16.405.388,12	13.104.728,76	9.293.251,68
TOTAIS	240.402.517,11	91.635.731,06	32.558.222,90	9.293.251,68



## Execução por objetivo e iniciativa do PPA

INICIATIVA	AÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
<b>Objetivo: 0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.</b>		<b>13.860.229,00</b>	<b>13.825.253,73</b>	<b>6.176.672,60</b>
	10BC - Implantação de Projetos de Irrigação	8.902.000,00	8.902.000,00	5.291.024,83
	12OB Gestão de Projetos Públicos de Irrigação	4.654.229,00	4.624.790,74	800.280,78
	140X Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação	304.000,00	298.462,99	85.366,99
<b>Objetivo: 0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas</b>		<b>155.415.492,00</b>	<b>154.429.229,56</b>	<b>11.333.467,20</b>
	14LA – Construção da Barragem Ingazeira no Estado de Pernambuco	1.003.000,00	1.003.000,00	806.843,57
	15DX – Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó na Região Nordeste	30.000.000,00	29.382.975,88	310.956,24
	1851 - Aquisição de Equipamentos e/ou Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica	6.190.000,00	5.906.060,82	1.841.161,12
01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)	11AA – Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará	67.157.992,00	67.087.559,35	8.348.372,76
01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)	10DC – Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00
04FL - Implantação da Adutora do Pajeú (PB/PE)	1N64 – Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba	1.064.500,00	1.049.633,51	26.133,51

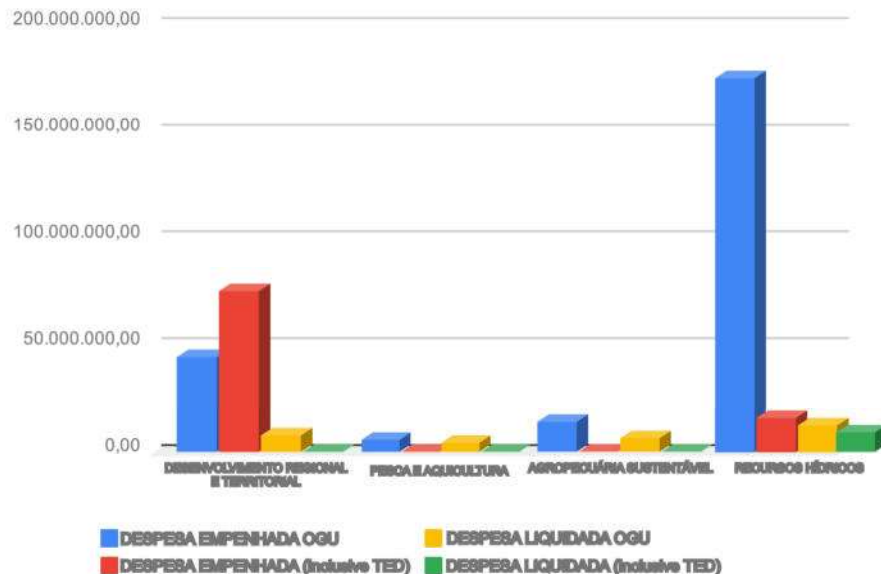
<b>Objetivo: 0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção</b>		<b>21.589.398,00</b>	<b>36.455.180,71</b>	<b>11.536.088,78</b>
	140N – Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas	6.890.330,00	6.865.895,05	400.034,52
	14RP – Reabilitação de Barragens e de outras Infraestruturas Hídricas	9.900.000,00	9.814.245,71	1.628.777,73
	20N4 – Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas	4.799.068,00	4.775.039,95	214.024,85
01LP – Recup.de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco (CE/PB/PE/RN)	12G6 - Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco		15.000.000,00	9.293.251,68
<b>Objetivo: 0840 - Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.</b>		<b>49.117.437,00</b>	<b>119.759.749,75</b>	<b>8.243.819,31</b>
	214S – Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas		1.602.022,09	0,00
	7K66 Apoio a projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	49.117.437,00	118.157.727,66	8.243.819,31
<b>Objetivo: 1133 - Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva</b>		<b>6.124.961,00</b>	<b>5.950.533,37</b>	<b>4.643.390,29</b>
	212Z - Apoio ao funcionamento de unidades de produção, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção aquícola sustentável	6.124.961,00	5.950.533,37	4.643.390,29

Este quadro inclui ações finalísticas, inclusive as executadas por TED's



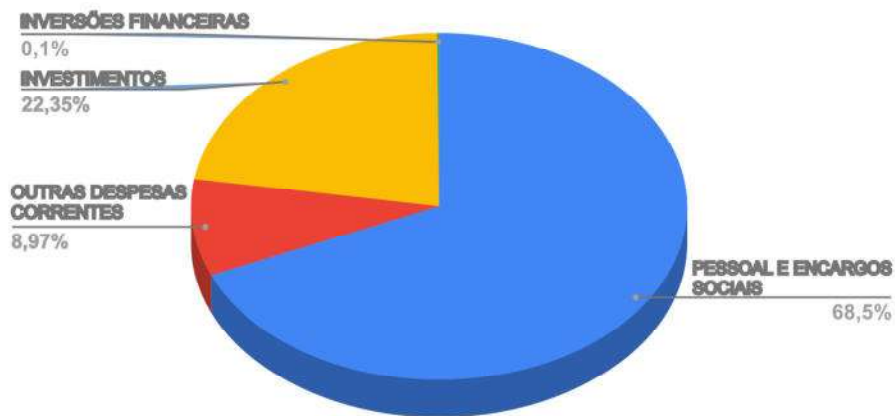


## Despesa Empenhada e Despesa Liquidada



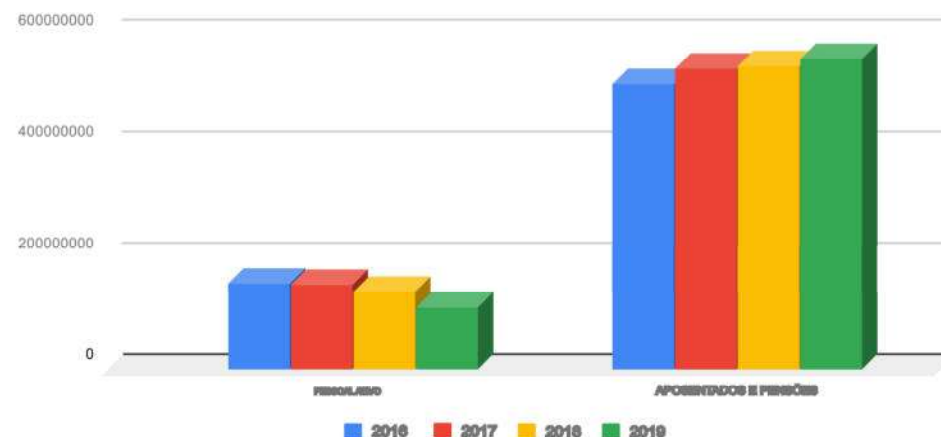
Observa-se pelo presente gráfico, que os TEDs, em grande parte, aconteceram no Programa Desenvolvimento Regional e Territorial (ação 7K66) e, como formalizados ao final do exercício, empenhados para execução no ano seguinte.

## Orçamento do DNOCS - Execução por Natureza da Despesa

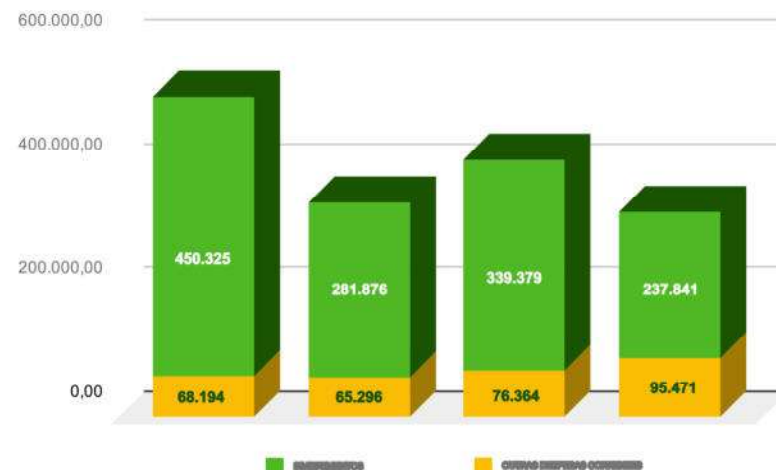


Observa-se, pelo gráfico, que a despesa relativa a pessoal e encargos concentra quase 70% do orçamento. Este fato se dá pela grande quantidade de aposentadorias e pensões pagas pelo DNOCS em virtude de seus 110 anos, perfazendo 83,33% da despesa liquidada com pessoal, aumentando inversamente à despesa com servidores ativos.

Sobre o assunto, observe-se, pelo gráfico a seguir que as despesas com pessoal ativo diminuí ano a ano, enquanto a despesa com aposentadorias e pensões aumenta.



## Evolução por Natureza da Despesa (Custeio x Investimentos)





A que se considerar que o DNOCS tem atuação no equacionamento de pressupostos básicos em relação a soluções hídricas, quais sejam:

- O aumento quantitativo das obras hidráulicas, através da construção de novas obras de acumulação, a implantação de adutoras, a integração de bacias hidrográficas,
- A melhoria da oferta de água pelas obras hidráulicas já existentes e
- A democratização do acesso à água pela população do semiárido por meio da participação na sua gestão.

Tais atribuições demandam investimentos.

Considerando-se, no entanto, as despesas com custeio e com investimentos, observa-se um decréscimo de 52,82% em relação a 2016.

## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### RESTOS A PAGAR

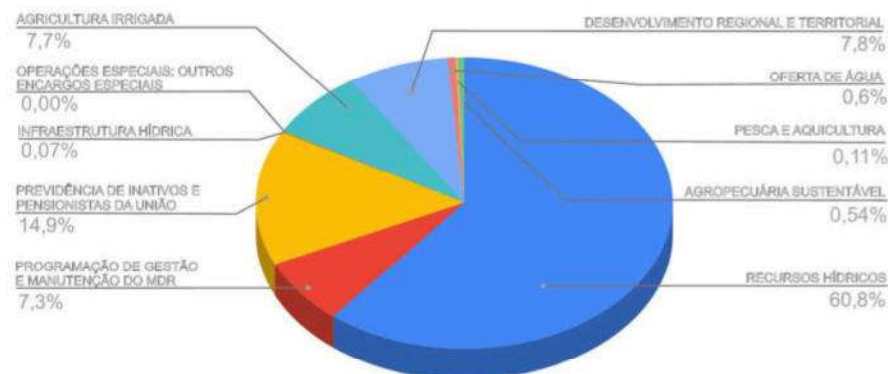
O DNOCS empenhou 93,2% da dotação orçamentária disponível ao órgão, ou seja, teve o seu recurso reservado para atender compromissos assumidos com terceiros. Em relação à liquidação, que é a confirmação da execução do serviço em si, o percentual vai para 73,0% (acima do resultado do ano anterior 70,6%).

#### % EXECUÇÃO (DESPESAS LIQUIDADAS X DOTAÇÃO ATUALIZADA)

PERÍODO	2016	2017	2018	2019
% EXECUÇÃO	63,1%	79,3%	70,6%	73,0%
DOTAÇÃO (mil)	1.278,82	1.101,09	1.153,32	1.064,00

O valor total pago do orçamento de 2019 foi de R\$ 719,79 milhões, dos quais a maior parte foi utilizada para o pagamento de pessoal e encargos sociais (89,1%).

#### Execução de "Restos a Pagar" em 2019 por Programa



Ao considerarmos o pagamento de restos a pagar, que são obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores, o valor desembolsado pelo órgão sobe de R\$ 719,79 milhões para R\$ 989,56 milhões (acréscimo de R\$ 269,77 milhões), mais do que o dobro do ano anterior. Dentre as ações atendidas com esses pagamentos, as principais são as construções, recuperações e manutenções de barragens e infraestruturas hídricas, correspondentes ao Programa 2084 (Recursos Hídricos), que representam 60,9% do valor acrescido. Este fato se justifica pelo fato de serem obras e serviços de engenharia que, consequentemente, têm seu pagamento realizado após medições pelas equipes de fiscalização.

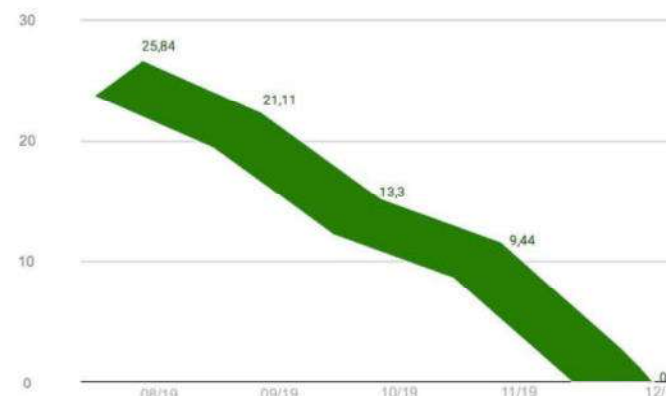
Conforme o Regimento Interno do DNOCS, cabe ao Serviço de Monitoramento de Convênios a análise prévia de solicitação de convênios, bem como a orientação quanto à elaboração e formalização de convênios. A execução física, bem como a fiscalização destes convênios são atribuições da área técnica do Departamento. No exercício de 2019 foram celebrados e se encontram inscritos em Restos a Pagar os seguintes convênios:

### CONVÊNIOS

CONVENIENTE	OBJETO	VALOR
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos/RN	Recuperação da Barragem Passagem das Trairas/RN	2.000.000,00
Município de Russas/CE	Construção de Passagem Molhada sob o Riacho Araibu	1.000.000,00
Município de Croatá/CE	Estradas Vicinais	700.000,00
Município de Cariús	Pavimentação em pedra tosca	1.160.387,00
Município de Jucás/CE	Pavimentação em pedra tosca na localidade de Baixo dos Ferreiras	1.500.000,00
TOTAL		6.360.387,00

### DESAFIOS E INCERTEZAS

#### % DOTAÇÃO CONTINGENCIADA CUSTEIO + INVESTIMENTOS







O exercício de 2019 foi marcado por contingenciamentos de parte do orçamento de custeio e investimento em cumprimento ao Dec. 9.741/2019.

Em consequência, ao longo do exercício, foram realizadas negociações junto aos órgãos superiores, principalmente com o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, visando a ampliação e a disponibilização de créditos e limites para movimentação e empenho, bem como para liberação de recursos financeiros.

Nesse contexto, e com a necessidade da implantação de medidas administrativas para conter e reduzir despesas com o custeio administrativo, foram realizadas revisões de contratos de prestação de serviços, medidas de economia no consumo de energia elétrica e de água, implantação do Sistema Eletrônico de Informação, redução do uso de materiais de consumo e a centralização de algumas compras e contratos para economia de escala.

No entanto, as limitações impostas, bem como a liberação tardia dos créditos prejudicam a execução das despesas previstas, tendo que ser realizados remanejamentos e priorizações na alocação dos recursos, enfim, constantes replanejamentos das ações, adiando ou inviabilizando projetos e ações que contribuem para o alcance dos objetivos institucionais do DNOCS.

## ESTRATÉGIAS E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Cumprindo obrigações regimentais, a Divisão de Planejamento e Orçamento orienta e coordena a elaboração da proposta de orçamento anual e plurianual para o DNOCS através da articulação institucional e colaboração dos diversos setores executores do orçamento.

A contribuição do DNOCS ao Projeto de Lei Orçamentária Anual é realizada considerando limites estabelecidos pelo órgão setorial (Ministério) e definido pela Direção Colegiada considerando as prioridades do Departamento, quais sejam, despesas com administração e operação, obras e serviços iniciados ou em execução, despesas de ordem legal a exemplo de segurança de barragens.

O DNOCS enquanto Unidade Orçamentária opera de forma centralizada e descentralizada, com execução do orçamento no âmbito da Sede e por meio da provisão às Unidades Descentralizadas (09 Coordenadorias Estaduais – CESTs).

Na Administração Central são executadas grande parte das despesas, com forte impacto das despesas de Resultado Primário 1 – despesa primária obrigatória e Resultado Primário 2 – despesa primária discricionária. Os principais gastos da autarquia (despesas empenhadas) são com pessoal inativo.

Para o funcionamento das CESTs ocorre a autorização de limites internos para gestão dos contratos administrativos de manutenção organizacional, serviços continuados e demais despesas locais, além de despesas finalísticas, tais como obras e serviços de engenharia, operação e manutenção de Projetos Públicos de Irrigação e de Estações de Piscicultura, dentre outros.

Os recursos são advindos em grande parte, do Orçamento Geral da União. No entanto, o DNOCS também recebe recursos de emendas individuais e de bancada de parlamentares de sua área de atuação, além de executar obras e serviços através de Termos e Execução Descentralizada.

A implementação dessas ações de forma planejada requer, no entanto, a adequada instrumentalização da instituição em bases modernas, eficientes e eficazes envolvendo tanto a modernização da gestão, como a recomposição da sua força de trabalho pelo viés da aquisição de novos quadros (concurso público).

## POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

Considerando suas competências legais o DNOCS contribui com a consecução de objetivos das seguintes políticas de governo:

- Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 9.433/1997 e conhecida com Lei das Águas e regulamentada pelo Decreto nº 10.000/2019;
- Política Nacional de Segurança de Barragens em atendimento à Lei nº 12.334/2010;
- Política Nacional de Desenvolvimento Regional, objeto do Decreto nº 9.810/2019;
- Política Nacional de Irrigação, Lei nº 12.787/2013 e
- Política de Segurança da Informação e Comunicações – Posic.

No que diz respeito a Programas de Governo, na área finalística o DNOCS executa ações dos seguintes programas:

PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	7k66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado
2052 - Pesca e Aquicultura	212Z - Apoio ao funcionamento de unidades de produção, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e a inovação para a produção quicola sustentável
2077 - Agropecuária Sustentável	10BC - Implantação de Projetos de Irrigação
	120B - Transferência da Gestão de Projetos Públicos de Irrigação
	140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação
2084 - Recursos Hídricos	20N4 - Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas
	1N64 - Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba
	10DC - Construção da Barragem Olítica
	11AA - Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará
	14LA - Construção da Barragem Ingazeira, no Estado do Pernambuco
	14RP - Reabilitação de Barragens e de outras Infraestruturas Hídricas
	140N - Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas
	15DX - Construção do Sistema Adutor Ramal de Piancó na Região Nordeste
	1851 - Aquisição de Equipamentos e/ou Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica





## Conformidade Legal

Na execução diária de suas atividades são observados os preceitos contidos na Lei nº 8.112/90, que regula as relações de trabalho dos servidores do DNOCS, como também o conjunto de normas e regras estabelecidas pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil. São ainda seguidas as decisões e orientações procedentes dos Órgãos de Controle Interno e Externo, de modo a assegurar a regularidade dos atos praticados no âmbito da área de Gestão de Pessoas. Os gestores e os responsáveis pelas unidades pagadoras declararam observar as normas e o cumprimento da entrega das declarações de bens e rendas, conforme disposto na Lei nº 8.730/1993.

## Ação dos Órgãos de Controle

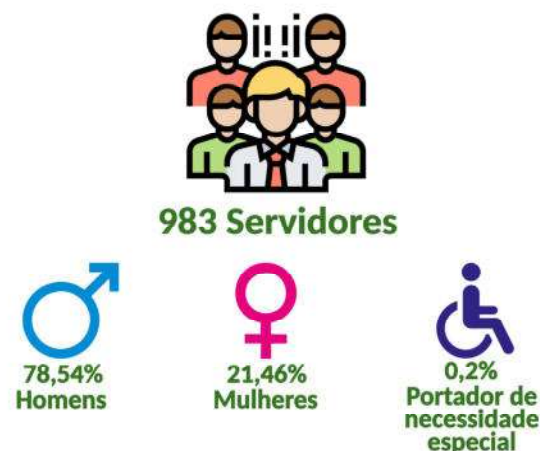
Entre os apontamentos procedentes da Controladoria Geral da União, destacam-se as recomendações de ajustes no cumprimento de determinações judiciais contidas em ações coletivas de servidores, sobre o pagamento da VPNI prevista nas Leis nº 11.314/2006 e 12.716/2012, resultando em reposições ao Erário Público, a partir da folha de pagamento do mês de outubro de 2019, evidenciando ações efetivas da área de Gestão de Pessoas no saneamento dos apontamentos de auditorias, ainda que extremamente deficitária em termos de pessoal qualificado e em número suficiente para atender as demandas da área.

## Avaliação da força de trabalho

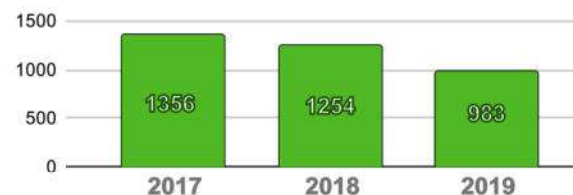
A distribuição da força de trabalho se dá entre a Administração Central da Autarquia e as nove Coordenadorias Estaduais, contemplando, nestas últimas, as Unidades de Campo, as Estações de Piscicultura e os Açudes Públicos, além de um Centro de Pesquisas em Aquicultura. De se ressaltar, por pertinente, que 74% dos servidores são ocupantes de cargos já considerados extintos (Lei nº 9.632/98, Decreto nº 9.262/18 e Decreto nº 10.185/2019), com nível de escolaridade de ensino médio incompleto; e que todos já reúnem as condições para aposentadoria, dificultando a prática de ações de capacitação, mesmo que para atividades de baixa complexidade, não refletindo em resultados significativos para minimizar as carências de mão de obra qualificada. Nesse aspecto, vale ainda ressaltar a redução acentuada do quadro de pessoal da Autarquia, que só no ano de 2019 teve sua força de trabalho reduzida em 266 servidores, decorrente de aposentadorias, significando mais de 21% de redução em apenas um ano. No final do exercício de 2019, 80% dos 937 ocupantes de cargos efetivos já reuniam as condições exigidas para a aposentadoria, indicando, claramente, a necessária e urgente recomposição do quadro de pessoal da Instituição, por concurso público e outras formas de readequação da força de trabalho.

## Faixas salariais

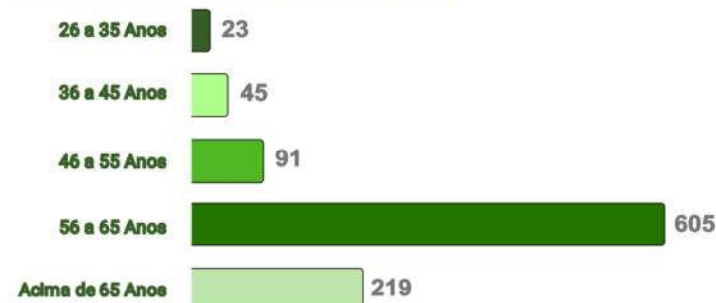
A maioria dos servidores do DNOCS são vinculados ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, instituído pela Lei nº 11.357/2006, com remuneração própria do Plano, e a outra parte integra a estrutura remuneratória prevista na Lei nº 12.277/2010. A menor e a maior remunerações pagas em 2019 foram R\$ 4.417,80 e R\$ 20.018,28, respectivamente.



## Evolução no quadro de pessoal nos últimos anos



## Distribuição de servidores por faixa etária



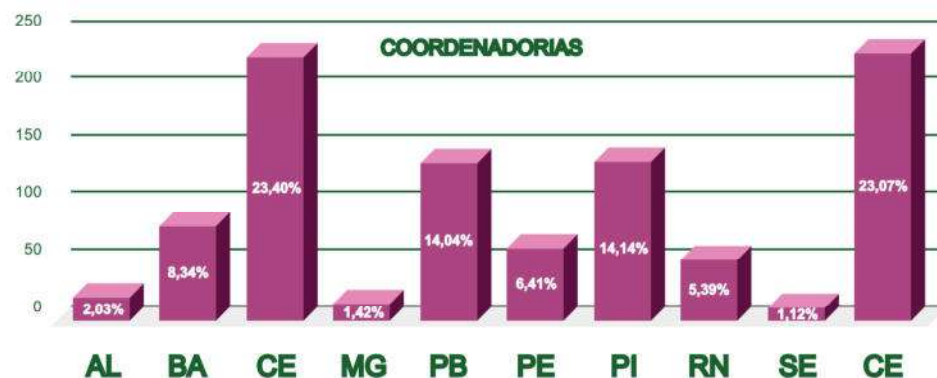




## Composição da Força de Trabalho Distribuição por Situação Funcional

Ativos	Exercício Provisório	Exercício Descent.	Requisitados	Sem Vínculo	Anistiados	Movimentados Port 193
95,32%	0,20%	1,83%	0,41%	1,73%	0,31%	0,20%
937	2	18	4	17	3	2

## Distribuição da força de trabalho por unidade de exercício



## Estratégia de Recrutamento e alocação de Pessoas

A seleção para provimento de cargos efetivos se dá através de concurso público, conforme previsto na Lei nº 8.112/1990, no Decreto nº 9.739/2019 e na Instrução Normativa nº 2/2019-ME. Apesar da redução acentuada do quadro de pessoal nos últimos anos, o DNOCS não obteve autorização para realização de concurso público, ainda que várias propostas tenham sido elaboradas e encaminhadas ao Órgão Central nos últimos 10 anos.

A autorização de movimentação de servidores da carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior, nos termos da Portaria 14.021/2019-SEGES/ME, bem como para compor força de trabalho no âmbito do Poder Executivo Federal, nos moldes previstos na Portaria nº 193/2018-MP, têm ocorrido, mas não em número suficiente para acompanhar o ritmo acelerados de evasão de servidores, por aposentadoria. Ocorreu apenas um ingresso no exercício 2019,

com a cessão de 1 servidor nos moldes previstos no art. 93 da Lei nº 8112/90 e uma redistribuição, nos termos do art. 37 do mesmo dispositivo legal, enquanto a força de trabalho foi reduzida em 266 servidores, por aposentadorias, evidenciando a urgente e real necessidade de se reforçar ações de recomposição do quadro de pessoal do Órgão.

## Detalhamento da despesa de pessoal

O gráfico abaixo demonstra o gasto com pessoal ativo, aposentados e pensionistas no exercício 2019, com destaque para o dispêndio com aposentados e pensionistas, correspondendo a 80% do orçamento anual destinado ao pagamento de pessoal. O DNOCS encerrou o exercício de 2019 com 937 servidores ativos, 3.711 aposentados e 6.959 beneficiários de pensão.



Registra-se que não ocorreram evoluções significativas nos gastos totais, comparativamente com o exercício anterior (2018), pela ausência de reajustes salariais em 2019. As variações verificadas ao longo do exercício, especialmente na redução dos gastos com servidores ativos, decorreram das 266 aposentadorias, obviamente com repasse dessas variações para os gastos com aposentados, não se percebendo, entretanto, impactos significativos em razão do elevado número de óbitos de inativos, refletindo, por sua vez, nos gastos com pensionistas, decorrentes da concessão de novos benefícios a dependentes legais dos aposentados falecidos.

## Avaliação de Desempenho e Remuneração

A avaliação de desempenho é realizada anualmente e tem por finalidade aferir o desempenho dos servidores com base em metas institucionais definidas para cada ciclo de avaliação e no resultado da avaliação individual, baseada em critérios avaliativos previstos nas normas vigentes. O resultado da avaliação repercute na remuneração do servidor, especificamente no pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, de que trata a Lei nº 11.784/2008 e da Gratificação de Atividades de Cargos Específicos - GDACE, prevista na Lei nº





12.277/2010, além de fornecer elementos para o processo de aperfeiçoamento, capacitação e realocação de servidores no âmbito das Unidades que integram a estrutura funcional da Autarquia.

## Capacitação

Os eventos de capacitação são realizados com base no Levantamento de Necessidade de Capacitação, assim como outras ações surgidas no decorrer do exercício, demandadas pelos próprios servidores, previamente aprovadas pelos gestores das respectivas Unidades, bem como ações planejadas pelo Núcleo de Desenvolvimento de Pessoas, com aval da Divisão de Gestão de Pessoas, nos limites pré estabelecidos no orçamento anual. Os eventos foram realizados nas modalidades de Cursos Presenciais, Semi Presenciais e à Distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, workshops, palestras e outras ações congêneres que contribuíram para o desenvolvimento do servidor e atenderam aos interesses da autarquia.

Os limites de prazos e investimentos com eventos realizados seguiram as determinações contidas na Norma Operacional Interna nº 001/DNOCS/CRH/NC, de 20/06/2013.

A tabela abaixo demonstra o resumo das Eventos de Capacitação realizados no exercício.

CURSOS REALIZADOS	SERVIDORES CAPACITADOS	INVESTIMENTO (R\$)
37	127	95.376,00

Foram ainda realizados 03 Projetos Paralelos, ministrados voluntariamente por profissionais detentores de conhecimentos em áreas diversas, especialmente aquelas ligadas à atuação do DNOCS, com temas voltados para a melhoria da qualidade de vida, do clima organizacional e para a valorização dos servidores/colaboradores:

PROJETOS REALIZADOS	PARTICIPANTES	INVESTIMENTO (R\$)
Semana do Estagiário	127	-
Seminário de Reorientação para a vida	46	-
Projeto Othophilos	23	-

## Principais desafios e ações futuras

O transcurso dos anos guarda, em si, a semente da mudança, que se reflete em todas as searas da sociedade, tocando, de maneira inequívoca, as instituições públicas, que, inseridas nesse contexto e imbuídas da necessidade de realização e atualização de seu mister social, apontam, de modo genuíno, para um caminho de renovação.

Nesse panorama de remodelação premente, no qual a autarquia se insere, três dimensões despontam como os desafios prioritários do DNOCS:

**1) O efetivo cumprimento de sua missão/a majoração de seu papel institucional** (contemplando, pois, a minoração das desigualdades sociais e a efetiva inclusão socioeconômica da população supliciada pelo flagelo da estiagem), **diante do drástico decréscimo do seu quadro de pessoal**, em face, dentre outros fatores, do avultado número de pedidos de aposentadoria recebidos nos últimos anos;

**2) A readequação de sua estrutura** (em razão da redução de 71,15% do total de cargos em comissão e funções gratificadas nesta autarquia), visando à minimização do descompasso entre as relevantes atividades desempenhadas pelo DNOCS e as limitações de sua estrutura, notabilizando, desse modo, a indispensabilidade do fortalecimento inadiável de sua capacidade institucional; e

**3) A retenção e a captação de talentos**, perante a ausência de uma carreira planejada, devidamente contemplada em um Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Partindo da perspectiva sobrecompota, vislumbramos prontamente as ações futuras aderentes aos desafios delineados. Ressalte-se, no entanto, que, a despeito de o item tratar expressamente de “ações futuras”, as medidas requeridas, infradescritas, demandam aplicabilidade imediata, sob pena de inevitável materialização da sucumbência institucional do DNOCS, motivada por seu amingramento continuado, inclusive, já prenunciado pelo próprio Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 3836/2017-TCU, 1ª Câmara, quando recomenda:

**1.8.2. ao Ministério da Integração Nacional, como órgão supervisor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, com a colaboração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República, no sentido de efetuar os estudos e envidar os esforços necessários visando redefinir os papéis e a estratégia governamental para o DNOCS, com a consequente disponibilização dos meios e recursos necessários para sua plena atuação dentro do modelo a ser definido, visto que tal entidade encontra-se em estado de inanição administrativa, sujeita a riscos, falhas e frustrações de toda espécie no desempenho de seu papel como entidade responsável pela execução da política do governo federal no que se refere ao beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações; à irrigação; e à radicação de população em comunidades de irrigantes ou em áreas especiais.**

Assim, em vista da sobredita conjuntura, são três as ações primordiais requestadas por este Departamento, conexas às adversidades postas:

**1) A recomposição de sua força de trabalho** (através de concurso público, de cessão, de requisição, movimentação de servidores, como previsto na Portaria nº 193/2018-MP, ampliação da terceirização, no que couber, dentre outras alternativas legais viáveis);





2) **A sua reestruturação**, objetivando a adequada instrumentalização da instituição em bases modernas, eficientes e eficazes; e

3) **A implementação de um Plano de cargos, carreiras e salários atrativo**, de modo a desestimular o esvaziamento do seu atual quadro de pessoal, incentivando a permanência dos profissionais qualificados em seu contingente laboral, através da apropriada valorização de seus trabalhos, e a despertar o interesse de pretensos novos servidores, que buscam, cada vez mais, carreiras estruturadas.

Dessa maneira, apropriadamente dotada de ferramentas gerenciais propícias e de equipes de trabalhos preparadas, a Autarquia encontrar-se-ia apta a cumprir o seu papel social e a concretizar a sua missão ante as exigências dos novos tempos e das contemporâneas premissas que norteiam a Administração Pública Federal. Destarte, uma vez remodelado e se valendo de sua já reconhecida expertise, o DNOCS executaria, com maestria, direta e transversalmente, a importante agenda de desenvolvimento do semiárido brasileiro.





# Gestão de Licitação e Contratos

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE LICITAÇÕES Ano 2020 Exercício 2019

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E COORDENADORIAS ESTADUAIS		
Modalidade	Quantidade	Valor estimado/contratado
Regime Diferenciado de Contratações	08	R\$ 20.241.384,40
Concorrência Pública	01	R\$ 1.467.294,61
Tomada de Preços	06	R\$ 8.359.788,11
Pregões Eletrônicos	48	R\$ 128.208.830,82
Adesão a Ata de Registro de Preços	26	R\$ 74.714.921,41
Dispensa de Licitação	99	R\$ 16.836.391,28
Inexigibilidade de Licitação	39	R\$ 1.993.373,44
Convite	01	R\$ 310.956,24
<b>Total</b>	<b>228</b>	<b>R\$ 252.189.650,31</b>

Apontamentos acerca das licitações realizadas pela Divisão de Licitação da Administração Central do DNOCS (SEDE):

### Contratações mais relevantes:

As contratações mais relevantes do DNOCS estão concentradas na área de Infraestrutura Hídrica, abaixo listadas:

<b>Regime Diferenciado de Contratações</b>
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRAS DE RECUPERAÇÃO EM DIVERSAS BARRAGENS NO ESTADO DO CEARÁ PROSB – LOTE 02
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA, OBJETIVANDO O GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO DAS OBRAS E AÇÕES AMBIENTAIS CORRELATAS DE RECUPERAÇÃO DE BARRAGENS DO DNOCS, INTEGRANTES DO PISF, REFERENTES AO GRUPO SELECIONADO COMO PRIORIDADE 3: BANABUIÚ – CE (LICITAÇÃO EM ANDAMENTO)
<b>Concorrência Pública</b>
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE SEGURANÇA DAS BARRAGENS POÇÕES E BOQUEIRÃO, INTEGRANTES DO PISF (LICITAÇÃO EM ANDAMENTO)
<b>Tomada de Preços</b>
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS NO ÂMBITO DO PERÍMETRO IRRIGADO CURU-PENTECOSTE, LOCALIZADO NOS MUNICÍPIOS DE PENTECOSTE E SÃO LUÍS DO CURU, NO ESTADO DO CEARÁ, A 90 KM DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO. (LICITAÇÃO EM ANDAMENTO)
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PARA RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE USO COMUM DO PERÍMETRO IRRIGADO CURU-PENTECOSTE, NO ESTADO DO CEARÁ. (LICITAÇÃO EM ANDAMENTO)

### Pregões Eletrônicos - Justificativas:

Destacam-se também as contratações relativas ao funcionamento administrativo do DNOCS, especialmente serviços de vigilância, limpeza, apoio administrativo e manutenção predial, bem como aquisições rotineiras de materiais essenciais ao adequado funcionamento das atividades administrativas.

### Contratações Diretas e Cotações Eletrônicas- Justificativas:

Entre as contratações diretas, destacam-se as aquisições de pequeno valor, especialmente para atender as necessidades relativas à atividade-meio do DNOCS.

O quantitativo maior de inexigibilidades se refere à participação de servidores em eventos de capacitação e à participação institucional em eventos de divulgação do trabalho desenvolvido por esta Autarquia.

As inexigibilidades que mais demandaram recursos orçamentários tratam de contratação de serviços de extensão de garantia, composto de manutenção corretiva e suporte para equipamentos da fabricante Hewlett-Packard pelo período de 36 (trinta e seis) meses, bem como a contratação firmada entre o DNOCS e os Correios, visando atender as demandas dos serviços postais exclusivos.

### Adesão à Ata de Registros de Preços

O DNOCS aderiu ao preço praticado pelo IFRO CAMPUS COLORADO DO OESTE RO, na aquisição de 236 (duzentos e trinta e seis) computadores de mesa (desktop) com garantia de funcionamento “on site” pelo período de 60 (sessenta) meses, totalizando um investimento no valor de R\$ 1.398.536,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil e duzentos e trinta e seis reais).

### Conformidade Legal

O DNOCS conta com assessoria jurídica das seccionais da Advocacia Geral da União, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Instruções Normativas Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 05/2017 (STI/MP). Desta forma, todos os ordenadores de despesa se encontram juridicamente amparados pela consulta prévia aos pareceristas, a fim de conformar os atos administrativos aos ditames legais.

### Objetivos Estratégicos

As contratações mais relevantes do DNOCS estão alinhadas com os grandes resultados formalizados no Mapa Estratégico do DNOCS, link: (<https://www2.dnocs.gov.br/phocadownload/userupload/pei/planejamento-final-red.pdf>)

- Apoiar Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado nas Coordenações Estaduais
- Apoiar a produção aquícola sustentável quanto ao funcionamento de unidade de produção
- Construir e Implantar obras de infraestruturas hídricas
- Manter e Recuperar Infraestruturas Hídricas
- Efetivar a Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação
- Administrar e Reabilitar Projetos Públicos de Irrigação
- Transferir a gestão de Projetos Públicos de Irrigação para os produtores e suas organizações

A gestão de licitações e contratos relaciona-se diretamente com os seguintes objetivos habilitadores do Mapa Estratégico do DNOCS:

- Implementar a gestão estratégica de forma sistêmica, bem como sua execução;
- Desenvolver mecanismos de controle interno visando à melhoria da gestão;
- Melhorar a gestão dos recursos logísticos da autarquia;
- Implantar a cultura de redução de custos

### Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos:

As particularidades e necessidades específicas de cada setor do DNOCS é o principal desafio da gestão desenvolvida no âmbito das licitações.

Entende-se que a integração de compras entre os setores resultaria em consideráveis ganhos de eficiência. A restrição orçamentária (contingenciamento) no âmbito da Administração Pública vem exigindo contínua adaptação das unidades contratantes para manter a qualidade dos serviços prestados com uso de menos recursos financeiros.

A falta de pessoal qualificado para atuar na área, as 02 (duas) aposentadorias efetivadas no ano de 2019, resultando em apenas 03 (três) servidores no setor, e recorrentes mudanças da legislação também foram detectadas como dificuldades enfrentadas na gestão de licitações e contratos.





# Gestão Patrimonial, Infraestrutura e Sustentabilidade

## Conformidade Legal

As Unidades de Gestão estão alinhadas com os termos dos artigos 37 e 70 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Decreto-lei nº 200/67, Instrução Normativa nº 205/88, Lei Complementar nº 101/200, Lei 8.429/92, Lei 13.240/2015, Portaria nº 541 do Ministério da Integração Nacional, bem como as instruções internas do DNOCS (Resolução DC/DNOCS nº 02/2010 e o Manual de Procedimentos de Material e Patrimônio) e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

## Resultados

Dentre os resultados decorrentes dos investimentos realizados, pode-se destacar: a melhoria das condições de trabalho para os servidores; manutenção do ritmo nas reavaliações de imóveis com valores atualizados no Sistema de Patrimônio da União (SPIUnet) e um aumento da receita com aluguel de imóvel.

## Investimentos em Infraestrutura e Equipamentos

Durante o ano de 2019, foram adquiridos, dentre outros, ventiladores, ares-condicionados, bebedouros e refrigeradores.

Esses equipamentos permitiram uma melhoria nas condições de trabalhos dos servidores, terceirizados e estagiários do DNOCS, ao proporcionar um ambiente com condições térmicas adequadas e com menos ruídos, o que tem impacto positivo na produtividade dos colaboradores da autarquia. Além disso, houve uma redução no consumo energético, tendo em vista que os novos aparelhos consomem menos energia.

Também foram adquiridos equipamentos que auxiliam diretamente nas atividades laborais, tais como câmeras digitais para o registro das atividades dos setores de engenharia.

## Locação de Imóveis e Equipamentos

Foi informado pela Unidade Gerencial 193.008 – Coordenadoria Estadual de Sergipe que sua sede é locada por um valor mensal de R\$ 9.875,49, totalizando um valor anual de R\$ 118.505,88.

## Desfazimentos de Ativos

No ano de 2019 não foram realizados leilões para desfazimento de bens, porém, foi realizada, no Ceará (Sei: 59402.001953/2019-23) e em Alagoas (Sei: 59413.000123/2019-50), a baixa patrimonial de bens que integrarão o futuro certame.

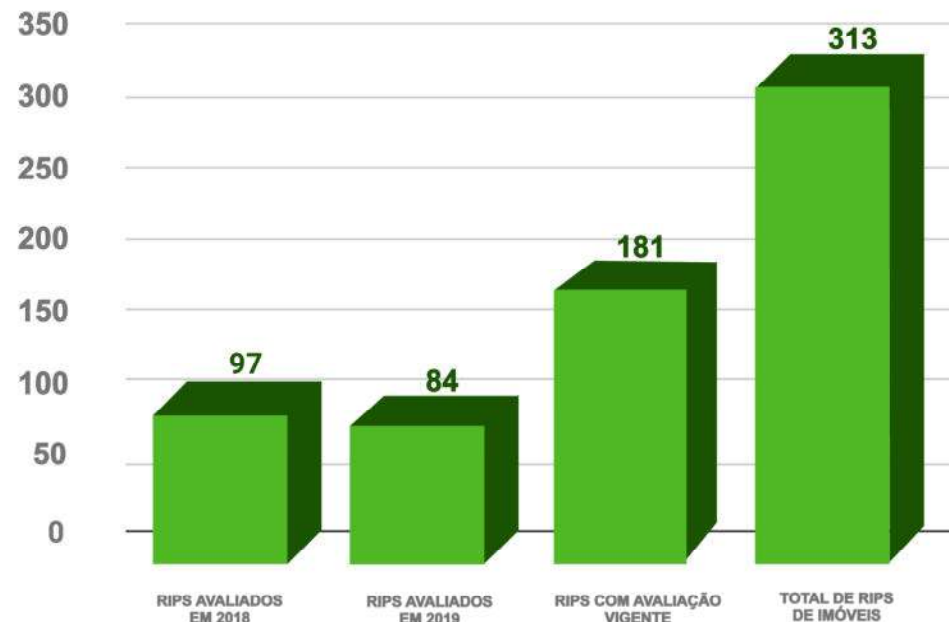
## Avaliações de Bens Imóveis - Registros Imobiliários Patrimoniais - RIPS

	2018	2019	Total
Quantidade de RIPS Avaliados	97	84	181
Percentual de RIPS Avaliados	30,99%	26,84%	57,83%

• RIPS Avaliados

	2018/2019	% do Total
RIPS com Avaliações Vigentes	181	57,83%

## Controle de Avaliação de RIPS - Registro Imobiliário Patrimonial



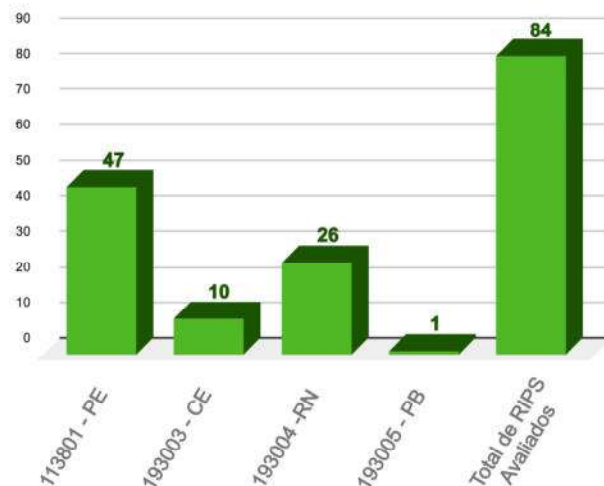
Obs.: a baixa porcentagem da avaliação de RIPS é decorrente da falta de engenheiros com especialização em avaliação de imóveis no DNOCS.

## RIPS Avaliados por Unidade Gerencial

Unidade Gestora	Qde. RIPS Avaliados em 2019
113801 - PE	47
193003 - CE	10
193004 - RN	26
193005 - PB	1
Total de RIPS Avaliados	84



# Gestão Patrimonial, Infraestrutura e Sustentabilidade

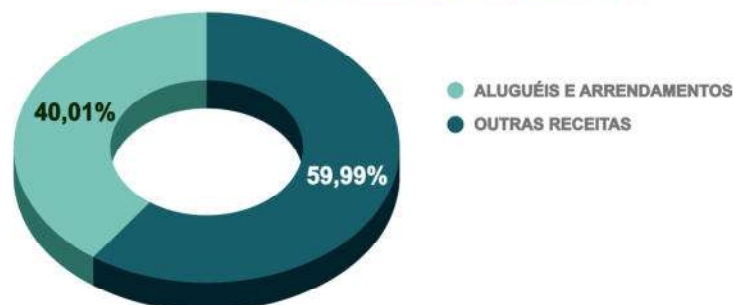


## ACOMPANHAMENTO DE RECEITAS DE ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS

Foram arrecadadas em receitas de alugueis e arrendamentos no exercício de 2019 o valor de R\$ 1.457.171,25. Isso representa um aumento de quase 2%, se comparado aos R\$ 1.429.791,00, arrecadados em 2018. O gerenciamento dessas arrecadações e alugueis, bem como o seu controle é realizado pelas Coordenadorias Estaduais e Diretoria de Produção (em imóveis localizados no Centro de Pesquisa em Aquicultura em Pentecoste/CE)

ANO	Alugueis e Arrendamentos	Receitas Realizadas	%
	1.429.791,32	3.888.126,82	36,77%

## ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS



## SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - EXERCÍCIO 2019

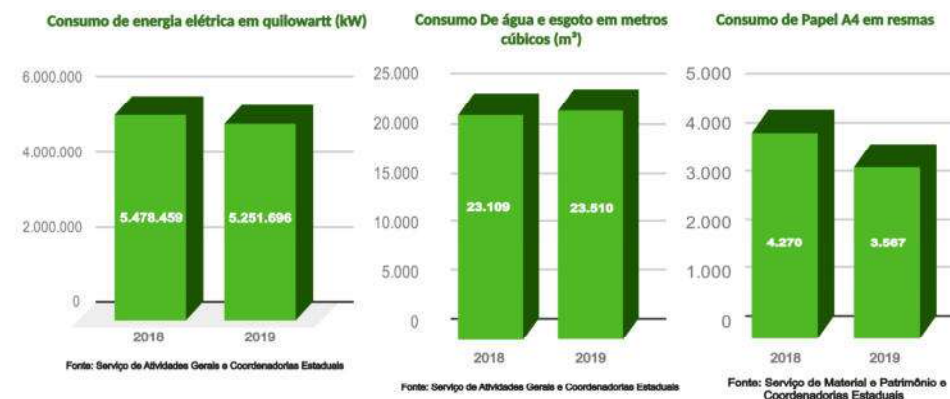
### Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

- Solicitação de papel A4 com certificação CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) e FSC (Forestry Stewardship Council)
- Exigência de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) para garantir eficiência energética
- Descrições com a exigência de produtos compostos por materiais recicláveis

### Ações para redução do consumo de recursos naturais

- Utilização do Sistema SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Redução do tempo de utilização dos aparelhos de ar-condicionado durante a jornada diária
- Maioria do Papel A4 utilizado na Administração Central ser do tipo reciclado
- Acompanhamento para verificação de necessidade de manutenção hidráulica visando evitar desperdício

## Acompanhamento de consumo - Comparativo 2018 e 2019



## Redução e reaproveitamento de resíduos

- Embalagens de materiais de consumo e permanente recebidos destinados para reciclagem
- Lixeiras seletivas nos andares da Administração Central do DNOCS





# Gestão da Tecnologia da Informação

## Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com o vasto e complexo arcabouço legal de Tecnologia da Informação (Instruções Normativas SLTI/MP N° 02/20008, SLTI/MP n° 04/2014, SLTI/MP N° 05/2017, SGD/ME n° 01/2019, SEGES/ME n° 01/2019 etc.) e demais normas aplicáveis à Gestão de Tecnologia da Informação, o DNOCS observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

## MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

A Portaria n° 46 DG, de 30 de janeiro de 2018, instituiu a denominada "Política de Governança de Tecnologia da Informação". A referida Política tem como objetivos específicos:

I – contribuir para a sustentabilidade, o cumprimento da missão e a melhoria dos resultados institucionais, em benefício da sociedade brasileira;

II – integrar as práticas de governança, gestão e de uso da TI às estratégias e planos do DNOCS;

III – prover instrumentos de transparência e controle da governança e da gestão de TI;

IV – estabelecer diretrizes para a gestão de TI, bem como para as atividades relacionadas ao provimento de serviços e soluções de TI;

V – definir os papéis e as responsabilidades dos atores envolvidos na governança e gestão de TI no âmbito do DNOCS;

As estruturas organizacionais que integram o Sistema de Governança de TI do DNOCS:

I – Comitê de Governança, Riscos e Controle;

II – Comitê de Tecnologia e de Segurança da Informação e Comunicações – CTS;

III – Serviço de Tecnologia da Informação – STI; e

IV – Serviço de Gestão e Desenvolvimento Institucional – GDI.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles, dentro do contexto do modelo de Governança de TI do DNOCS, tem caráter estratégico e está voltado para a analisar as propostas de políticas, diretrizes, objetivos de TI, aprovar planos, alocação de recursos e demandas para provimento centralizado, bem como acompanhar, periodicamente, a execução dos planos estratégicos e técnicos de TI.

Para obedecer aos princípios e cumprir as diretrizes gerais da política, bem como contribuir para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, são formulados os seguintes planos, que norteiam os programas, projetos, serviços, sistemas e operações de TI:

I – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), de caráter plurianual, harmonizado com o Plano Estratégico Institucional do DNOCS e compatível com o Plano Plurianual e a Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal;

II – Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), de caráter plurianual, harmonizado com o Plano Estratégico de TI;

III – Catálogo de Programas e Projetos de TI; e

IV – Catálogo de Serviços de TI.

## Montante de recursos aplicados em TI

Para o exercício de 2019, foram previstos R\$ 3.435.000,00 (dotação inicial) para desempenho da ação 1M49 – Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações, utilizados, na maior parte, para os contratos continuados de suporte à infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações, conforme demonstrado na tabela de contratações mais relevantes de recursos de TI. Embora todo o valor empenhado de R\$ 2.582.248,72 não tenha sido desembolsado em 2019, gerando RAP de R\$ 816.589,00, espera-se a utilização de tais recursos no pagamento dos serviços dos contratos continuados no início de 2020.

## Contratações mais relevantes de recursos de TI

Contrato	Último termo aditivo	Objeto	Vigência	Fornecedor	CNPJ	Valor desembolsado em 2019 (ordem bancária)(R\$)	Observações
11/2017	2º	Prestação dos serviços de transmissão de dados, voz e imagem, através de uma rede de comunicação de dados corporativa, por meio de tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching), através do Protocolo TCP/IP e com características de disponibilidade e qualidade de serviço (QoS), interligando as redes locais (LAN) nas unidades do DNOCS	out/2017 a out/2020	TELEBRAS - TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.	00.336.701/0001-04	1.012.207,26	O valor desembolsado se refere a pagamentos mensais dos referentes ao exercício de termos aditivo diferentes. Este valor foi calculado com base na retenção de 9,45%. O último Termo Aditivo tem valor total de R\$ 712.290,47
15/2017	2º	Serviços técnicos especializados para dar sustentação e realizar o suporte da infraestrutura de tecnologia da informação do DNOCS	dez/2017 a dez/2020	AMAZON INFORMÁTICA LTDA.	00.734255/0001-88	937.227,51	O valor desembolsado se refere a pagamentos mensais dos referentes ao exercício de termos aditivo diferentes. O último Termo Aditivo tem valor total de R\$ 1.230.197,65
19/2019	-	Serviço de extensão de garantia por 36 (trinta e seis) meses, composto de manutenção corretiva e suporte para equipamentos da fabricante Hewlett Packard (HP), pertencentes ao DNOCS	set/2019 a set/2022	HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA	61.797.924/0001-55	0,00	O pagamento não foi realizado em 2019. O valor total do contrato é de R\$ 295.592,08
27/2019	-	Aquisição de 2(dois) nobreaks de 20 kVA, com serviço de instalação incluso e garantia "on-site"	out/2019 a dez/2019	ATA SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	07.045.469/0001-96	0,00	O pagamento não foi realizado em 2019. O valor total do contrato é de R\$ 44.500,00
34/2019	-	Aquisição de COMPUTADOR DE MESA (DESKTOP), com garantia de funcionamento on-site pelo período de 60 (sessenta) meses	dez/2019 a dez/2020	ADAMITEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	04.578.505/0001-99	0,00	O pagamento não foi realizado em 2019. O valor total do contrato é de R\$ 1.398.536,00
38/2019	-	Aquisição de 16 (dezesseis) licenças do Windows Server 2016 Datacenter, com licença perpétua com 12 (doze) meses de garantia de funcionamento	dez/2019 a mar/2019	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	57.142.978/0001-05	0,00	O pagamento não foi realizado em 2019. O valor total do contrato é de R\$ 49.000,00





# Gestão da Tecnologia da Informação

## Principais iniciativas – sistemas e projetos – e resultados na área de TI por cadeia de valor

Destacam-se no exercício de 2019 o desenvolvimento do sistema de apoio à decisão denominado Painei e os esforços para a realização das contratações do PDTI 2016-2019, bem como o planejamento das contratações para o PDTI 2020-2023.

O Painei é um projeto de extensão de funcionalidades do sistema Sala de Situação, este adquirido via Contrato nº 12/2013 e que necessitava de melhorias visando a centralização das informações do DNOCS aos gestores e aos diversos setores da autarquia. O Painei conta com duas áreas: a superior, com exibição de grandes números, com informações exibidas em mapa; e a inferior, para o cruzamento de informações entre os diversos sistemas, para criação de tabelas e gráficos personalizados. Através da instituição do Plano de Dados Abertos - PDA, elaborado em conjunto entre DGE, GDI e STI e submetido à Ouvidoria, Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica e à Diretoria Colegiada para aprovação, planeja-se utilizar da infraestrutura desenvolvida do Painei para execução do Plano de dados Abertos. Planeja-se, ainda, realizar a oficialização do Painei em 2020.

### Segurança da Informação

No que tange à área de Segurança da Informação, é relevante relacionar as seguintes estruturas e normas: Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC e a Norma Complementar 01 referente.

O Comitê de Tecnologia e de Segurança da Informação e Comunicações – CTS é órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, com responsabilidades de cunho executivo, ao qual compete, para efeito do disposto nesta Política:

- I – coordenar a formulação de propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI;
- II – coordenar a elaboração dos planos e a definição dos indicadores de desempenho de TI, bem como a implementação das ações planejadas e a mensuração dos resultados obtidos;
- III – consolidar custos, agregar e propor a alocação dos recursos orçamentários destinados à TI, bem como alterações que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial;
- IV – analisar, manifestar-se a respeito e encaminhar ao Comitê de Governança, Riscos e Controle para aprovação e priorização as demandas que tratem do provimento centralizado e descentralizado de novas soluções de TI de natureza corporativa, assim como demandas de manutenção com impacto significativo sobre os planos de TI;
- V – submeter periodicamente ao Comitê de Governança, Riscos e Controle, com as propostas de melhorias e ajustes julgados necessários, informações consolidadas sobre a situação da governança, da gestão e do uso de TI no DNOCS, em especial sobre:
  - a) a execução dos planos e das ações corporativas relativos a TI;
  - b) a evolução dos indicadores de desempenho de TI;
  - c) o tratamento de riscos relacionados a TI;
  - d) a capacidade e a disponibilidade de recursos de TI; e
  - e) resultados de auditorias de TI a que se submeterem as unidades do DNOCS;
- VI – promover a adequada publicidade e transparência das informações a que se refere o inciso anterior;
- VII – fazer a gestão e o monitoramento do Catálogo de Programas e Projetos de TI.

## Principais desafios e ações futuras

- Implantação de um sistema de gerenciamento corporativo capaz de integrar os diversos processos de negócio da Autarquia num ambiente congregado e com base de dados unificada;
- Modernização da infraestrutura do Datacenter do DNOCS com aquisição de sala-segura capaz de fornecer segurança e disponibilidade para a melhor continuidade e garantia do negócio da Autarquia;
- Contratação de serviços de hospedagem, armazenamento e segurança em nuvem, de modo a estruturar mais camada de segurança capaz de disponibilizar os serviços de TI com a máxima garantia.
- Disponibilização de link de internet a todas as Unidades de Campo e Estações de Piscicultura do DNOCS;
- Contratação de service desk para a Administração Central e CESTs;
- Aquisição de firewall para as CESTs;
- Aquisição de licenças de software solicitadas pelas diversas unidades do DNOCS;
- Aquisição de nova central VoIP;
- Readaptação da POSIC ao novo cenário tecnológico;
- Promover a Transformação Digital em conjunto com a Diretoria Administrativa e demais áreas interessadas.

## Avaliação PDTI 2016-2019

Dando continuidade às ações de governança de TI do DNOCS, o PDTI com último ano de vigência em 2019, elencou várias ações para apoiar a atividades finalísticas do DNOCS. Por limitações orçamentárias e de recursos humanos não foi possível atingir 100% de execução das ações previstas. O novo PDTI foi organizado para três anos, 2020-2022 e está em fase de validação e aprovação pela Diretoria Colegiada. O PDTI 2016-2019 era composto de 25 ações, destas 12 foram realizadas totalmente (48%), 11 foram parcialmente realizadas (30%), 3 não foram realizadas (7,5%) e 3 foram canceladas (7,5%).







**Quadro – Ações Executadas PDTI 2016-2019**

Nº	Descrição da ação
1	A01 – Solicitar adequação da estrutura organizacional da área de TI
2	A02 – Solicitar cessão de ATI ao MPOG
3	A03 – Solicitar a capacitação de servidores em TI (EGTI: Obj1-Ação 1.4.2)
4	A04 – Solicitar realização de concurso público ao MI/MPOG
5	A08 – Implantar modelo de acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG) (EGTI: Obj5-Ação 5.1.3 e Obj9-Ação 9.2.1)
6	A15 – Contratar/renovar/ampliar Link de Internet e rede MPLS
7	A17 – Contratar/renovar serviço de sustentação da Infraestrutura de Redes
8	A21 – Contração/Renovação de outsourcing de impressão
9	A22 – Realizar convênio com o MPOG e elaborar cronograma de implantação (do SEI)
10	A23 – Disponibilizar software (do SEI)
11	A24 – Treinar Usuários (para o SEI)
12	A25 – Implantar o projeto de controle de acesso e segurança nas instalações das Cest's do DNOCS

**Quadro - Ações parcialmente executadas no PDTI 2016-2019**

Nº	Descrição da ação
1	A06 – Licitar e contratar ferramenta de apoio a decisão
2	A07 – Implementar padrões de interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING) (EGTI: Obj5-Ação 5.1.3)
3	A09 – Difundir a estratégia do SISP para dirigentes (EGTI: Obj1-Ação 1.5.2)
4	A11 – Promover ações de sensibilização sobre Segurança da Informação e Comunicações. (EGTI: OBJ6 – Ação 6.1.4)
5	A12 – Adquirir equipamentos de acordo com plano de segurança de TI (Anexo V)
6	A14 – Implementar conectividade wireless
7	A18 – Modernizar a infraestrutura das Coordenadorias Estaduais (Anexo IV)
8	A19 – Adquirir equipamentos de acordo com plano de atualização de infraestrutura de TI (Anexo IV)
9	A20 – Adquirir software conforme plano de atualização de infraestrutura de TI (Anexo IV)

**Quadro : Ações não executadas no PDTI 2016-2019**

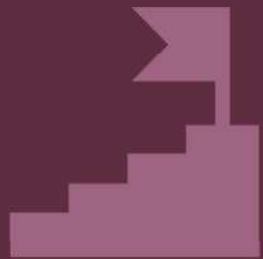
Nº	Descrição da ação
1	A05 – Licitar e contratar Sistema de Gestão Corporativa
2	A10 – Fortalecer as ações operacionais da Segurança da Informação
3	A13 – Contratar serviço de atendimento ao usuário (service-desk)
4	A16 – Contratar Link de Internet redundante



Capítulo

# 05

## Informações orçamentárias, financeiras e contábeis







# Declaração do Contador



## Declaração do Contador Vicente de Paulo Cavalcante Saboia

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em

todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

- Com relação aos créditos à receber, de curto e longo prazo, o saldo se encontra subavaliado em razão do não reconhecimento dos créditos a receber decorrentes da alienação de lotes de perímetros de irrigação. Referidos ativos não foram reconhecidos porque não satisfazem a uma das características qualitativas fundamentais para o reconhecimento de ativos no Balanço, qual seja a representação fidedigna, tendo em vista que os valores a receber a longo prazo não possuem uma mensuração atualizada. Tal fato força o registro apenas por ocasião do recebimento gerando uma contrapartida na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores e uma significativa distorção nos saldos a receber na Entidade.
- Em que pese no ano de 2019 ter ocorrido a reclassificação de R\$ 1,3 Bilhão, há saldos significativos de cerca de R\$ 900 milhões alongados nos registros contábeis de Bens Imóveis em Andamento (123210600) de obras já concluídas incorporáveis e gastos que por sua natureza não devem ser incorporados ao Ativo Imobilizado porém, por ausência de comunicação formal da área técnica e da área de gestão de patrimônio do DNOCS tem permanecido indevidamente em andamento.
- Em consulta ao SPIUNET se verificou que a grande maioria dos imóveis do DNOCS estão com suas reavaliações em atraso, ultrapassando 2 anos, limite estabelecido por meio do §1º, do art. 31, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, de 2 de maio de 2017.
- Há saldos de bens móveis que divergem dos saldos apresentados no Relatório de Movimentação de Bens – RMB.
- Os atos potenciais referentes aos registros de contratos de serviços a executar e de garantias contratuais possuem saldos alongados que possivelmente estão concluídos, cujos pagamentos ignoraram os saldos contratuais.



# Demonstrações Contábeis

## Balanco Orçamentário

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.636.009,00	2.636.009,00	1.831.404,38	-804.604,62
Recargas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recargas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Recarga Patrimonial	1.774.525,00	1.774.525,00	1.477.702,25	-296.822,75
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.774.525,00	1.774.525,00	1.477.702,25	-296.822,75
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Recarga Agropecuária	67.897,00	67.897,00	54.907,00	-12.990,00
Recarga Industrial	3.708,00	3.708,00	4.113,00	405,00
Recargas de Serviços	726.278,00	726.278,00	114.111,39	-612.166,61
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	726.278,00	726.278,00	114.111,39	-612.166,61
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	63.601,00	63.601,00	180.570,74	116.969,74
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	14.352,00	14.352,00	-	-14.352,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	49.249,00	49.249,00	180.570,74	131.321,74
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	2.038.825,00	2.038.825,00	1.810.909,92	-227.915,08
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	2.038.825,00	2.038.825,00	1.810.909,92	-227.915,08
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	2.038.825,00	2.038.825,00	1.810.909,92	-227.915,08
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.674.834,00	4.674.834,00	3.642.314,30	-1.032.519,70
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.674.834,00	4.674.834,00	3.642.314,30	-1.032.519,70
DEFICIT	-	-	1.081.397.323,15	1.081.397.323,15
TOTAL	4.674.834,00	4.674.834,00	1.085.039.637,45	1.080.364.803,45
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Liquidos	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	840.976.666,00	824.760.127,00	762.964.503,41	748.586.028,56	698.221.052,07	61.795.623,59
Pessoal e Encargos Sociais	744.445.649,00	729.288.942,00	691.647.360,08	691.647.310,08	641.464.992,31	37.641.581,92
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	96.531.017,00	95.471.185,00	71.317.143,33	57.950.718,48	56.736.059,76	24.154.041,67
DESPESAS DE CAPITAL	237.143.031,00	239.238.613,00	322.075.134,04	36.557.033,90	30.572.097,22	-62.836.521,04
Investimentos	236.706.376,00	237.841.050,00	322.075.134,04	36.557.033,90	30.572.097,22	-84.234.084,04
Inversões Financeiras	1.436.656,00	1.397.563,00	-	-	-	1.397.563,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPFS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.078.119.697,00	1.063.998.740,00	1.085.039.637,45	786.155.062,46	728.793.149,29	-21.040.897,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.078.119.697,00	1.063.998.740,00	1.085.039.637,45	786.155.062,46	728.793.149,29	-21.040.897,45
TOTAL	1.078.119.697,00	1.063.998.740,00	1.085.039.637,45	786.155.062,46	728.793.149,29	-21.040.897,45

### ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	838.200,93	8.734.926,76	7.363.920,73	7.363.605,95	1.273.284,83	936.236,91
Pessoal e Encargos Sociais	284,61	286,40	-	-	284,61	286,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	837.916,32	8.734.640,36	7.363.920,73	7.363.605,95	1.273.000,02	935.950,71
DESPESAS DE CAPITAL	197.302.976,60	312.199.575,06	279.484.864,36	265.970.435,19	81.678.238,78	161.853.879,69
Investimentos	197.302.976,60	312.199.575,06	279.484.864,36	265.970.435,19	81.678.238,78	161.853.879,69
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	198.141.179,53	320.934.501,82	286.848.785,09	273.334.041,14	82.951.523,61	162.790.116,80

### ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12.601,24	55.662.592,80	55.638.314,78	3.569,01	33.320,25
Pessoal e Encargos Sociais	223,28	53.389.925,07	53.381.997,17	111,64	8.039,54
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.377,96	2.272.667,73	2.256.317,61	3.447,37	25.280,71
DESPESAS DE CAPITAL	1.641.588,66	5.104.312,89	3.627.910,18	56.448,55	3.062.442,82
Investimentos	1.641.588,66	5.104.312,89	3.627.910,18	56.448,55	3.062.442,82
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.654.189,90	60.766.905,69	59.266.324,96	60.007,56	3.095.763,07





# Demonstrações Contábeis

## Balanço Patrimonial

VALORES EM MILHÕES DE REAL

Créditos a Longo Prazo			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>66.511.558,91</b>	<b>61.769.796,59</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>713.222.116,66</b>	<b>103.216.268,84</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	63.369.044,87	71.810.153,61	Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar a CP	61.260.222,80	61.196.538,92
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.427.593,27	9.011.880,17	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	12.329.995,58	6.509.642,05
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	714.920,77	938.690,57	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	9.072,24	Demais Obrigações a Curto Prazo	639.631.898,28	35.510.087,87
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.437.433.965,63</b>	<b>4.699.202.582,91</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.026.204,68</b>	<b>151.361,27</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	23.601.560,73	23.601.560,73	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	4.071.482,78	146.878,48
Créditos a Longo Prazo	23.595.334,69	23.595.334,69	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	23.595.334,69	23.595.334,69	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	6.216,04	6.216,04	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	1.056.450,02	1.147.968,39	Demais Obrigações a Longo Prazo	954.751,92	4.482,79
Participações Permanentes	1.056.450,02	1.147.968,39	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial	-	1.147.968,39	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>718.248.321,34</b>	<b>103.367.630,11</b>
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	1.056.450,02	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Demais Reservas	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	3.785.697.202,60	4.677.604.749,39
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	-965.199.497,08	270.437.799,20
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	4.677.604.749,39	4.410.716.325,14
<b>Imobilizado</b>	<b>4.409.138.359,93</b>	<b>4.679.815.450,44</b>	Ajustes de Exercícios Anteriores	93.291.950,29	-3.549.374,95
Bens Móveis	191.403.656,32	90.235.536,17	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	237.992.764,10	121.165.316,83	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.785.697.202,60</b>	<b>4.677.604.749,39</b>
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-46.589.107,78	-30.929.780,66			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	4.217.734.694,61	4.580.579.914,27			
Bens Imóveis	4.329.721.323,18	4.610.267.028,30			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-111.986.628,57	-29.687.114,03			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>3.637.613,35</b>	<b>3.637.613,35</b>			
Softwares	1.435.840,12	1.435.840,12			
Softwares	1.435.840,12	1.435.840,12			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.201.773,23	2.201.773,23			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.201.773,23	2.201.773,23			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.503.945.523,94</b>	<b>4.780.972.379,50</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.503.945.523,94</b>	<b>4.780.972.379,50</b>

## QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>63.369.044,87</b>	<b>71.810.153,61</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>523.996.060,40</b>	<b>582.999.315,83</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>4.440.576.479,07</b>	<b>4.709.162.225,89</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>642.346.613,76</b>	<b>39.378.409,81</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>3.337.602.640,78</b>	<b>4.158.594.653,86</b>

## QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>412.187.408,96</b>	<b>387.135.484,06</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>1.074.534.135,69</b>	<b>1.128.650.678,40</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	412.187.408,96	387.135.484,06	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.074.534.135,69	1.128.650.678,40
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	26.258.901,11	26.218.680,86	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Convenidos e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	385.346.577,20	380.334.387,25	Obrigações Convenidas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	90.223.817,56	76.504.670,58
Direitos Contratuais a Executar	581.930,65	582.415,95	Obrigações Contratuais a Executar	984.310.318,13	1.050.146.007,82
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>412.187.408,96</b>	<b>387.135.484,06</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.074.534.135,69</b>	<b>1.128.650.678,40</b>

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-327.847.384,40</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-132.779.640,13</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)	21.539,49
Previdência Social (RPPS)	21.153,07
Receitas Financeiras	-135.865.728,63
Operação de Crédito	-49.586,00
Alienação de Bens e Direitos	2.551.996,83
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	540.985,11
<b>TOTAL</b>	<b>-460.627.024,53</b>



# Demonstrações Contábeis

## Demonstração das Variações Patrimoniais

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>3.088.817.396,88</b>	<b>2.223.368.417,67</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>1.647.600,41</b>	<b>1.747.104,62</b>
Venda de Mercadorias	54.907,00	58.028,50
Vendas de Produtos	4.113,00	2.529,90
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.588.580,41	1.686.545,62
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>4.486,48</b>	<b>3.245,87</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.486,48	3.245,87
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>2.106.371.996,85</b>	<b>2.090.454.306,71</b>
Transferências Intragovernamentais	2.105.871.976,74	2.090.240.081,26
Transferências Intergovernamentais	51.000,00	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	449.020,11	214.225,45
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>977.409.264,89</b>	<b>129.594.884,85</b>
Reavaliação de Ativos	388.151.666,98	113.448.849,97
Ganhos com Alienação	-	942.448,37
Ganhos com Incorporação de Ativos	539.983.724,77	14.269.613,01
Ganhos com Desincorporação de Passivos	49.273.873,14	933.973,50
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>3.384.048,25</b>	<b>1.568.876,22</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	901.865,10
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.384.048,25	667.011,12
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>4.074.916.893,96</b>	<b>1.952.930.616,47</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>162.934.213,35</b>	<b>184.479.075,65</b>
Remuneração a Pessoal	128.859.228,93	143.148.017,42
Encargos Patronais	21.224.309,28	26.860.630,44
Benefícios a Pessoal	12.804.919,44	14.248.764,10
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	245.755,70	221.663,69
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>569.222.504,37</b>	<b>556.002.283,35</b>
Aposentadorias e Reformas	272.290.218,06	266.113.699,85
Pensões	295.740.973,64	288.863.610,29

Continuação

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.191.312,67	1.024.973,21
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>165.617.646,89</b>	<b>90.149.088,08</b>
Uso de Material de Consumo	1.617.704,90	1.115.360,05
Serviços	66.749.893,75	77.935.204,20
Depreciação, Amortização e Exaustão	97.250.048,24	11.098.523,83
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>1,44</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1,44	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>1.174.130.251,79</b>	<b>1.084.603.196,01</b>
Transferências Intragovernamentais	1.059.996.888,40	1.049.606.689,45
Transferências Intergovernamentais	113.294.058,89	34.782.241,11
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	839.304,50	214.225,45
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>2.001.604.418,45</b>	<b>37.642.695,30</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	404.082,04	35.577.330,11
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	50.626,00
Incorporação de Passivos	613.473.182,48	-
Desincorporação de Ativos	1.387.727.153,93	2.014.739,19
<b>Tributárias</b>	<b>192.769,09</b>	<b>24.125,58</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	157.456,40	-
Contribuições	35.313,59	24.125,58
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>315.087,68</b>	<b>30.194,50</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	315.087,68	30.194,50
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-985.199.497,08</b>	<b>270.437.799,20</b>





## Demonstração do Fluxo de Caixa

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>188.048.403,26</b>	<b>279.829.834,77</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.114.391.719,71</b>	<b>2.093.818.773,88</b>
Receitas Derivadas e Originárias	1.831.484,38	1.940.483,82
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.477.702,25	1.429.791,32
Receita Agropecuária	54.907,00	58.028,50
Receita Industrial	4.113,00	2.529,90
Receita de Serviços	114.111,39	260.000,17
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	180.570,74	190.113,83
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.112.986.316,33	2.091.878.310,36
Ingressos Extrajornamentários	3.611.998,06	1.265.270,86
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	279,13	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.105.871.976,74	2.090.240.081,26
Arrecadação de Outra Unidade	3.072.562,20	372.958,24
Demais Recebimentos	3.499,20	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.928.343.316,51</b>	<b>-1.815.289.937,11</b>
Pessoal e Demais Despesas	-738.979.961,54	-762.510.839,88
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-172.083.323,47	-184.951.500,41
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-558.794.197,06	-505.343.206,13
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos de Cidadania	-	-
Urbanismo	-70.016,79	-38.904,82
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-1.128.384,13	-3.414.285,04
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-6.885.747,11	-8.747.601,56
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-742,83
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-16.407,72	-14.431,78
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	6.115,36	-165,22

Continuação

	2019	2018
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-128.108.016,63</b>	<b>-82.955.226,77</b>
Intergovernamentais	-103.869.120,73	-34.806.991,11
A Estados e/ou Distrito Federal	-101.313.680,71	-32.756.858,43
A Municípios	-2.555.440,02	-2.140.132,68
Intragovernamentais	-22.236.895,90	-27.158.229,66
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-1.063.257.338,34	-1.090.723.878,48
Despêndios Extrajornamentários	-3.258.950,74	-1.117.187,01
Transferências Financeiras Concedidas	-1.060.000.387,60	-1.049.808.689,45
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-194.489.511,94</b>	<b>-228.844.506,78</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.810.908,92</b>	<b>1.947.863,30</b>
Alienação de Bens	1.810.908,92	1.947.863,30
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-196.300.421,88</b>	<b>-228.792.170,08</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-184.875.746,75	-209.837.452,31
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-31.324.675,11	-18.954.717,75
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-8.441.168,74</b>	<b>51.684.336,01</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>71.810.183,61</b>	<b>20.125.823,60</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>63.369.014,87</b>	<b>71.810.183,61</b>



## Balanço Financeiro

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>3.642.314,30</b>	<b>3.888.126,82</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>1.085.039.637,45</b>	<b>1.161.314.228,85</b>
Ordinárias	-	-	Ordinárias	387.246.407,63	1.018.033.347,93
Vinculadas	3.795.268,86	3.888.716,24	Vinculadas	697.793.229,82	143.280.880,92
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	457.554.498,51	-
Alienação de Bens e Direitos	1.949.895,98	1.942.090,22	Previdência Social (RPPS)	101.087.670,55	61.887.467,93
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.845.372,88	1.946.626,02	Receitas Financeiras	133.159.601,79	42.430.287,56
Recursos a Classificar	-	-	Operação de Crédito	-	30.574.898,51
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-152.954,56	-589,42	Alienação de Bens e Direitos	2.024.602,39	2.039.688,44
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.966.856,58	6.348.538,48
			Recursos a Classificar	-	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>2.105.871.976,74</b>	<b>2.090.240.081,26</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>1.060.000.387,60</b>	<b>1.049.606.689,45</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	1.557.734.459,84	1.678.325.115,04	Resultantes da Execução Orçamentária	778.892.602,31	840.526.073,37
Repasse Recebido	779.041.857,53	839.554.672,44	Repasse Concedido	200.000,00	200.000,00
Sub-repasse Recebido	778.046.740,10	837.214.811,83	Sub-repasse Concedido	778.046.740,10	837.214.811,83
Sub-repasse Devolvido	45.862,21	1.555.630,77	Repasse Devolvido	-	1.555.630,77
Independentes da Execução Orçamentária	548.137.516,90	411.914.966,22	Sub-repasse Devolvido	45.862,21	1.555.630,77
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	547.689.172,43	411.866.743,87	Independentes da Execução Orçamentária	281.107.785,29	209.080.616,08
Demais Transferências Recebidas	12.042,98	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	277.853.922,83	208.701.246,26
Movimentação de Saldos Patrimoniais	436.301,49	48.222,35	Demais Transferências Concedidas	14.378,64	249,08
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.239.483,82	379.120,74
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>362.940.942,11</b>	<b>378.862.563,31</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>335.856.316,84</b>	<b>210.385.523,08</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	57.361.913,17	56.289.832,39	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	59.265.324,96	612.963,67
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	298.884.574,99	320.934.501,82	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	273.334.041,14	208.655.207,18
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.611.998,06	1.265.270,86	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.256.950,74	1.117.187,01
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.082.455,89	372.958,24	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	165,22
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	6.115,36	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	165,22
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	279,13	-			
Arrecadação de Outra Unidade	3.072.562,20	372.958,24			
Demais Recebimentos	3.499,20	-			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>71.810.153,61</b>	<b>20.125.823,60</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>63.369.044,87</b>	<b>71.810.153,61</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	71.810.153,61	20.125.823,60	Caixa e Equivalentes de Caixa	63.369.044,87	71.810.153,61
<b>TOTAL</b>	<b>2.544.265.386,76</b>	<b>2.493.116.594,99</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.544.265.386,76</b>	<b>2.493.116.594,99</b>





# Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

## • Nota 1 - Informações Gerais

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS é uma entidade centenária estabelecida sob a égide da Lei nº 4229, de 1º de junho de 1963, como uma autarquia federal com sede em Fortaleza, no estado do Ceará e atua nas atividades de piscicultura, infraestrutura hídrica e agricultura irrigada na região do semiárido brasileiro, predominantemente na região nordeste, mas também abrangendo parte do estado de Minas Gerais.

A estrutura administrativa da autarquia é composta por 10 unidades regionais, que são também as Unidades Gestoras (UGs):

- Administração Central do DNOCS – UG 193002 (compreendendo sua UG financeira 113802)
- Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST/CE – UG 193003
- Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte – CEST/RN – UG 193004
- Coordenadoria Estadual no Piauí – CEST/PI – UG 193001
- Coordenadoria Estadual em Pernambuco – CEST/PE – UG 113801
- Coordenadoria Estadual na Bahia – CEST/BA – UG 193009
- Coordenadoria Estadual em Sergipe – CEST/SE – UG 193008
- Coordenadoria Estadual em Alagoas – CEST/AL – UG 193007
- Coordenadoria Estadual na Paraíba – CEST/PB – UG 193005
- Coordenadoria Estadual em Minas Gerais – CEST/MG – UG 193010

O Serviço de Contabilidade (DA/DRF/CO), responsável pela contabilidade de todo o DNOCS, tem sua estrutura estabelecida na Portaria Nº 43/2017/DG/GAB, 31 de janeiro de 2017 e é organizacionalmente localizado na Divisão de Recursos Financeiros (DA/DRF) sendo esta, por sua vez, parte integrante da Diretoria Administrativa (DA).

O setor de contabilidade é subdividido em dois setores, sendo um dedicado à análise das prestações de contas e o outro à contabilidade propriamente dita.

A exemplo do momento porque passa toda a organização, a DA/DRF/CO também teve sua força trabalho bastante reduzida ao longo dos anos por aposentadorias e pedidos de férias, sem contudo haver a devida recomposição, contando atualmente com apenas 7 servidores, sendo 2 economistas, 1 administradora, 3 contadores e 1 servidor de nível médio.

A maioria da já reduzida equipe de trabalho atua na análise de prestações de contas das transferências voluntárias repassadas pelo DNOCS, restando apenas 2 contadores para a atividade efetiva de contabilidade, mesmo assim, acumulando outras atribuições.

Por outro lado, como o DNOCS executa o orçamento fiscal, adota a Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP e se utiliza do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, participa do macroprocesso contábil da União contando com a estrutura normativa e suporte operacional da Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT) da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que atua como órgão central de contabilidade, e da CCONT do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, do qual o DNOCS é vinculada, que atua como órgão setorial de contabilidade.

A estrutura normativa de suporte às atividades de contabilidade é formada por uma gama diversificada de normativos legais e técnicos, desde a própria Constituição Federal CF, passando pela Lei 4.320/64 (Direito Financeiro), decretos como o Decreto 93.872/86, resoluções como as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP da STN, Manual do SIAFI (Macrofunções) até normas internas como o Manual de Execução Orçamentária e Financeira – MEOF disponível no sítio do DNOCS na Internet.

Há normas técnicas específicas como a Macrofunção 021121, que trata de Suprimentos de Fundos, o Manual Simplificado de Ordens Bancárias, que detalha o funcionamento das ordens bancárias. No campo da matéria orçamentária, há o Manual Técnico do Orçamento – MTO, da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, de edição e atualização anual. Ainda sobre orçamento, há a Portaria Interministerial SOF/STN nº 63/2001, que discrimina a classificação orçamentária por naturezas de receitas e despesas.

Quanto aos controles para garantir a regularidade, completude, abrangência e observação das normas, há diversos processos relacionados à integridade da informação contábil. Cada profissional com prerrogativa de fazer registros no sistema é passível de uma conferência mensal, denominada Conformidade de Operadores, disciplinada na Macrofunção 020316, que integra o processo de gerenciamento de acesso e segurança do sistema e tem por objetivo a confirmação ou desativação de usuários. Ou seja, mensalmente os operadores passam por uma verificação da manutenção ou não de suas prerrogativas de acesso.

Esses profissionais são capacitados a também verificar a integridade dos registros. Eles fazem o controle de primeira linha, zelando pela correção das informações.

Existe também outro processo de conformidade denominado de conformidade de registro de gestão, em que um servidor por UG, formalmente designado, observando a segregação de funções, atesta a conformidade dos registros do SIAFI com os documentos de suporte desses registros. Esse procedimento é diário e normatizado através da Macrofunção 020314 e é um controle de segunda linha, verificando a integridade dos dados.

Há ainda o registro da conformidade contábil, realizada pela DA/DRF/CO com observância dos procedimentos descritos no Manual SIAFI, Macrofunção 020315. Esse é um processo que tem como objetivo principal as demonstrações contábeis e as notas explicativas, relatórios elaborados a partir das informações do SIAFI.

Adicionalmente há ainda as ações de auditoria interna, que quando são realizadas, geralmente resultam em um conjunto de recomendações que, atendidas, trazem mais confiabilidade às informações contábeis. É o controle de terceira linha.

Sendo assim, as demonstrações contábeis do DNOCS de 2019 comportam razoável conformidade e não obstante as ressalvas já estabelecidas na Declaração do Contador, estão parcialmente harmonizadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TSP e com os demais documentos normativos.

O Relatório Financeiro para Fins Gerais do DNOCS é composto das seguintes demonstrações:

- **Balanco Patrimonial** – evidencia os ativos e passivos do DNOCS
- **Balanco Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- **Balanco Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa** – visam demonstrar o fluxo financeiro do DNOCS no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas)
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período





# Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

• **Notas Explicativas** – contêm informações complementares àquelas apresentadas no Balanço Patrimonial, no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa, na Demonstração das Variações Patrimoniais e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

As demonstrações contábeis do DNOCS dos últimos exercícios podem ser encontradas no portal da autarquia na Internet, na opção “Auditorias”. São parte integrante dos Relatórios Anuais de Gestão e estão disponíveis para download.

## • Nota 2 - Políticas Contábeis Significativas

As políticas contábeis significativas são os princípios, as bases de mensuração, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicadas na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis, como estimativas, convenções, regimes e registros.

O regime de reconhecimento das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, assim como em qualquer entidade contábil é o da competência, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos sobre o patrimônio são reconhecidos quando ocorrem, independentemente de recebimentos e pagamentos.

A mensuração e a avaliação das disponibilidades é pelo valor original.

Para a avaliação dos itens de almoxarifado adota-se o preço médio ponderado das compras, conforme preceitua a Lei n.º 4.320/64.

As provisões são constituídas com base em estimativas conhecidas.

Os estoques são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição, no custo de produção ou de construção. Caso o valor de aquisição, de produção ou de construção seja superior ao valor de mercado, adota-se o valor de mercado.

O ativo imobilizado também é mensurado e avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando o elemento tem vida útil econômica limitada, fica sujeito à depreciação mensal nos termos da Macrofunção – STN n.º 020330, que orienta todos os procedimentos, inclusive estima a vida útil dos ativos de acordo com a classificação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

A metodologia do cálculo da depreciação é o método das quotas constantes e as taxas utilizadas são aquelas decorrentes dessa metodologia, conforme fórmula abaixo.

$$\text{Valor Depreciável Anualmente} = \frac{(\text{valor do bem} - \text{valor residual})}{\text{vida útil}}$$

Periodicamente são realizadas reavaliações, embora o número insuficiente de servidores para compor as comissões de pessoal técnico especializado e os recursos financeiros e orçamentários reduzidos para contratação de soluções de mercado, causem dificuldades.

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição.

Os registros dos atos e fatos administrativos, como já mencionado, são realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, disponível a todos os órgãos que participam do Orçamento Fiscal.

Quanto solução interna de TI, o DNOCS conta com um sistema informatizado denominado APOENA, que coleta dados sobre a atuação da organização e os utiliza na geração de informações que fundamentam registros contábeis tais como depreciações mensais e a elaboração de relatórios como o RMA – Relatórios de movimentações de Almoxarifado e RMB – Relatórios de movimentações de bens móveis e imóveis.

## • Nota 3 - Execução das Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias são provenientes de arrecadações de recursos próprios e transferências intragovernamentais, entretanto essas últimas não estão evidenciadas no Balanço Orçamentário, uma vez que houve mudança em 2018 para que a contabilização das receitas do tesouro, as chamadas Fontes 00 fossem registradas apenas em nível de Coordenação Financeira – COFIN da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e apresentadas no Balanço Geral da União – BGU.

Por conseguinte, o BO demonstra o confronto apenas das receitas próprias previstas e executadas, sem considerar as transferências intragovernamentais. Observe-se o detalhamento das receitas próprias:

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	1.770.642,00	1.770.642,00	1.453.938,02
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-MULTAS E JUROS	3.883,00	3.883,00	3.233,23
CONC/PERM/AUT/CESSAO DIR.USO IMOV.PUB-PRINC.			20.531,00
RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	67.897,00	67.897,00	54.907,00
RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	3.708,00	3.708,00	4.113,00
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	726.278,00	726.278,00	113.711,39
SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL			4.000,00
MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	14.352,00	14.352,00	
INDENIZ.P/DANOS CAUSADOS AO PATR.PUB.-PRINC.			120,25
RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.			23.428,17
OUTRAS RESITITUICOES-PRINCIPAL	49.249,00	49.249,00	154.438,06
OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL			2.576,66
OUTROS RESSARCIMENTOS-MULTAS E JUROS			7,60
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-PRINCIPAL	2.038.825,00	2.038.825,00	1.701.424,62
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-MULTAS			13.968,50
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-JUROS			95.516,80
<b>Totais</b>	<b>4.674.834,00</b>	<b>4.674.834,00</b>	<b>3.642.314,30</b>

Fonte: SIAFI

Cabe ainda ressaltar que em decorrência da reclassificação que retirou as informações sobre as transferências intragovernamentais dos subgrupos de contas do PCASP 5211 – Previsão Inicial da Receita e 6211 – Receita a realizar, referente aos recursos do tesouro, análises tradicionais de desempenho do BO tais como economia ou excesso de despesa, desequilíbrio positivo ou negativo e déficit ou superavit orçamentários restaram prejudicadas em nível de órgão, podendo entretanto ainda ser realizadas no âmbito do Balanço Geral da União – BGU.

## • Nota 4-Execução das Despesas Orçamentárias

O quadro abaixo apresenta as despesas executadas por créditos adicionais especiais.

Créditos adicionais remanejados			\$ Em Reais
Tipo Crédito	Programa de Governo	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS
Especial	RECURSOS HÍDRICOS	1.800.000,00	1.800.000,00

Detalhamento dos créditos adicionais especiais por remanejamento

Fonte: SIAFI





# Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Não houve execução de créditos extraordinários, ocorrendo a abertura de créditos especiais a partir do remanejamento de outras rubricas.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento da execução dos créditos iniciais (LOA).

Detalhamento da Execução dos Créditos Iniciais (LOA)					\$ Em Reais
Programas de Governo		Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	561.310.101,00	558.928.499,06	558.928.449,06	518.461.619,77
0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	39.054.838,00	39.054.835,57	39.054.835,57	39.054.835,57
0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	37.539,00	16.468,08	16.468,08	15.095,74
0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	19.000,00			
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	49.117.437,00	44.529.406,81	8.243.819,31	8.243.329,95
2052	PESCA E AQUICULTURA	6.124.961,00	5.950.533,37	4.643.390,29	4.525.785,06
2077	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL	13.860.229,00	13.825.253,73	6.176.672,60	6.121.859,13
2084	RECURSOS HIDRICOS	177.004.890,00	175.884.410,27	13.576.304,30	8.359.867,33
2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	217.469.745,00	193.194.659,73	184.915.083,67	174.124.412,54
Totais		1.063.998.740,00	1.031.384.066,62	815.555.022,88	758.906.805,09

Fonte: SIAFI

## • Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixas são recursos à disposição da entidade para a realização de suas atividades. Os saldos finais tiveram uma redução em relação ao ano anterior de 11,75%, passando de R\$ 71 milhões para R\$ 63 milhões, conforme quadro que segue.

Descrição	2019	2018	AH %
Caixa e Equivalente de Caixa	63.369.044,87	71.810.153,61	-11,75%

Em 2018 ocorreu de mudanças no procedimento de movimentação dos recursos financeiros da Conta Única do Tesouro Nacional. A Macrofunção STN n.º 020305 criou mais uma etapa no processo de geração de Ordens Bancárias - OB, denominada de Ordem de Pagamento - OP.

Nessa nova configuração, após a geração da OP, os recursos são transferidos para uma conta transitória de Limite de Saque, onde permanecem aguardando as autorizações dos gestores, ocasião em que haverá a efetivação das transferências e pagamentos para as contas dos beneficiários

O quadro abaixo detalha o saldo de R\$ 63,37 milhões distribuídos nas duas contas.

R\$ Reais			
Contas de Limite de Saques	2019	2018	AH%
Limite de Saque Com Vinculacao de Pagamento	11.861.076,36	17.835.389,06	-33,50%
Lim de Saque C/Vinc.Pagto- Ordem Pagamento	51.507.968,51	53.974.764,55	-4,57%
	<b>63.369.044,87</b>	<b>71.810.153,61</b>	<b>-11,75%</b>

Fonte: SIAFI

A maior parte dos recursos transferidos para a nova conta destinaram-se ao pagamento da Folha de Salários, aposentadorias e pensões, dessa forma, desconsiderando-se o saldo da nova conta, posto que é transitória, a variação no volume de caixa e equivalentes de caixa revela-se, na verdade, negativa de 33,50%.

## • Nota 6 - Créditos e valores a curto prazo

Sinteticamente, os créditos a receber sofreram uma redução de 73,06%, conforme apresentado a seguir:

R\$ Em Reais			
Descrição	DEZ/2019	DEZ/2018	AH
Créditos e Valores a CP	2.427.593,27	9.011.880,17	-73,06%

Para entender melhor a grande variação dos Créditos e Valores de Curto Prazo, cabe examinar o quadro de detalhamento.

\$ Em Reais			
Contas de Créditos de curto prazo	2019	2018	AH%
Adiantamento de Férias	1.608.964,59	7.389.542,36	-78,23%
Pagamento antecipado de Salários	200.444,95	1.411.516,91	-85,80%
Adiantamento de Suprimento de Fundos	12.295,00	4.245,46	189,60%
Créditos a Rec. por Cessão de Pessoal	85.830,34	85.830,34	0,00%
Outros	520.058,39	120.745,10	330,71%
	<b>2.427.593,27</b>	<b>9.011.880,17</b>	<b>-73,06%</b>

Fonte: SIAFI

Em 2018 houve a implementação de uma nova rotina de apropriação e reconhecimento Férias e 13º salário, que foi efetivada por força do Acórdão - TCU n.º 1322/2018, que recomendou a conciliação, o inventário e a evidênciação do saldo das férias recebidas e ainda não gozadas, assim como, dos adiantamentos de décimo terceiro salário.

Em atendimento a esse acórdão e conforme atualização da Macrofunção-STN n.º 021142 - Folha de Pagamento, os adiantamentos de Férias e 13º Salário passaram a ser confrontados mensalmente com suas correlatas provisões mensais.

Já os créditos a receber por Cessão de Pessoal apresentados no quadro acima representam apenas 3,53% do grupo de contas e se devem a pagamentos efetuados por esta administração a servidor cedido com ônus à Prefeitura Municipal de Pacatuba e que ainda não foram ressarcidos, mas que já estão em processo de cobrança administrativa.

## • Nota 7 - Imobilizado

Dado que a atividade preponderante do DNOCS é Infraestrutura hídrica, com a construção e gestão de grandes barragens, perímetros irrigados e outras obras de grande porte, bem como, sua centenária trajetória, o item de maior peso no Balanço Patrimonial é o Imobilizado, no Ativo Não Circulante, correspondendo a 97% do Ativo Bruto.

O Ativo Imobilizado é composto basicamente por Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, sendo que os imóveis respondem por 98% do Imobilizado em valores contábeis (montante já descontado das depreciações acumuladas).





# Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

\$ Em Reais

Descrição	2019	AV%	2018	AV%
Bens Móveis	191.403.656,32	4,34%	90.235.536,17	1,93%
Bens Imóveis	4.217.734.694,61	95,58%	4.580.579.914,27	97,99%
Intangível	3.637.613,35	0,08%	3.637.613,35	0,08%
<b>Totais</b>	<b>4.412.775.964,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.674.453.063,79</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

Conforme apresentado no demonstrativo abaixo, os Bens Móveis encontram-se 19,58% depreciados, enquanto os bens imóveis estão apenas 2,59% depreciados.

R\$ Em Reais

conta	descrição	2019			2018		
		saldo	valor contábil	% depreciado	saldo	valor contábil	% depreciado
1231	Bens moveis	237.992.764,10	191.403.656,32	-19,58%	121.165.316,83	121.165.316,83	-25,53%
1238	Dep Acuml	-46.589.107,78			-30.929.780,66		
1232	Bens imóveis	4.329.721.323,18	4.217.734.694,61	-2,59%	4.610.267.028,30	4.580.579.914,27	-0,64%
1238	Dep Acuml	-111.986.628,57			-29.687.114,03		
<b>Totais</b>		<b>4.567.714.087,28</b>	<b>4.409.138.350,93</b>		<b>4.731.432.345,13</b>	<b>4.701.745.231,10</b>	

Fonte: SIAFI

Em uma análise temporal, os saldos dos Bens móveis tiveram um aumento de 96,41% e os Bens imóveis, uma diminuição de 6,09%.

R\$ Milhões

Descrição	2019	2018	AH%
Bens Móveis	237.992.764,10	121.165.316,83	<b>96,42%</b>
Bens Imóveis	4.329.721.323,18	4.610.267.028,30	<b>-6,09%</b>
	<b>4.567.714.087,28</b>	<b>4.731.432.345,13</b>	<b>-3,46%</b>

Fonte: SIAFI

Outro ponto que cabe ser detalhado é a composição da conta de Bens Imóveis. 70% do valor está registrado em duas subcontas, "Obras em andamento" e "Bens Imóveis a registrar". São contas transitórias e grande parte desses valores se encontram em processo de reclassificação, ocorrendo atualmente a produção e análise dos documentos que irão fundamentar as destinações futuras.

O próximo quadro apresenta o detalhamento das contas que compõem o grupo de bens Imóveis.

\$ Em Reais

Descrição	2019	AV	2018	AV
IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	223.639.866,30	5,17%	220.916.891,33	4,79%
EDIFICIOS	230.710.350,71	5,33%	226.074.054,17	4,90%
TERRENOS/GLEBAS	223.394.165,88	5,16%	215.408.580,47	4,67%
ARMAZENS/GALPOES	424.579.373,99	9,81%	14.318.513,69	0,31%
AEROPORTOS/ESTACOES/AERODROMOS	378.344.693,65	8,74%	6.036.555,63	0,13%
IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	45.522,00	0,00%	45.522,00	0,00%
REPRESAS/ACUDES	184.997.341,75	4,27%	55.699.324,86	1,21%
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	13.355.466,18	0,31%	13.355.466,18	0,29%
MUSEUS/PALACIOS	3.400.402,03	0,08%	3.400.402,03	0,07%
LABORATORIOS/OBSERVATORIOS	44.875,85	0,00%	44.875,85	0,00%
ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	0,00	0,00%	393.458,00	0,01%
AUTARQUIAS/FUNDAOES	13.278.125,17	0,31%	13.278.125,17	0,29%
OUTROS BENS IMOVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET	354.241,16	0,01%	354.241,16	0,01%
IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	40.967,97	0,00%	1.639.412,37	0,04%
EDIFICIOS	54.030.811,76	1,25%	62.726.058,89	1,36%
TERRENOS/GLEBAS	98.706.305,56	2,28%	164.098.031,60	3,56%
ARMAZENS/GALPOES/SILOS	3.397.862,16	0,08%	3.397.862,16	0,07%
REPRESAS/ACUDES	0,00	0,00%	3.366.475,60	0,07%
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	7.250,00	0,00%	7.250,00	0,00%
SALAS E ESCRITORIOS	1.419,30	0,00%	1.419,30	0,00%
OUTROS BENS IMOVEIS NAO REGISTRADO NO SPIUNET	383.016,98	0,01%	383.016,98	0,01%
TERRENOS	20.803,57	0,00%	20.803,57	0,00%
LOTES	13.213,95	0,00%	13.213,95	0,00%
OBRAS EM ANDAMENTO	1.827.475.303,29	42,21%	2.390.168.789,45	51,84%
OBRAS EM ANDAMENTO - CONVENIOS	99.430,00	0,00%	99.430,00	0,00%
ADIANTAMENTOS PARA INVERSOES EM BENS IMOVEIS	928.032,83	0,02%	47.702,11	0,00%
ESTUDOS E PROJETOS	34.220.595,25	0,79%	53.207.214,47	1,15%
ALMOXARIFADO DE INVERSOES FIXAS	7.732,41	0,00%	7.732,41	0,00%
INSTALACOES	168.312.825,16	3,89%	260.209.739,16	5,64%
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	2.632.111,80	0,06%	2.781.526,38	0,06%
IMOVEIS EM PODER DE TERCEIROS	71.222,85	0,00%	71.222,85	0,00%
BENS IMOVEIS A CLASSIFICAR/ A REGISTRAR	441.938.834,01	10,21%	897.398.446,71	19,47%
OUTROS BENS IMOVEIS	1.289.159,66	0,03%	1.295.669,80	0,03%
	<b>4.329.721.323,18</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.610.267.028,30</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

Pela metodologia de registro e evidenciação, o custo de execução das obras são acumulados na conta de Obras em andamento. Ao final da obra o custo é transferido para a conta de Bens Imóveis a classificar ou registrar e após a análise da destinação o valor é reclassificado para outra conta do imobilizado, registrado no sistema SPIUNET ou transferido para outro destino que se julgar adequado. Esse é o motivo pelo qual no quadro acima observa-se que os maiores volumes estão nas contas de Obras em Andamento e Imóveis a classificar ou registrar.

## • Nota 8 - Provisões de Curto Prazo e Demais Obrigações

As Obrigações trabalhistas praticamente não sofreram alteração, apresentando uma variação de apenas 0,1%





# Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

\$ Em R\$			
Descrição	2019	2018	AH%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	61.260.222,80	61.196.538,92	0,10%
Demais Obrigações a Curto Prazo	639.631.898,28	35.510.087,87	1701,27%

Fonte: SIAFI

Para compreender melhor o que ocorreu, vale examinar o quadro detalhado dessas contas.

\$ Em Reais			
Detalhamento das Obrigações trabalhistas, previd. e Assist	DEZ/2019	DEZ/2018	AH
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	44.880.345,77	47.113.815,09	-4,74%
DECIMO TERCEIRO SALARIO A PAGAR	3.698.671,49	0,00	-%
PRECATORIOS DE PESSOAL	12.676.116,55	14.073.656,62	-9,93%
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	4.620,50	7.058,96	-34,54%
CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEMENT	468,49	308,25	51,98%
PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS -INTRA	0,00	1.700,00	-100,00%
<b>Totais</b>	<b>61.260.222,80</b>	<b>61.196.538,92</b>	<b>0,10%</b>

Fonte: SIAFI

Da análise percebe-se que houve uma compensação entre as provisões que aumentaram e as que diminuíram. Observa-se expressivo aumento nos valores de Décimo terceiro salário, que em 2018 figurava como saldo zero e em 2019 registrou quase R\$ 3,7 Milhões. Esse aumento se explica pela nova metodologia contábil estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional que evidencia em 31 de dezembro o valor a pagar de 13º Salário no final do exercício. Uma iniciativa que trouxe maior transparência para o gasto público. Já precatórios de pessoal apresentaram uma redução da ordem de 10%.

## Detalhamento de Demais obrigações de curto prazo

O próximo quadro traz o detalhamento da conta de Demais Obrigações de Curto Prazo. Esse grupo de contas sofreu uma grande variação em 2019 e cabe examinar nas contas analíticas as rubricas que mais contribuíram para o grande aumento no saldo geral.

\$ Em Reais			
Descrição	DEZ/2019	DEZ/2018	AH
RETENCAO PREVIDENCIARIA - FRGPS	6.739,18	65.713,45	-89,74%
IRRF DEVIDO AO TESOURO NACIONAL	0,00	899.506,59	-100,00%
IMPOSTOS E CONTRIB DIVERSOS DEVIDOS AO TESOUR	4.835,43	57.999,81	-91,66%
ISS	14.924,11	76.890,42	-80,59%
PENSAO ALIMENTICIA	701.612,19	793.494,80	-11,58%
RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.112.610,45	3.183.691,84	-2,23%
PREVIDENCIA COMPLEMENTAR SERVIDOR PUB FEDERAL	468,49	196,61	138,28%
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	155.600,69	181.831,89	-14,43%
OUTROS CONSIGNATARIOS	2.536.124,59	2.667.110,44	-4,91%
DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINACAO JUDICIAL	1.779.594,88	1.424.547,56	24,92%
DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS	67.854,55	67.854,55	0,00%
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	120.934,42	120.934,42	0,00%
DIARIAS A PAGAR	15.441,87	23.536,47	-34,39%
CONVENIOS E INSTRUMENTOS CONGENERES A PAGAR	1.266.750,00	1.317.750,00	-3,87%
PRECATORIOS DE TERCEIROS	16.476.401,88	24.623.375,03	-33,09%
FATURA - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDER	11.769,35	5.653,99	108,16%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR - TED	603.935.298,04		-%
CONV. E INSTRUM. CONGENERES A PAG -INTER MUN	9.424.938,16	0,00	-%
<b>Total</b>	<b>639.631.898,28</b>	<b>35.510.087,87</b>	

Fonte: SIAFI 2019





# Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Analisando-se, percebe-se que os maiores responsáveis pela grande variação de Demais Obrigações de curto prazo foram Transferências financeiras - TED a comprovar e Convênios e Instrumentos congêneres a pagar, respectivamente. As primeiras referem-se a Termos de Execução Descentralizadas - TEDs firmadas pelo DNOCS e pendentes de prestação de contas. Os segundos são decorrentes do reconhecimento de dívidas efetivadas em 2019 relativas a compromissos de repasse de convênios à prefeituras. Em ambos os casos, em que pese o termo "curto prazo", não representam necessidade eminente de desembolso financeiro, todavia requerem a atenção do gestor.

Além das variações mencionadas houve redução significativa no saldo de IRRF devido ao Tesouro Nacional, que passou de quase R\$ 900 mil para zero reais em 31 de dezembro de 2019. Isso se deveu à questão técnica relacionada ao esquema de segurança da Explanada dos Ministérios em Brasília, por ocasião da posse do Presidente da República, que impossibilitou a transferência dos valores à Receita Federal no dia 31 de dezembro de 2018.

A conta de precatórios com terceiros reflete as obrigações decorrentes das ações judiciais excluídas as lides com pessoal. Nessa rubrica, observa-se uma redução de 33% no saldo.

## • Nota 9 - Variação Patrimonial Aumentativa

A Receita reconhecida no Exercício Financeiro de 2019 atingiu um montante total de R\$ 3,09 Bilhões conforme o quadro abaixo:

Métrica: Saldo - R\$ (Conta Contábil)

VARIÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	2019	2018	AH%	AV%
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIRET	1.647.600,41	1.747.104,02	-5,70%	0,05%
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCER	4.486,48	3.245,87	38,22%	0,00%
TRANSFERENCIAS E DELEGA COES RECEBIDAS	2.106.371.996,85	2.090.454.306,71	0,76%	68,19%
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESEN PASSI	977.409.264,89	129.594.884,85	654,20%	31,64%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.384.048,25	1.568.876,22	115,70%	0,11%
Total	3.088.817.396,88	2.223.368.417,67	38,93%	100,00%

As receitas oriundas da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos é composta de venda de Produção Animal R\$ 54 Mil, R\$ 4 Mil provenientes de alienação de acervo bibliográfico, e, por fim R\$ 1,6 Milhão decorrem de alugueis ativos e de receita por fornecimento de água.

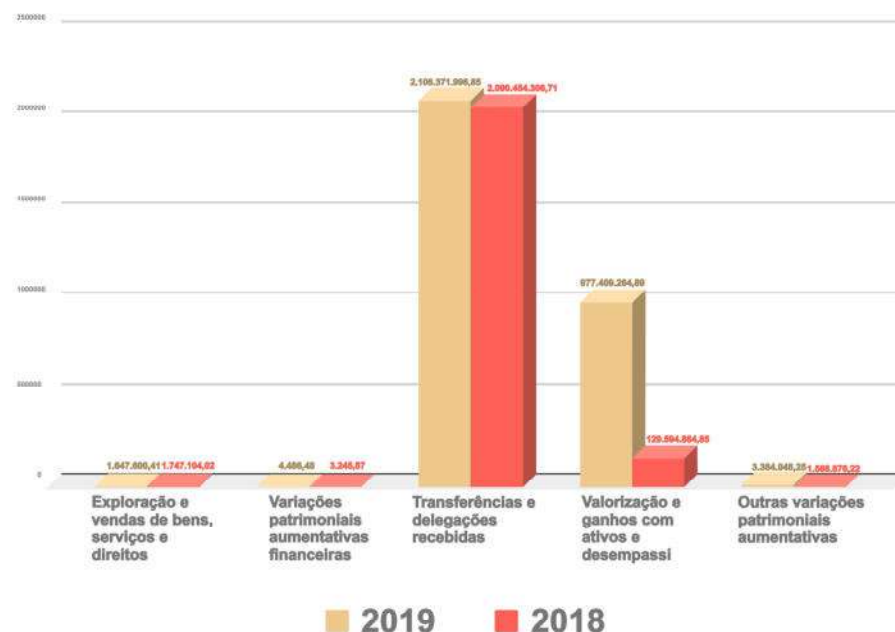
Observa-se que ocorreu um significativo aumento da receita total em comparação com o ano anterior (38,93%). Tal elevação se deve à variação aumentativa em Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, os quais tiveram um aumento de R\$ 847 milhões.

Na composição das Receitas, 68% se originam de transferências intragovernamentais, as quais se aplicam à programação financeira do exercício e para pagamento de restos a pagar e variam de um ano para outro de acordo com a lei orçamentária anual e os limites definidos no decreto de programação financeira. Da parte das movimentações de saldos e variações patrimoniais tratam de rotinas transversais no SIAFI de transferências de valores entre unidades que compõem administração pública federal.

Do valor de R\$ 2,106 Bilhões recebido por transferências intragovernamentais, R\$ 547 Milhões se destinaram ao pagamento de Restos a Pagar e R\$ 1,56 Bilhões empregados na execução do Orçamento de 2019.

No que se refere ao saldo de Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos de R\$ 977 Milhões, R\$ 388 Milhões advém de reavaliações de bens imóveis e R\$ 539 Milhões decorrem de novas incorporações dentre elas 399 milhões referentes à incorporação do Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas.

Variação Patrimonial Aumentativa



## • Nota 10 - Variação Patrimonial Diminutiva

As Variações Patrimoniais Diminutivas reconhecidas no ano de 2019 perfizeram o total de R\$ 4,07 Milhões, apresentando uma elevação de 109% em relação ao ano anterior.

VARIÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	2019	2018	AH%	AV%
PESSOAL E ENCARGOS	162.934.213,35	184.479.075,65	-12%	4%
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	569.222.504,37	556.002.283,35	2%	14%
USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	165.617.646,89	90.149.088,08	84%	4%
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA	1,44	0,00	0%	0%
TRANSFERENCIAS E DELEGA COES CONCEDIDAS	1.174.130.251,79	1.084.603.156,01	8%	29%
DESVALORIZ E PERD DE ATIVOS E INCORP PASSIVOS	2.001.604.418,45	37.642.695,30	5217%	49%
TRIBUTARIAS	192.769,99	24.125,58	699%	0%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	315.087,68	30.194,50	944%	0%
TOTAL	4.074.016.893,96	1.952.930.618,47	109%	100%

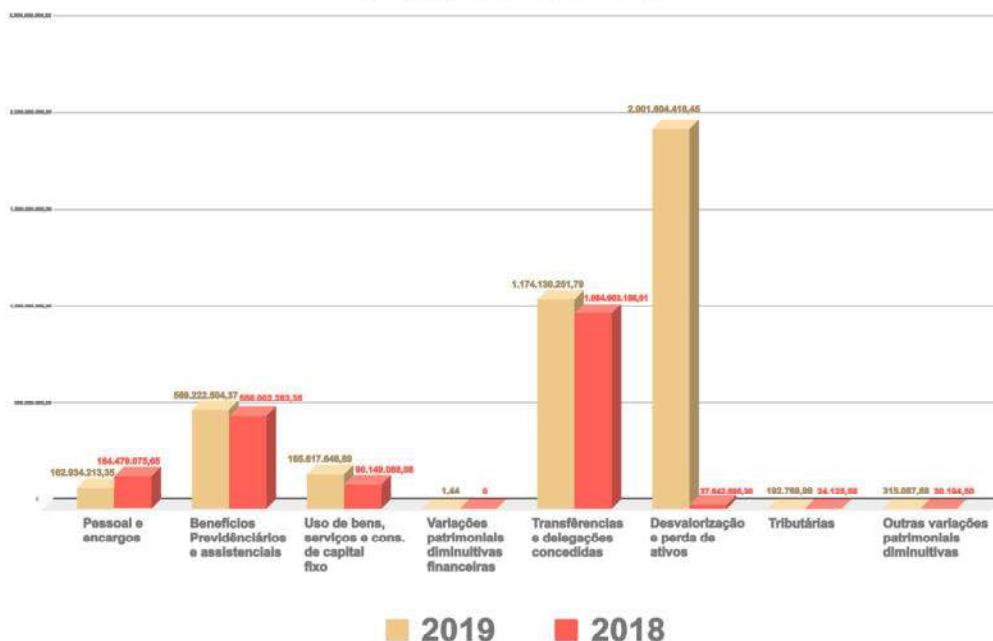
Fonte: SIAFI





# Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

## Variação patrimonial diminutiva



### • Nota 11 - Pessoal e Benefícios Previdenciários

Em 2019, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de Pessoal e Benefícios Previdenciários apresentaram saldos totais de R\$ 163 milhões e R\$ 569 milhões, respectivamente. Essas VPDs apresentaram em 2018 os seguintes saldos totais: R\$ 184 milhões para VPD de Pessoal; R\$ 556 milhões para VPD de Benefícios Previdenciários. Em percentuais, houve a redução de 12% para VPDs de Pessoal e o aumento de 2% para VPDs de Benefícios Previdenciários.

### • Nota 12 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Neste item consta as despesas com consumo de materiais de almoxarifado pelas unidades, as diárias e passagens, serviços de terceiros pessoa física e jurídica, depreciação e amortização, conforme detalhamento na tabela abaixo.

	2019	2018	AH%
CONSUMO DE MATERIAIS	1.617.704,90	1.115.360,05	45,04%
DIÁRIAS	2.036.089,31	1.971.739,63	3,26%
SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	19.435.785,11	25.987.293,21	-25,21%
SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	45.253.028,00	49.976.171,36	-9,45%
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	97.250.048,24	11.098.523,83	776,24%
TOTAIS	165.592.655,56	90.149.088,08	83,69%

A despesa com material de consumo teve uma sensível elevação de 45%. A despesa com diárias manteve-se no patamar com pequena variação de 3%.

Com relação a despesa com serviço de terceiros pessoa física, ocorreu diminuição de 25%.

O registro de depreciação demonstra uma elevação significativa no ano de 2019 em 86 milhões, cuja variação se deve mormente a registro de atualização da depreciação acumulada com base em planilhas encaminhadas pela SPU, devendo-se principalmente aos registros de despesa com depreciação de bens imóveis. Referido registro é operacionalizado no âmbito da Coordenação Geral de Contabilidade (UG 170999).

### • Nota 13 - Reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes para perdas

A composição dos gastos referentes a reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes para perdas compreende os itens constantes no quadro abaixo:

Despesa	2019	2018	AH%
REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	404.082,04	35.577.330,11	-99%
PERDAS INVOLUNTARIAS	-	50.626,00	0%
INCORPORACAO DE PASSIVO	613.473.182,48	-	0%
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	1.387.744.351,83	2.014.739,19	68780%
<b>TOTAL</b>	<b>2.001.621.616,35</b>	<b>37.642.695,30</b>	<b>5217%</b>

Fonte: SIAFI

Constata-se uma elevação significativa na Reavaliação de Bens Imóveis, sobre a Incorporação de Passivo, o saldo de 613 milhões se refere a apropriação de despesa para repasse decorrente de Termo de Execução Descentralizada (TED). Com relação à Desincorporação de Ativos, o saldo atingiu 1,3 Bilhão, estes se referem a saldos que estavam registrados em Obras em Andamento e, após circularização de processos às Unidades da Administração Central e Coordenadorias Estaduais do DNOCS, competentes para informar sobre a conclusão da obra e sua natureza, se incorporável ou não, foram reclassificados.

### • Nota 14 - Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2019 o resultado foi um Deficit Patrimonial de R\$ 985 milhões puxado pela variação constante no grupo Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos, já analisado na Nota 13.





# Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	2019	2018
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREIT	1.647.600,41	1.747.104,02
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIR	4.486,48	3.245,87
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	2.106.371.996,85	2.090.454.306,71
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESEN PASSI	977.409.264,89	129.594.884,85
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.384.048,25	1.568.876,22
<b>Total</b>	<b>3.088.817.396,88</b>	<b>2.223.368.417,67</b>

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	2019	2018
PESSOAL E ENCARGOS	162.934.213,35	184.479.075,65
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	569.222.504,37	556.002.283,35
USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	165.617.646,89	90.149.088,08
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA	1,44	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	1.174.130.251,79	1.084.603.156,01
DESVALORIZ E PERD DE ATIVOS E INCORP PASSIVOS	2.001.604.418,45	37.642.695,30
TRIBUTARIAS	192.769,99	24.125,58
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	315.087,68	30.194,50
<b>Total</b>	<b>4.074.016.893,96</b>	<b>1.952.930.618,47</b>
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>(985.199.497,08)</b>	<b>270.437.799,20</b>

## • Nota 15 - Reconhecimento de Inconformidades

O processo de verificação da conformidade contábil é realizado no Serviço de Contabilidade – DRF/CO, o qual pertence à estrutura da Divisão de Recursos Financeiros – DRF, sendo esta subordinada à Diretoria Administrativa – DA.

Os servidores, lotados nas unidades gestoras executoras do SIAFI, responsáveis pela Conformidade de Registro de Gestão são designados e habilitados no SIAFI por meio da transação CONUG, sendo estes, quando possível em razão do reduzido contingente de pessoal sobretudo nas Unidades Regionais, dissociados dos servidores executores dos registros de documentos e operações. Cada unidade gestora possui dois servidores designados para efetuar a conformidade de registro de gestão, sendo um responsável e outro seu substituto. A conformidade contábil, por ser executada de forma centralizada na DRF/CO, é efetuada por servidor que não executa registros de documentos e operações no SIAFI e não efetua conformidade de registro de gestão.

Assim é preservada a segregação de função no processo de registro da conformidade contábil. Durante o Exercício Financeiro de 2019 foram registradas as restrições contábeis que se seguem:

RESTRIÇÕES DURANTE O ANO DE 2019		QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS POR UG											TOTAL
		113801	113802	193001	193002	193003	193004	193005	193007	193008	193009	193010	
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	3			3	1	1		1	3	4	1	17
603	SALDO CONTABIL DO ALMOXARHADO CONFERE CRIMA	1											1
634	FALTA AVALIACAO BENS MOVIMOV/INTANG/OUTROS	11		11	11	11	11	11	11	11	11	11	110
640	SD CONTABIL BENS MOVES NAO CONFERE CRIMB	4		4	4	4	4	4	4	4	4	4	40
642	FALTA/REG. INCOMP. DEPREC. AMORT. EX-ATIMOB	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
647	VALORES PENDENTES SPIUNET A RATIFICAR	1				1							2
656	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPRADA				8								8
657	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPRADA		12		12								24
659	CONVENIOS A LIBERAR EXPRADOS												0
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE				2								2
675	OUTROS - PASSIVO CIRCULANTE												0
677	FALTA/ATRASSO RETENCAO/RECOL. OBRIG E TRIBUTOS	4			3	2							9
687	SALDO INVERTIDO - CLASSE 8												0
701	OUTROS - DESPESAS				1								1
707	SALDO INVERTIDO - CLASSE 8	1	1				2						4
713	SLDOS ALONG./INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS				4								4
737	SLDOS ALONG./INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS				1								1
766	FALTA IDENTIF BENEFICIARIO CONTROLE AUX MORAD				1								1
772	DEMAIS INCOERENCIAS - DOR												0
773	TED A COMPROVAR COM DATA EXPRADA		7							7			7
776	TED A REPASSAR EXPRADOS		4										4
TOTAL		26	24	16	51	20	19	16	17	19	20	17	245

Fonte: SIAFI

Das restrições elencadas acima quase todas já foram solucionadas. Por ocasião da Conformidade Contábil de Dez/19 foram registradas pela Setorial Contábil do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, Órgão Superior vinculante do DNOCS as seguintes restrições:

CÓD.	DESCRIÇÃO
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO
645	OUTROS - ATIVO PERMANENTE
647	VALORES PENDENTES SPIUNET A RATIFICAR
657	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPRADA
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE
737	UTILIZACAO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUACAO CPR
773	TED A COMPROVAR COM DATA EXPRADA

Fonte: SIAFI

A Restrição 315 se refere a falta de Registro de Conformidade de Gestão, ato de relevante importância para fins de controles internos. A Conformidade de Registro de Gestão visa confirmar a existência e idoneidade dos documentos que dão suporte aos registros de atos orçamentários, financeiros e patrimoniais e se os registros no SIAFI estão adequados, e deve ser efetivada em até 3 dias úteis da ocorrência dos atos. Na falta da Conformidade de Registro de Gestão deve-se aplicar a Restrição 315. Por ser esta pontual e esporádica o Serviço de Contabilidade do DNOCS alerta à Unidade faltosa para que proceda com a efetiva Conformidade.





# Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Sobre a Restrição 645, foi registrada uma despesa de capital na Unidade 193001 referente a reforma predial com valor de R\$ 28.877,88. Em janeiro de 2020 a referida despesa foi devidamente baixada corrigindo a Restrição.

Com relação à Restrição 647, referente a valores pendentes SPIUNET a ratificar, foram ratificados em janeiro de 2020.

Com relação à Restrição 657 esta Autarquia possui uma reduzida equipe de servidores e empenha esforços para dar agilidade às demandas em relação aos convênios. Todavia, a equipe de servidores que atuam no acompanhamento da execução e prestação de contas de transferências voluntárias ainda é insuficiente para atender ao volume de processos de convênios atualmente em tramitação.

Acerca da Restrição 737, se refere a desequilíbrio no registro em conta de controle sobre despesa com auxílio moradia. Em que pese de janeiro a novembro de 2019 terem sido conciliados os saldos, no mês de dezembro o desequilíbrio não foi corrigido, representando um valor de R\$ 2.550,00 em conta de natureza de informação de controle, não impactando as contas patrimoniais e orçamentárias.

Por fim, sobre a Restrição 773 (TED a comprovar com data expirada) diz respeito ao Termo de Execução Descentralizada nº 01/2018, o qual foi firmado entre o DNOCS e a Imprensa Nacional, cujo objeto é a publicação de matérias oficiais no Diário Oficial da União/DJ. O DNOCS notificou a Imprensa Nacional, por meio da NOTIFICAÇÃO Nº. 1/CTCE/DNOCS, de 29 de janeiro de 2020, para apresentação da Prestação de Contas ou ressarcimento integral de todo o valor repassado, dando prazo de 30 dias.

É importante ressaltar que no Balanço Geral da União, não foi atribuída nenhuma restrição ao DNOCS.

## • Nota 16 - Ajustes de Exercícios anteriores

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nos períodos com os quais se relacionam, eventualmente entretanto, ocorrem erros de períodos anteriores.

Esses erros são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso ou uso incorreto de informações confiáveis, que estavam disponíveis quando da publicação, que pudessem ter sido obtidas com relativa facilidade. Informações que impactaram tanto a elaboração como a apresentação desses relatórios, inclusive decorrentes de mudanças de critérios contábeis. Uma vez percebidos esses erros deve-se reconhecê-los extemporaneamente à conta do Patrimônio Líquido (PL) e evidenciados em Notas Explicativas. Vale esclarecer que o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP possui uma conta específica para as pessoas jurídicas do setor público de direito público (23.711.0300) e outra para as de direito privado (23.721.0300).

Compete ainda esclarecer que esses ajustes de exercícios anteriores nem sempre coincidem com a despesa orçamentária classificada como Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).

O Ajuste de Exercícios Anteriores registrado em 2019 compreende a correção de saldos de bens patrimoniais após conciliação com os Relatórios Patrimoniais disponibilizados pelo setor competente.



	2019	2018	AH(%)
Ajustes de Exercícios Anteriores	93.291.950,29	3.549.374,95	2528,41%

*Ajustes de exercícios anteriores*

**Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS**  
**Av. Duque de Caxias. 1700 - Centro**  
**Fortaleza - CE. CEP - 60.035-111**  
**Site: [www.dnocs.gov.br](http://www.dnocs.gov.br)**  
**(085) 3391-5100**



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

